

ANA PAULA SERPA NOGUEIRA DE ARRUDA

**Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio:
a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos
Goytacazes**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
CAMPOS-RJ
2009**

ANA PAULA SERPA NOGUEIRA DE ARRUDA

**Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio:
a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos
Goytacazes**

**Dissertação apresentada
ao Centro de Ciências do
Homem, da Universidade
Estadual do Norte Fluminense,
como parte das exigências para
obtenção do título de mestre em
Políticas Sociais**

Orientador: Prof. Dr. Hernan Armando Mamani

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
CAMPOS-RJ
2009**

**Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio:
a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos
Goytacazes**

Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda

**Dissertação apresentada
ao Centro de Ciências do
Homem, da Universidade
Estadual do Norte Fluminense,
como parte das exigências para
obtenção do título de mestre em
Políticas Sociais**

Aprovada em:/...../ 2009

Comissão Examinadora:

Prof.^a Teresa de Jesus Peixoto Faria (Doutora em Estudos Urbanos pela
EHESS)

Prof.^a Wânia Amélia Mesquita (Doutora em Sociologia / IUPERJ)

Prof.^a Jussara Freire (Doutora em Planejamento Urbano e Regional / IPPUR)

Prof. Hernan Armando Mamani (Doutor em Planejamento Urbano e Regional /
IPPUR)

Dedico esta dissertação ao meu marido, José Flávio, pelo apoio, incentivo e compreensão. E aos meus pais, por terem me ensinado a importância do conhecimento na vida de uma pessoa.

*“Were are we now?
I’ve got to let you know
A house still doesn't make a home
Don't leave me here alone...”*

*“Onde estamos agora?
Eu tenho que te deixar saber
Uma casa ainda não faz um lar
Não me deixe aqui sozinho...”*

(U2 – Sometimes You Can't Make it on
Your Own)

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo agradeço a Deus por minha vida, por ter me ajudado a suportar os momentos difíceis e a vencer todas as dificuldades. “Tudo posso Naquele que me fortalece e Aquele que fortalece” é Jesus Cristo.

Agradeço ao meu orientador, Hernan Armando Mamani, pelo apoio, incentivo e amizade. Serei eternamente grata por todos os seus ensinamentos.

Ao meu marido, José Flávio, por todo amor, carinho, apoio e compreensão. Por entender minha ausência, por me dar força nas minhas dificuldades. Você é exemplo e inspiração para mim. Te amo.

Agradeço aos meus pais, Luís Sérgio e Marina, pela total dedicação, apoio e incentivo. Aos meus irmãos, Cristiano, Felipe e Fernanda, pelo carinho e amizade. Amo vocês.

A Valdir Júnior dos Santos, meu grande companheiro de graduação, mestrado e amigo para toda a vida. Obrigada por sua amizade leal e verdadeira, apoio e carinho. Agradeço também pela impagável contribuição para a realização deste trabalho.

A todos os professores do programa de Políticas Sociais, pelo respeito e incentivo.

Agradeço a UENF pela concessão da bolsa de mestrado.

Aos moradores da Aldeia, que forneceram dados e entrevistas para a realização deste trabalho. Sem eles, suas histórias, suas trajetórias, este estudo não seria possível. Obrigada pelo acolhimento e carinho.

SUMÁRIO

Lista de figuras.....	ix
Lista de tabelas.....	xi
Lista de abreviações	xii
Resumo.....	xiii
Abstract.....	xiv
1-Introdução.....	1
 Capítulo 1 - Referencial Teórico	
1.1 - A urbanização e o processo de segregação.....	7
1.2-Políticas públicas e políticas de habitação no Brasil.....	10
1.2.1-A política de habitação no processo de descentralização.....	10
1.2.2-As políticas de habitação e o discurso remocionista.....	18
1-3 - O sentido do habitar e a transição para um conjunto habitacional.....	22
 Capítulo 2 – A urbanização em Campos dos Goytacazes e a Política Habitacional	
2.1- Introdução.....	30
2.2- Expansão urbana em Campos dos Goytacazes e a formação das favelas.....	31
2.3- A política habitacional em Campos dos Goytacazes: desenho institucional.....	37
2.4- A política de construção de conjuntos a partir de 1999.....	42

Capítulo 3 – Política de construção de conjuntos: a perspectiva dos “agentes” envolvidos.

3.1- Introdução.....	57
3.2- Percepção sobre projeto Aldeia: a análise da experiência 8 anos depois.....	58
3.3- Percepção e concepção – a justificativa da política de remoção.....	63

Capítulo 4– A experiência do conjunto habitacional da Aldeia

4.1 - Introdução.....	71
4.2 - O projeto Aldeia	72
4.3 - A opinião dos moradores sobre a política de remoção de favelas	80
4.4- A vida na favela e as lembranças antes do conjunto.....	83
4.5 - O processo de transição e adaptação: da favela ao conjunto habitacional.....	90
4.5.1-Transição.....	90
4.5.2-Adaptação.....	99
4.6 - Vizinhança: relações sociais na nova comunidade.....	104
4.7- A nova casa: modificações no espaço físico (a casa como recurso) e representações do morar.....	114
4.8- Percepção da política pelos moradores do conjunto.....	124
4.9- Percepções da cidade e a cidade em percepção.....	132
Considerações finais.....	141
Referências bibliográficas.....	145
Anexos	151

Lista de figuras

Figura 1: Malha urbana de Campos dos Goytacazes em 2009- Fonte: Google Earth – 2009

Figura 2 : Mapa urbano do município de Campos dos Goytacazes.Fonte: BARBOSA(2004)

Figura 3: Localização dos Conjuntos Habitacionais, existentes até Jan./2009, nos bairros de Campos. Foi utilizado o mapa Bairros o Perfil 2005/PMCG.

Figura 4: Conjuntos habitacionais localizados nos distritos e fora da área urbana de Campos. Foi utilizado mapa do Site da PMCG/Leis Municipais

Figura 5 : “Casas populares estão no papel” Fonte: Folha da Manhã /29 de janeiro de 2009

Figura 06: Reportagem anunciando a inauguração do Conjunto. Folha da Manhã 12/01/2002

Figura 07: Arnaldo Vianna e Antony Garotinho em reunião com a Associação de moradores em 2001. Fonte: Associação de Moradores

Figura 8: No círculo vermelho observamos o conjunto habitacional da Aldeia. Em azul temos a extensão da favela da Aldeia, de onde as famílias foram removidas. Em roxo podemos ver o prédio de FURNAS. (Fonte: Google Earth, 2009)

Figura 9: Em azul, um dos pontos da favela da Aldeia. À sua frente podemos ver o conjunto habitacional edificado em 2001 (Fonte: Google Earth, 2009)

Figura 10: Localização do conjunto habitacional da Aldeia

Figura 11: Planta do conjunto Habitacional da Aldeia – fonte: Associação de moradores Parque Aldeia

Figura 12: Em vermelho o conjunto edificado em 2001, através de uma parceria entre a prefeitura e o estado (400 unidades). Em azul o conjunto estadual edificado em 2006 (110 unidades – na foto em construção). Fonte: Google Earth

Figura 13: João Rocha, o “fundador” da Aldeia. Fonte: acervo próprio.

Figura 14: João Rocha em seu quintal, na enchente de 2007. Fonte: Acervo de João Rocha.

Figura 15: Favela da Aldeia - Local onde foram removidas as casas

Figura 16: Arnaldo Vianna e Antony Garotinho inauguram o conjunto no dia 12 de janeiro de 2002. Fonte: Associação de Moradores

Figura 17: Em azul observamos toda a extensão ocupada pela favela da Aldeia. Em vermelho temos o conjunto habitacional. Percebemos também a forma como os moradores dividiam a favela: morro de baixo e morro de cima. (fonte: GOOGLE EARTH)

Figura 18: Casa da Aldeia ainda sem modificações. Fonte: acervo próprio.

Figura 19: Luciana mostrando a cozinha de sua casa. Fonte: acervo próprio.

Figura 20 : Casas modificadas no conjunto. Fonte: acervo próprio.

Figura 21: Apesar de informal o comércio de casas e muito praticado no conjunto. Fonte: acervo próprio.

Figura 22: Estabelecimento comercial do conjunto. Fonte: acervo próprio.

Figura 23: Estabelecimento comercial do conjunto. Fonte: acervo próprio.

Figura 24: Alguns moradores fazem hortas ao redor do conjunto. Ali mesmo vendem seus produtos Fonte: acervo próprio.

Figura 25: casa sendo construída no quintal. Fonte: acervo próprio.

Figura 26: Reunião da Associação de moradores em 1999. Fonte: Associação de moradores.

Figura 27: Curso de cabeleireiro promovido pela associação em 2005. Fonte: Associação de moradores.

Figura 28: Declarações de protesto sobre as eleições - muros pintados por João Rocha. Fonte: acervo próprio.

Figura 29: Declarações de protesto sobre as dificuldades do conjunto- muros pintados por João Rocha. Fonte: acervo próprio.

Figura 30: A visão dos prédios da cidade do conjunto habitacional.

Lista de tabelas

Tabela 1 – População total, urbana e rural do município de Campos dos Goytacazes - 1940/2000

Tabela 2 – Relação de favelas existentes em 1978

Tabela 3 – Evolução dos domicílios ocupados nas favelas de Campos (1996-2000).

Fonte: IBGE – Censos de 1996 e 2000 /Observatório 5 Cefet Campos

Tabela 4 –Relação de conjuntos habitacionais construídos pelo BNH no município de Campos dos Goytacazes

Tabela 5 – Relação de Vilas construídas no município de Campos entre 1989 e 1994

Tabela 6 – Relação de conjuntos Habitacionais construídos pelo município e suas respectivas parcerias

Tabela 7 – Relação de todos os conjuntos habitacionais construídos no município para a população de baixa Renda segundo localização, unidades construídas, parceria e governo (até Jan/2009)

Tabela 8 – Conjuntos Habitacionais em construção na Cidade de Campos (Jan/2009)

Lista de Abreviações

FCP – Fundação da Casa Popular

IAPs – Instituto de Aposentadoria e Pensão

BNH - Banco Nacional de Habitação

COHAB- Companhia de Habitação Popular

CHISAM-Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana

SFH- Sistema Financeiro de Habitação

CEF – Caixa Econômica Federal

IBGE –

PDUC - Plano de Desenvolvimento Físico Territorial Urbano de Campos

PMCG – Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes

OSRNF – Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

CEHAB - Companhia Estadual de Habitação

SMDPS- Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social

SMOU- Secretaria de Obras e Urbanismo

EMHAB -Empresa Municipal de Habitação e Saneamento

CCZ - Centro de Controle de Zoonoses

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

LEEA – Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense

AEIS - Áreas de Especial Interesse Social

SNHIS- Sistema Nacional de Habitação Social

FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

CMHS - Conselho Municipal de Habitação e Saneamento

PMHIS - Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

HGG - Hospital Geral de Guarus

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

Resumo

O principal objetivo deste estudo em desenvolvimento é analisar a política de remoção da prefeitura de Campos dos Goytacazes-RJ, tendo como objeto os relatos dos habitantes do Conjunto Habitacional da Aldeia, removidos em 2001, e a memória coletiva expressa por eles. Interessa saber como a reconfiguração espacial afetou a identidade coletiva e os laços de solidariedade local. Isto terá como instrumento privilegiado a “reconstituição” da experiência mediante relatos de vida e a representação da mudança que eles exprimem.

É importante perceber se existe uma conformação entre a configuração do Conjunto habitacional e a apropriação deste espaço pela população estudada. Identificamos como as mudanças decorrentes do processo de remoção afetaram o significado de morar/habitar dos moradores e as práticas usuais em relação ao espaço anterior (favela)

Trata-se de ir além de uma análise puramente economicista ou política para avaliar o impacto social destas políticas remocionistas sobre a população estudada. Dessa forma, buscamos entender a política de remoção pela percepção e memória dos moradores, utilizando como instrumento entrevistas com os mesmos e a observação direta da comunidade em seu dia-a dia.

Palavras chave: Política Urbana, Remoção de favelas, Relatos de vida.

Abstract

The main objective of this study is to analyze the development policy of removing the city of Campos dos Goytacazes-RJ, with the object of the inhabitants of the reports of the Joint Housing Village, removed in 2001, and collective memory expressed by them. Matter how the reconfiguration space affected the collective identity and local ties of solidarity. This instrument will be the "restoration" of the experience of living through reports and representation of change they represent. It is important to realize that there is a conformation between the configuration of the assembly housing and ownership of this area by the population studied. Identified as the changes arising from the removal process affect the meaning of living / living of the residents and the usual practices in relation to the space above (slums) This is to go beyond a purely economic or political analysis to assess the social impact of removal policies on the population studied. Thus, we seek to understand the policy of removing the perception and memory of the residents, using as an interview with them and direct observation of the community in their day-to day.

Keywords: Urban Policy, Removal of slums, Stories of life.

A remoção de favelas marca fortemente a atual política de habitação das cidades de porte médio¹. Campos não constitui exceção, pois possui atualmente 18 conjuntos habitacionais², 14 destes construídos a partir de 1999. Contudo, raramente são elaboradas políticas de urbanização das favelas. No início de 2009, a atual prefeita anunciou a construção de 5.100 unidades habitacionais divididas em mais 13 conjuntos habitacionais. A remoção é tratada como solução para a questão habitacional, bem como para outros municípios da região norte fluminense. Macaé também vem promovendo uma política de remoção de favelas, e os projetos de habitação popular da prefeitura somam 2493 unidades³ já iniciadas ou prestes a se iniciar.

Este tipo de política pareceria retomar a política de remoção, que marcou fortemente a cidade do Rio de Janeiro durante a década de 60. Ocorre, entretanto que esta política já se provou ineficaz para solucionar o “déficit” habitacional e a “promoção” social. Este retorno é marcado pela descentralização da política habitacional⁴ e o abandono à crítica. Estudos⁵ evidenciaram que as políticas de remoção possuem grandes efeitos: além de aumentar o tempo e os custos de locomoção, encarecem os gastos com água, luz, gás, provocando inadimplência, e agravam a pobreza e a “exclusão” social. O problema pode ser colocado do seguinte modo: até que ponto a retomada da política de remoção reflete e corrige os erros do passado?

O principal objetivo desta dissertação é analisar a política de remoção de favelas de Campos dos Goytacazes (entre 1999 e 2009), a partir da percepção dos principais atores envolvidos: moradores e as autoridades governamentais. Foi definido como

¹ Guimarães (2007), Teixeira (2007), Cardoso (2006), Pova (2002).

² Na década de 60 a 80, o Banco Nacional de Habitação - BNH, através da Companhia Estadual de Habitação - CEHAB, construiu quatro conjuntos habitacionais em Campos: João XXIII (Nova Brasília), Parque Lebet, Guadalara (Pecuária) e João Paulo II (Ururai). A partir de 1999 temos a retomada da política de construção de conjuntos em um novo marco institucional que descreveremos a seguir.

³ Dados do site da prefeitura de Macaé. Em 2007 foi inaugurado o condomínio Cidadão 2006 (307 unidades) e a prefeitura já tem outros projetos em andamento.

⁴ A questão habitacional não é mais privilégio das grandes metrópoles. A partir de anos 90, cidades médias tornam-se importante campo da política de habitação no formato descentralizado, consolidado a partir da constituição de 1988.

⁵ Valladares (1978) (1982) Perlman(1977) , Zaluar (1985)

objeto de estudo o conjunto habitacional da Aldeia, já que este constituiu um dos primeiros passos deste tipo de política que parece destinada a se expandir. Interessa saber como a reconfiguração espacial afetou a identidade coletiva e os laços de solidariedade local.

O conjunto habitacional da Aldeia foi edificado em 2001, possui 400 unidades habitacionais, buscando atender famílias que moravam em área de risco da favela da Aldeia. O residencial foi construído próximo à antiga favela. O local do conjunto é igualmente afastado da cidade e marcado pela mesma falta de trabalho, transporte e habitações de qualidade, que caracterizava antes a favela. Em 2006 foram construídas mais 110 casas. Contrariando promessas feitas aos moradores não assistidos em 2001, poucos moradores da Aldeia foram contemplados neste último projeto.

Esta favela foi formada a partir⁶ da década de 60 por pessoas provenientes, inicialmente, da Usina de Sapucaia. Com o declínio da indústria açucareira, várias famílias⁷ estabeleceram-se na cidade em busca de emprego, e sem dinheiro para a aquisição de uma casa, foram se instalando à beira do rio. Segundo o Censo 2000, a favela possuía 533 residências. Mas, não todas as famílias da Aldeia foram removidas e ainda hoje há moradias no local.

Em verdade, o projeto original foi marcado por inúmeros problemas. Muitas famílias, que queriam ir ao conjunto, não foram contempladas pelo programa habitacional, já que suas casas não foram “consideradas” como estando em área de risco de enchente. Em contrapartida, outros que tiveram suas casas selecionadas se recusaram a deixá-las. Os critérios de seleção não foram nem claros, nem voluntários. Além disto, o conjunto que deveria ser destinado apenas aos residentes da Aldeia recebeu muitos moradores de outras localidades, provocando mal estar e conflitos. A principal consequência parece ser o enfraquecimento dos laços sociais e da identidade coletiva.

A construção do conjunto habitacional foi realizada mediante uma parceria⁸ entre a prefeitura de Campos e Governo do Estado, nas respectivas gestões de Arnaldo Viana e Antony Garotinho. A prefeitura de Campos atuou através da Empresa Municipal de Habitação (EMHAB) e pela Secretaria de Promoção Social; e o governo do Estado

⁶ Fonte: Departamento de Assistência Social da PMC - PDUC/1978. Em 1978, a favela da Aldeia já contava, segundo dados da prefeitura, com 165 casas de madeira e 96 de tijolo.

⁷ Com a decadência da indústria açucareira, estas famílias abandonaram as atividades rurais em que a moradia era oferecida aos trabalhadores pelos usineiros.

⁸ A prefeitura ficou responsável pelos cadastros dos moradores, desapropriação do terreno, a dotação de infra-estrutura (sanamento) e a construção do muro. Ao governo do Estado coube a construção da casa. Contudo, este a fez com apenas um quarto. Assim, a prefeitura realizou a construção de mais um quarto.

através da Companhia Estadual de Habitação (CEHAB/RJ). Os moradores do conjunto tiveram que pagar um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real), em doze prestações, durante cinco anos, à CEHAB/RJ⁹.

Os moradores receberam um termo de permissão de uso¹⁰ com diversas restrições¹¹ quanto à utilização da moradia. Restrições estas que parecem não se adequar à forma como estas pessoas utilizam as suas residências, que serve acima de tudo como recurso, não só econômico, mas também social. Presume-se que esta inadequação¹² entre o projeto habitacional e a prática, ocorre porque os moradores não participam da elaboração dos planos e na construção do conjunto. Além disto, a casa e suas práticas não são objeto de discurso, ou seja, não possuem um modelo predeterminado adequado às diversas realidades sociais. Para os planejadores e executores do programa, as modificações do projeto original resultam em uma “degradação” do conjunto, mas para os moradores há uma adaptação às suas realidades.

Os programas de remoção de favelas são apresentados pelo poder público como solução integral à pobreza e a falta de acesso a recursos básicos, entretanto não respondem a seus propósitos. O caso do Residencial Parque Aldeia caracteriza-se por sua extrema carência e pobreza e por um expressivo abandono do poder público. O conjunto, projetado e justificado como uma chance de vida melhor para os seus habitantes, apresenta dificuldades similares ao período em que estes moravam na favela. A intensificação do tráfego, da violência de forma geral, a degradação das residências (feitas com materiais de baixa qualidade), a falta de transporte, escola, posto médico, área de lazer e trabalho e o baixo nível de renda, entre outros pontos, revela os muitos problemas vivenciados pelos moradores. Apesar dessa experiência visível, o atual

⁹ A CEHAB/RJ não pode fazer doação por ser uma empresa (Póvoa, 2002).

¹⁰ Permissão de Uso é o ato negocial, unilateral, discricionário e precário, através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público. Como ato negocial, pode ser com ou sem condições, gratuito ou remunerado, pôr tempo certo ou indeterminado, conforme estabelecido no termo próprio, mas sempre modificável e revogável unilateralmente pela Administração, quando o interesse público o exigir, dada a sua natureza precária e o poder discricionário do permitente para consentir e retirar o uso especial do bem público. (UFMG/www.ufmg.br/dsg/contratos_concessao_uso.shtml)

¹¹ A casa tem por finalidade o uso residencial, sendo vedada qualquer utilização contrária a este fim. Nas cláusulas do termo de permissão de uso dos imóveis há enfoque que é proibida a permissão de venda, doação, locação, sublocação ou de transferência para terceiros. O morador é obrigado a pagar todos os serviços e taxas, como de concessão de água e energia elétrica, IPTU. É proibida a alteração da destinação ou transferência do imóvel, o que constitui infração. (EMHAB/ 2008)

¹² Soares & Espinheira (2006)

governo municipal pretende apostar neste mesmo tipo de política, uma vez que anunciou a construção de mais 500 casas na Aldeia para este ano de 2009.

Passados oito anos da remoção da favela da Aldeia, é preciso avaliar seus impactos, recuperando o “espírito” dos estudos dos anos 60, que levou em consideração não apenas indicadores estatísticos de condições de vida obtidas, mas partiram a campo para incorporar os moradores e sua experiência. (Valladares)

Trata-se de ir além de uma análise puramente economicista ou política para avaliar o impacto social destas políticas remocionistas sobre a população estudada. Em suma, o retorno das práticas de remoção por parte dos órgãos públicos das cidades de médio porte, entre elas Campos, evidencia a necessidade de estudos sobre o tema. Entender este processo representa uma dupla empreitada: analisar a expansão desta política remocionista e, principalmente, a percepção do morador removido sobre ela.

Metodologia

Dessa forma, busca-se entender a política de remoção pela percepção e memória dos moradores do Conjunto Habitacional da Aldeia. Isto terá como instrumento privilegiado a “reconstituição” da experiência mediante relatos de vida e a representação da mudança que eles exprimem. Utilizei como instrumento entrevistas com os mesmos e a observação direta da comunidade em seu dia-a dia. As entrevistas foram analisadas através da análise de conteúdo. As entrevistas foram gravadas e realizadas nas casas dos moradores. O trabalho de campo foi realizado no ano de 2007 e 2008.

A escolha dos entrevistados não foi aleatória e sim baseada na experiência dos indivíduos, ou seja, demonstravam conhecer e compreender profundamente a realidade a ser estudada, tanto da favela quanto do conjunto habitacional. O critério para escolha dos entrevistados, portanto, foi a indicação do nome dos mesmos por vários outros indivíduos da comunidade e pelo presidente da associação de moradores, já que este é residente do local há 30 anos. Estes moradores foram citados, uma vez que se destacaram ao longo da história do local. Após várias visitas de campo, conversas informais com alguns moradores, e um breve levantamento histórico da comunidade, pude delimitar os entrevistados¹³ deste estudo. Estes foram divididos da seguinte forma:

¹³ Mais informações sobre a escolha dos entrevistados encontram-se no capítulo 3.

- Moradores provenientes da favela da Aldeia para o conjunto habitacional;
- Moradores provenientes de outras localidades para o conjunto habitacional;
- Crianças¹⁴ e adolescentes do conjunto;
- Moradores que permaneceram na favela.

Observei também ser necessário, uma vez que a proposta é trabalhar com a percepção dos principais atores envolvidos, entrevistar os agentes governamentais da área de habitação. Assim, por meio de seus relatos, acredito ser possível analisar as suas opiniões e experiências na prática da remoção de favelas. Por isto realizei entrevistas com:

- Agentes governamentais ligados à área de habitação do ano de 2007/2008;
- Agentes governamentais da área de habitação no período da construção da Aldeia;

Além das entrevistas e observação direta, realizei um levantamento documental junto aos arquivos públicos, jornalísticos e dos próprios moradores. Tudo isto permitiu entender como os moradores descrevem o processo de remoção e quais os efeitos desta política sobre as práticas usuais, sobre a sociabilidade, vínculos comunitários e história local. Bem como as mudanças decorrentes do processo de remoção, que afetaram o significado de morar/habitar dos moradores em relação ao espaço anterior (favela). Também considerei as implicações desta política sobre as práticas econômicas, que usam a casa ou áreas comuns como recurso.

A composição deste estudo se divide em três capítulos. No primeiro capítulo, exponho o referencial teórico que norteou este estudo de caso. Primeiramente, analiso a urbanização, o processo de segregação através de diversos autores, tais como Rolnik, Corrêa, Castells e Milton Santos. Destaco o conceito de “destruição da urbanidade” trabalhando Lefévre, no que tange restrição dos espaços de encontro e convívio. Observo também as políticas de habitação no processo de descentralização, ou seja, o repasse da responsabilidade da produção da habitação social para estados e municípios. A seguir, resalto como o discurso remocionista foi configurando as políticas

¹⁴ A conversa com as duas crianças foram realizadas com consentimento de seus pais, de forma informal, não aprofundada, apenas para que elas pudessem expressar o que pensam sobre morar no conjunto habitacional.

habitacionais, bem como a “solução” para a favelização nas cidades brasileiras. Por fim, atendo-me às transformações sobre o sentido do morar e habitar em uma transição para o conjunto habitacional e a importância da relação entre os planejadores urbanos e as populações assistidas pelos programas habitacionais.

No segundo capítulo, observo a Política Habitacional e a construção de Conjuntos Habitacionais em Campos dos Goytacazes. Neste tópico, traço todo o histórico da produção de habitação social em Campos, desde o período BNH até a atualidade. A construção de conjuntos habitacionais e a remoção vêm sendo utilizadas como palavras-chave ao longo dos anos pelo poder público da cidade. Neste sentido, finalizo este capítulo com as entrevistas realizadas com os agentes públicos municipais da área de habitação do ano de 2008 e que trabalharam no projeto Aldeia em 2001.

Finalmente, no terceiro capítulo, analiso a experiência do conjunto habitacional Aldeia, através de relatos dos moradores entrevistados. Incorporamos não só entrevistas com moradores removidos da favela da Aldeia, como também com os moradores removidos de outros bairros. Destaco neste estudo de caso a opinião destes moradores sobre a remoção de favelas; suas lembranças antes do conjunto e a configuração social da beira-rio; como ocorreu o processo de transição e a adaptação ao conjunto habitacional; a nova casa, as modificações do espaço físico e a representação do morar bem; vizinhança e a vida na nova comunidade; a percepção sobre a política e a cidade e, por fim, o morar no conjunto hoje e as principais dificuldades do local. Concluo este capítulo com a análise das entrevistas dos moradores que permaneceram na beira rio e que não quiseram ser removidos para o conjunto.

Referencial Teórico

1.1- A urbanização e o processo de segregação

A tradição sociológica relaciona urbanização e industrialização como fenômeno correlatos (Lefebvre (2002), Castels (2000), Park (1973)). Entende-se por Urbanização não somente o crescimento das cidades, mas a imigração da população para as cidades e a adoção de “um estilo de vida urbano” (Wirth, 1973).

Este processo identificado primeiro na Grã Bretanha estendeu-se mais tarde a todos os cantos do planeta. As regiões agrárias são transformadas e integradas à indústria. Neste processo a aglomeração da população acompanha a dos meios de produção (Lefebvre, 1999):

Segundo Castells (2000), a urbanização da América Latina é marcada por um fator que se considerou decisivo: a imigração rural-urbana. Todavia, e diferentemente da experiência européia, houve falta de empregos e de serviços para as novas massas urbanas. Em consequência disto, o autor observa uma segregação das classes sociais e uma polarização do sistema de estratificação, no que diz respeito ao consumo. Segundo o autor:

“A urbanização na América Latina não é a expressão de um processo de ‘modernização’, mas a manifestação, ao nível das relações sócio-espaciais, da acentuação das contradições sociais inerentes ao seu modo de desenvolvimento – desenvolvimento determinado por uma dependência específica no interior do sistema capitalista mundial”
(CASTELLS, 2000: 106).

O processo de urbanização brasileiro, de acordo com Souza (1996), tem início nas décadas finais do século XIX. Com o advento da industrialização do Sudeste, no início do século XX, este processo vai se configurando. Após a Segunda Guerra Mundial, com a política de substituição de importações, a urbanização se acelera consideravelmente. A população urbana, que não passava dos 10%, supera a população rural.

A urbanização das cidades brasileiras tem sido marcada pela profunda desigualdade na distribuição de benefícios urbanos. Neste contexto, a forma mais

expressiva da desigualdade parece ser a favela – bem como a proliferação de periferias inacessíveis e com infra-estrutura deficiente.

A desigualdade – para autores influenciados por Castells – além de ser produto da falta de acesso a emprego, dar-se-ia pelo acesso desigual a moradia. O processo de acumulação urbana fruto da produção capitalista da moradia, beneficia as classes médias – mais que as camadas populares. A segregação é um processo pelo qual uma unidade social é homogênea dentro de si. Todavia, esta se diferencia fortemente em relação às unidades exteriores através de um distanciamento social originado do sistema de estratificação. Diante desta realidade:

“Suas estratégias de sobrevivência no espaço urbano têm se materializado nos processos de favelização, encortiçamento e periferização, onde prevalecem a irregularidade e a ilegalidade do acesso à terra e precárias condições de sobrevivência, pela carência quantitativa e qualitativa dos equipamentos e serviços urbanos, e por grandes dificuldades de acesso ao sistema de transportes, impedindo assim sua mobilidade plena no espaço da cidade” (CARDOSO, 2006: 6).

A diferenciação sócio-espacial da cidade expressa e (re)produz diferenças sociais entre os moradores, seja pelo acesso desigual aos meios de consumo coletivo (Castells), seja pela proliferação de áreas físicas e “moralmente” segregadas (Park). A segregação parece ser concebida como uma forma exagerada de diferenciação (Park, Castells, Lefebvre), ou como a própria diferenciação sócio-espacial.

Assim, desde uma perspectiva marxista mais “economicista”, a segregação se deu através de processos sociais de acumulação de capital e de reprodução social. Os processos espaciais são responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista. A segregação é um produto da existência de classes sociais que se espacializam diferenciadamente no espaço urbano, sendo esta algo que tem ocorrência desde a origem das cidades e das classes sociais¹⁵(Corrêa, 1995). Também para Vilaça (1998) a segregação das classes sociais é um processo sobre as quais diferentes classes ou camadas sociais procuram se concentrar, em regiões gerais ou conjuntos de bairros, dentro do espaço urbano. É a concentração de uma classe dentro do espaço urbano.

¹⁵ Para Corrêa, a segregação não é algo específico do capitalismo, mas da cidade em si. Contudo, como a segregação é uma expressão da sociedade, a cidade capitalista é fortemente dividida em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes.

O processo de segregação sócio-espacial resulta de uma distribuição desigual de serviços e de infra-estrutura entre diferentes locais e grupos sociais que compõem o espaço urbano. Para Rolnik (1998), é como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos habitantes. Para a autora, *“a fronteira entre um bairro chique e um bairro popular pode ser uma rua, uma ponte, ou simplesmente nada muito aparente, mas somente uma imagem, um ponto, uma esquina”* (Rolnik, 1998, p. 41). Dessa forma, a segregação pode ser sutil ou altamente expressiva.

O Estado, segundo Rolnik (1998) constitui também um agente atuante da segregação uma vez que equipa de forma desigual a cidade em termos de serviços e infra-estrutura. As imensas periferias sem água, luz ou esgoto dariam evidências, segundo a autora, de uma política discriminatória por parte da administração pública, um dos fortes elementos produtores de segregação. Assim, para Davis:

“A segregação urbana não é um status quo inalterável, mas sim uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do “progresso”, e do “embelezamento” e até da “justiça para os pobres”, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros, a elite com suas casas próprias e trabalhadores de classe média” (DAVIS, 2006: 105).

A segregação, segundo Vilaça, parece também implicar no separatismo de grupos privilegiados: a auto-segregação. Este processo também é analisado por Corrêa (1995), já que o autor afirma existir uma dupla segregação que se inter-relaciona. Os ricos promovem uma “auto-segregação” com condomínios e bairros requintados, e os pobres, cujas opiniões de onde e como morar são quase nulas, se vêem levados a habitar nas áreas menos privilegiadas e desprovidas de serviços. De acordo com Cardoso, um aspecto importante da desigualdade são as diferenças na forma de obtenção da moradia pelos diferentes grupos urbanos, e este processo de diferenciação acontece porque:

“O espaço da cidade, além de ser objeto dos interesses econômicos acima descritos é também disputado por grupos sociais, já que o acesso diferenciado a determinados bens, serviços, equipamentos ou amenidades permite o aumento da renda real via valorização do patrimônio imobiliário, assim como maior conforto material e, também, a reprodução material e simbólica de situações de distinção social. Isso gera a identificação de determinados espaços da cidade com certos grupos sociais dominantes, e a exclusão de outras parcelas da população da utilização destes bens”
(CARDOSO, 2006: 7).

Por sua vez, devido às incertezas econômicas pelo medo da criminalidade, observa-se um momento de obsessão na construção de muros e cercas que confirmem os espaços diferenciados. Isto se deve à proximidade cada vez maior, através da crescente expansão urbana, entre ricos e pobres. A segregação permanece através do afastamento dos indesejados:

“A segregação é manifesta também no caso dos condomínios fechados – muros de verdade, além de controles eletrônicos, zelam pela segurança dos moradores, o que significa o controle minucioso das trocas daquele lugar com o exterior” (ROLNIK, 1998: 42).

Neste contexto habitacional, as cidades estão atualmente marcadas por uma dupla segregação: daqueles que se auto-segregam em condomínios de classe alta, em busca de segurança; e daqueles que são removidos para conjuntos habitacionais localizados nas periferias destas. Esta “fragmentação” espacial leva ao que Lefébvre (1969) chama de destruição da urbanidade, vista como “...encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade” (Lefébvre, 1969, p.20). É o enfraquecimento de um modo de vida que ao estimular o separatismo destrói aspectos enriquecedores da cidade: lugar de convivência. Isto significa a restrição dos espaços de encontro e convívio, em que as diferenças se confrontam. Significa, também, a existência de mecanismos que cerceiam determinados atores sociais de participar da vida urbana em sua plenitude, representando sérios danos ao exercício da cidadania. Ao restringir as utilizações e apropriações do espaço urbano pelas camadas populares, estas ações reafirmam e garantem a distância entre os entes que compõem o cenário urbano – dificultando, com isso, o exercício pleno da democracia e o respeito à alteridade -, como, também, estigmatizando ainda mais os moradores pobres.

1.2 - Políticas públicas e políticas de habitação no Brasil.

1.2.1 – A política de habitação no processo de descentralização:

No Brasil, a primeira forma de intervenção do Estado na habitação ocorreu nos anos 30, com a política através das cartas prediais dos institutos de aposentadoria e pensão (IAPs), embora sem muita eficácia. No período de 30 a 45, o tema da habitação

começa a ser discutido mais intensamente no país, e só então surge a primeira política nacional de habitação com a Fundação da Casa Popular (FCP). Criado em 46, este órgão de âmbito federal tinha como propósito solucionar o problema da habitação popular no Brasil, mas devido a sua fragilidade institucional e financeira, não abrangeu à demanda necessária, tendo em vista sua inexpressiva produção de conjuntos habitacionais no país (Azevedo & Andrade, 1982).

Em verdade, a política habitacional tem como referência principal a criação do BNH, a partir de 1964, durante o período militar. Neste período, o país vivenciou sua maior política de remoção de favelas e construção de conjuntos habitacionais. O BNH passou a ser o órgão encarregado no país das questões de cunho urbano, especificamente a habitação. Em 1966, o BNH também foi responsável pela administração do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), como uma forma de gerar recursos para seus programas. O primeiro lugar das prioridades do plano do BNH foi a *construção de conjuntos habitacionais com a finalidade de erradicar favelas e outros aglomerados subumanos* (Perlman,1977).

O BNH atuou no financiamento da construção de moradias, operando através de órgãos estaduais, ou seja, as COHABS (Companhia de Habitação Popular), encarregadas pelas habitações para famílias de baixa renda. No Rio de Janeiro isto se deu também através da CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio), criado em 68 para auxiliar as COHABS. Coube a CHISAM a tarefa de eliminar, até 1976, as favelas no Rio de Janeiro¹⁶. Poderia ter escolhido melhorar e urbanizar as favelas, mas preferiu removê-las, e nisso concentrou suas atividades. A justificativa dada pela CHISAM para a remoção era que a “recuperação” humana se seguiria à reabilitação física (Perlman,1977).

Contudo, problemas de inadimplência dos mutuários, falta de liquidez e o déficit do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) culminaram com a extinção do BNH em 1986. O BNH foi fechado politicamente e a política habitacional foi desaparelhada. As atribuições do BNH foram transferidas para a Caixa Econômica Federal - CEF (Póvoa, 2002). Situação da política habitacional pós-período autoritário de acordo com Azevedo era crítica:

¹⁶ “Com recursos do BNH, a COHAB deu início a um programa maciço de construções no Rio, que permitiu a CHISAM começar a remover favelas com toda disposição. Seu objetivo era a remoção de 100 famílias por dia. Até o final de 1973, a Chisam acabara com 62 favelas, total ou parcialmente, e transferira 35. 157 famílias (compreendendo 175. 785 pessoas) para conjuntos habitacionais .”

“No início de 1985, quando se implantou a então chamada “Nova República”, o quadro existente no setor habitacional apresentava, resumidamente, as seguintes características: baixo desempenho social, alto nível de inadimplência, baixa liquidez do sistema, movimentos de mutuários organizados nacionalmente e grande expectativa de que as novas autoridades pudessem resolver a crise do sistema sem a penalização dos mutuários” (AZEVEDO, 2007: 15).

Ao longo dos anos 80, ocorre o processo de redemocratização do país após quase duas décadas de ditadura. Mas esta só foi completa com a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Através dela, cada nível de governo obteve autoridade política soberana e autônoma. As políticas sociais brasileiras buscavam a descentralização sob um estado federativo. Estados e municípios, uma vez dotados de autonomia política e fiscal, assumiram algumas funções de políticas públicas, seja por vontade própria, por adesão a programas propostos ou por imposição constitucional (Arretche, 1999).

Segundo Melo (1993), a centralização das decisões durante o período militar foi relacionada à causa do fracasso e ineficiência das políticas brasileiras. Além disto, este sistema representava um acesso privilegiado de interesses privados. Dessa forma, a descentralização passou a ser considerada um elemento chave para alcançar maior eficiência e transparência durante a definição e implementação das políticas. Para Arretche (1999), houve nos anos 80 um consenso de que formas descentralizadas de fornecimento de políticas públicas seriam mais democráticas e eficientes, garantiriam equidade, justiça social, diminuição do clientelismo e maior controle da sociedade sobre o poder público.

A Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças significativas nas políticas públicas nacionais. A descentralização das políticas era vista como um meio de alcançar a eficiência e a eficácia. Políticas que eram de esfera federal foram transferidas para governos dos estados e municípios, entre elas, a habitação.

“Propôs-se a descentralização e a regionalização dos programas nacionais de saneamento e habitação; a descentralização, universalização e democratização dos programas de educação básica; o abandono das práticas clientelistas e a municipalização da assistência social como forma para que a prestação de serviços assistenciais equivalesse a um direito de cidadania; a unificação e a descentralização de um sistema nacional de saúde capaz de universalizar o atendimento à população” (ARRETCHÉ, 1996: 57).

Além disto, a globalização e o neoliberalismo exigem dos países uma redução de seu papel de interventor econômico e no financiamento e promoção de políticas sociais - um Estado mínimo. Neste contexto, enquanto ocorre o enfraquecimento do papel do Governo Federal, em detrimento da valorização dos governos locais, através da municipalização das políticas sociais e da descentralização administrativa, observa-se o fortalecimento e a autonomia dos municípios.

Segundo Arretche (1996), durante a democratização, ocorre um consenso de que a descentralização seria um mecanismo de superação da crise, e que as políticas públicas estariam mais próximas à população, sendo assim mais democráticas e transparentes com a sua participação. Para a autora, era unânime o discurso a favor da descentralização entre os gestores públicos.

“(...) formas descentralizadas de prestação de serviços públicos seriam mais democráticas e, além disso, fortaleceriam e consolidariam a democracia (...). Seriam mais eficientes e, portanto, elevariam os níveis reais de bem-estar da população (...). Passou-se a associar centralização a práticas não democráticas de decisão, à ausência de transparência das decisões, à impossibilidade de controle sobre as ações de governo e à ineficácia das políticas públicas” (ARRETCHE, 1996: 44).

Com exceção da área de previdência social, as demais áreas da política social, ou seja, educação fundamental, assistência social, saúde, saneamento e habitação popular, estão passando por um processo de descentralização. Neste processo, o governo federal transferiu um conjunto de atribuições para os governos estaduais e municipais (Arretche, 1999).

A implementação das políticas habitacionais tornaram-se responsabilidade do Estado ou Município. Em decorrência disto, observam-se no país diversas iniciativas do poder local na área de habitação. Também é fato que os recursos destas políticas não são constantes, e além disto, sua implementação depende da disposição e vontade dos governos locais.

De acordo com Melo, diante das dificuldades apresentadas pela habitação durante o Regime Militar (principalmente em 80, com os escândalos do Sistema Financeiro de Habitação e com a crise de seus mutuários), o setor habitacional obteve grande importância na agenda redemocratizante. Com isso, na “Nova República”, foi criado no

país o primeiro Ministério do Desenvolvimento Urbano, bem como a formação de um grupo de trabalho para a reformulação do Sistema Financeiro de Habitação.

Contudo, durante o governo Sarney (em 1986), a extinção do BNH e a atribuição de suas competências (atividades e pessoal) para a Caixa Econômica Federal foi caracterizada por descontinuidades e fragmentação institucional, o que acarretou a marginalização da habitação na agenda de governo. De uma questão central, passou a ser uma questão marginal, principalmente devido ao processo de fragmentação de interesses dos agentes de setor (Melo, 1993).

Diante da diversidade dos municípios e da correlação de forças neles presentes, a descentralização nem sempre demonstrou, ao longo dos anos, o sucesso ao qual foi proposta. O projeto de descentralização não considerou a heterogeneidade dos municípios brasileiros. De acordo com Cardoso, o que se observou foi uma “descentralização por ausência”, ou seja, um afastamento total do governo federal, embora os municípios não estivessem totalmente preparados para assumir suas atribuições:

“Essa mudança descentralizadora, embora tenha importantes marcos institucionais de referência, ressaltando-se, entre outros, a conquista da autonomia política dos municípios e a reforma fiscal, realizadas pela Constituição Federal de 1988, pode ser mais bem caracterizada como uma “descentralização por ausência”, na feliz expressão de Maria Hermínia Tavares de Almeida. De fato, desde a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986, o governo federal deixou de ter uma atuação consistente no setor habitacional, enquanto, no plano institucional, prevaleceram indefinição e ambigüidade no que diz respeito às atribuições e competências dos entes federados” (CARDOSO, 2007 : 77).

Esta descentralização, afirma o mesmo autor, foi marcada por uma ausência de políticas mais efetivas e de um fluxo de recursos permanente sob regras estáveis, no plano federal. Por sua vez, os governos municipais, fortalecidos pela redemocratização e pressionados pela população, começaram a desenvolver programas na área de habitação que pudessem atender, na medida do possível, suas demandas, mas com reduzido custo político e financeiro. Contudo, este processo, conforme relata Cardoso, teve conseqüências perversas devido à diversidade dos municípios brasileiros. Os municípios que apresentavam o maior quadro de carência foram os que apresentaram os piores resultados. Este diferencial ocorreu devido ao volume de recursos financeiros, técnicos e administrativos que os municípios dispunham para atender às suas demandas.

Segundo Póvoa (2002), há no Brasil dois formatos principais na política habitacional: os programas implementados pela Caixa Econômica Federal (CEF), com

recursos do FGTS e da própria Caixa, geralmente utilizados pelas famílias de classe média e alta; e os recursos provenientes do Orçamento Geral da União, tais como o Habitar Brasil, que são destinados aos governos municipais e estaduais, direcionados à população de baixa renda.

É preciso entender que, mesmo com os programas governamentais de financiamento, as pessoas de baixa renda não possuem acesso a eles. Resta-lhes esperar a vontade política na construção de habitações populares. Nesta perspectiva, restam-lhes as favelas, cortiços e loteamentos clandestinos, que a cada dia se expandem mais. De acordo com Cardoso, políticas que superem esta desigualdades são essenciais pois:

“Em primeiro lugar é importante que se considere que a sobrevivência na cidade depende fundamentalmente do acesso à moradia. Além da saúde, da renda e da educação, a habitação é também um elemento básico que constitui um “mínimo social”, que habilita os indivíduos e os grupos sociais a fazerem outras escolhas ou a desenvolver suas capacidades” (CARDOSO,2006: 2).

No setor habitacional, podemos observar uma situação contraditória: uma demanda cada vez maior e uma escassez de recursos por parte das administrações locais. Por sua vez, esta relação contribuiu para a ocorrência de práticas de favoritismo e clientelismo. Neste contexto, o sucesso da descentralização exige um novo tipo de Governo Federal, que regule as políticas nacionais, corrija as desigualdades regionais e compense as insuficiências locais.

“Portanto, nas condições brasileiras, não é suficiente que a União se retire de cena para que, por efeito das novas prerrogativas fiscais e políticas de estados e municípios, estes passem a assumir de modo mais ou menos espontâneo competências de gestão” (ARRETCHE, 1999: 122).

De acordo com Azevedo, as casas populares, ainda hoje, são extremamente caras para a parcela da população de baixa renda, apesar de subsídios diretos ou indiretos do estado. Neste sentido, a política habitacional se encontra diante de um grande desafio:

“... se subsidia em maior escala, compromete drasticamente a produção quantitativa de casas; se busca um nível maior de eficácia – através do retorno de parte do capital aplicado –, exclui uma considerável parcela da população dos programas tradicionais de habitação popular” (AZEVEDO,2007: 27).

Além disto, Guimarães (2007) também afirma a importância de se considerar a cultura local nas decisões acerca das políticas públicas em habitação no Brasil, ou seja,

a capacidade das políticas habitacionais de proporcionar condições satisfatórias para o desenvolvimento sócio-espacial da comunidade e das famílias dos moradores. Para que este objetivo seja atendido é necessário seguir dois pressupostos: a participação popular que passará pela intervenção na definição e planejamento do espaço, e uma política que possa corresponder a ao modo de vida da comunidade alvo e interferir de forma positiva no sentido do aumento das suas expectativas de vida. Desta forma, uma municipalização eficiente é muito importante para a participação popular.

O censo 2000 aferiu que o país possui um déficit habitacional quantitativo que corresponde a 7,2 milhões de novas moradias, das quais 5,5 milhões nas áreas urbanas e 1,7 milhões nas áreas rurais. A maior parcela do deficit habitacional concentra-se nos estados do Sudeste (39,5%) e do Nordeste (32,4%), regiões que agregam a maioria da população urbana do país (Ministério das Cidades/Brasil,2004). Contudo, de acordo com Azevedo (2007), o governo Lula parece representar uma mudança a partir da criação do Ministério das Cidades. Observa-se uma busca pela aproximação institucional da política urbana (habitacional, de saneamento e de transporte), buscando envolver as três esferas de governo e procurando possibilitar avanços significativos. A política nacional de habitação tem hoje por componentes principais: *Integração Urbana de Assentamentos Precários, a Provisão da Habitação e a Integração da Política de Habitação à Política de Desenvolvimento Urbano, que definem as linhas mestras de sua atuação* (Ministério das Cidades/Brasil,2004:p. 22).

A atual política nacional de habitação, ao propor a integração urbana de assentamentos precários, entende por estes não só a histórica favela, mas novas categorias que se desenvolveram ao longo dos anos de: *uma tipologia de assentamentos precários que contemple as favelas e assemelhados, os loteamentos irregulares, os cortiços e os conjuntos habitacionais deteriorados* (Ministério das cidades/Brasil,2004: p. 30). Incluem-se os conjuntos habitacionais que perderam suas condições de habitabilidade (conjuntos *deteriorados*) dentro da política habitacional de intervenção. Ainda no plano de habitação:

“A ocupação de conjuntos habitacionais pela população que não tem condições de acesso à produção pública e o processo de degradação a que são submetidos os conjuntos habitacionais, construídos a partir da década de 60, são fenômenos também importantes a serem considerados neste cenário de crescimento da precariedade dos assentamentos urbanos” (MINISTÉRIO DAS CIDADES/BRASIL, 2004: 30).

Neste sentido, os conjuntos habitacionais degradados estão inseridos dentro da política destinada a assentamentos precários. A estes conjuntos é destinada a sua integração urbana, através de intervenções e melhorias nos equipamentos e serviços. Na construção de novos conjuntos, o plano nacional propõe a produção habitacional dentro do perímetro urbano, evitando a proliferação de loteamentos fora da malha urbana.

O governo federal anunciou, no dia 25 de março de 2009, o programa “Minha Casa, Minha Vida”, que pretende construir até um milhão de moradias nos próximos anos. O governo prevê investimentos de cerca de R\$ 34 bilhões no programa, considerando o subsídio às habitações, o fundo garantidor do programa, com o seguro aos financiamentos do FGTS, com o refinanciamento de prestações que ficarem atrasadas e com o financiamento da cadeia produtiva. Do total de um milhão de moradias, 400 mil serão destinadas para quem tem renda até três salários mínimos. O mutuário não poderá pagar uma parcela inferior a R\$ 50,00. O financiamento, neste caso, é de dez anos. As prefeituras são responsáveis pelos cadastros.

“O Minha Casa, Minha Vida viabiliza a construção de 1 milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários mínimos, em parceria com estados, municípios e iniciativa privada, vai impulsionar a economia, gerar empregos e trazer reflexos positivos para toda a sociedade. Enquanto muitos países diminuem os investimentos por conta da crise financeira internacional, o Brasil gera novas oportunidades de desenvolvimento para que a roda da economia continue a girar” (Boletim Minha Casa minha VIDA- Governo Federal / www.minhacasaminhavid.gov.br).

O programa será implementado em parceria com estados e municípios. Esta parceria ocorrerá através de mecanismos de adesão, por meio do quais estados e municípios poderão assumir os seguintes compromissos: aportes financeiros ; doação de terrenos; infraestrutura para o empreendimento; desoneração fiscal – ICMS, ITCD, ITBI e ISS e agilização das aprovações de projetos, alvarás, autorizações e licenças. O programa está em fase inicial, na realização de cadastros.

Por fim, observamos que até o momento a forma como os poderes locais, estaduais ou municipais, implementam suas políticas habitacionais é muitas vezes de caráter próprio. É óbvio que não se deseja um período de centralização e autoritarismo, mas que existam órgãos reguladores superiores que contribuam para políticas eficazes e eficientes. O que se percebe é a necessidade de que estes governos – federal, estadual e municipal – ajam em cooperação, e não pela transferência de competências, o que impede o sucesso da descentralização.

1.2.2 – As políticas de habitação e o discurso remocionista

No Brasil, podem ser identificadas duas propostas básicas de atuação do Estado nas favelas: a primeira é o desfavelamento ou a remoção, o que implica a transferência dos moradores e a extinção das favelas do espaço urbano; em contrapartida, temos a urbanização das áreas faveladas, prevendo a permanência dos moradores na área e a introdução de melhorias na infra-estrutura do local e a divisão do terreno em lotes e frações ideais (Valladares, 2000). De acordo com Davis (2006):

“Desde a década de 1970, tornou-se lugar-comum para os governos do mundo todo justificar a remoção das favelas como modo indispensável de combater o crime. Além disso, as favelas costumam ser consideradas uma ameaça simplesmente por serem invisíveis para a vigilância do Estado e, com efeito, estarem “fora do panóptico” (DAVIS, 2006: 117).

De acordo com Valladares (1982), por muito tempo a população das favelas foi associada à marginalidade, uma ideologia que teve grande vigência na América Latina e no Brasil, e que influenciou muitas políticas:

“A marginalidade era compreendida como algo a ser erradicado materialmente, um sintoma que teria uma cura simples: remoção de favelas e construção de moradias adequadas de baixo custo” (PERLMAN, 1997: 138 apud Valladares , 1982).

Embora seja necessária, nos casos das favelas que se localizam em áreas de risco, as políticas de remoção foram muito criticadas por vários¹⁷ pesquisadores do tema. O desfavelamento pode gerar conseqüências, como o aumento das despesas com a habitação, provenientes da necessidade de arcar com o pagamento dos serviços urbanos. Também se percebe a desintegração gerada pela destruição da favela e dos laços sociais de solidariedade então predominantes (Valladares,1978). Aponta-se também que, em muitos casos, as pessoas remanejadas não se fixam nas áreas devido ao atraso das prestações que não conseguem pagar, ou à “expulsão por mecanismos de mercado” - vendendo seus “direitos” sobre as casas e voltando para outras favelas.

Segundo Soares e Espinheira (2006), a transferência de um lugar marcado pela irregularidade e precariedade para outro considerado formalizado, tende a ser

¹⁷ Valladares (1978) (1982) Perlman(1977) , Zaluar (1985)

acompanhada de encargos financeiros, que os novos moradores não estão preparados para arcar. A população transferida para o conjunto habitacional, mesmo morando em uma casa de alvenaria, continua à margem de uma esperada humanização cidadina, tornando-se patente que o direito à ocupação foi dado, mas o direito à cidade não. Estas pessoas passam a viver em uma moradia diferente, com novos vizinhos e com uma relativa infra-estrutura; pois, como morador da unidade habitacional, ele terá acesso a saneamento, luz elétrica, água, telefone, ruas pavimentadas e calçadas. Estes benefícios virão acompanhados de taxas e impostos que antes não existiam. Os moradores utilizam-se de certa infra-estrutura, embora possuam limitações financeiras para sua manutenção, Segundo os autores:

“A cidade absorve o conjunto habitacional, em tese, e o integra em seus micro-espços formais ou informais. O conjunto habitacional, quando localizado em espaços informais e desassistidos por políticas sociais de promoção humana e urbana, constitui em uma variável do planejamento “fragmentista”, que se manifesta quando a projeção urbana é concebida de maneira idealista, não considerando a realidade global da cidade e as reais condições da população que nela habita, tendo como a priori apenas o aspecto de inserção estrutural física. Com este planejamento há a continuidade das “cidades repartidas” dentro de uma cidade que é idealizada como unitária” (SOARES & ESPINHEIRA, 2006: 30).

Durante várias décadas, mas principalmente nas décadas de 60 a 70, o poder público mantinha sobre a favela um discurso remocionista. Na década de 60, uma grande política de remoção foi implantada no Rio de Janeiro, quando vários favelados foram removidos para conjuntos habitacionais como Cidade de Deus e Vila Kennedy, em locais distantes do centro da cidade. (Zaluar, 1999)

Neste contexto, criado em 64, o BNH passou a dirigir os programas de construção de moradias e a pretensão política do período era afastar o perigo de revolta das massas e sua oposição ao regime militar. Assim, buscava-se eliminar o foco de tensão que eram as favelas. O objetivo também era conseguir o apoio popular, utilizando a idéia de que a casa própria era um “sonho” das massas, um valor prioritário também para as camadas populares. Contudo, segundo Zaluar:

“Os felizes proprietários das casas do BNH tiveram inúmeras razões para desesperar-se diante das dificuldades encontradas e resistir da maneira que puderam. A lista dos efeitos negativos é grande na literatura: os autores assinalam a queda da renda familiar, a destruição dos laços de sociabilidade e das redes de solidariedade antes existentes na favela, bem como a transformação do conjunto em área de passagem, ou de permanência transitória na volta à favela” (ZALUAR, 1985: 70)

Segundo Zaluar (1985), muitos fatores entraram em cena para que se concretizasse a execução dos programas habitacionais, a começar pelas pressões exercidas pelas empresas de construção civil, interessadas nos lucros da construção das casas populares. Além disto, funcionava como um meio de acalmar as camadas populares. Esta mesma questão é assinalada por Valladares (1982):

“Ao lado das funções econômicas da indústria de construção civil, a opção por um grande plano de investimentos na construção de habitações populares é pensada como resposta à crise política, tendo em vista o significado da “casa própria”, que se torna “um símbolo que é desejado por tudo que ele representa: segurança, status, renda, etc”
(VALLADARES, 1982: 39).

Para a autora (1981), a política por detrás da casa popular tinha mais “objetivos” do que se propunha, pois nos períodos mais autoritários, em que o voto do favelado não tinha muita importância, é que a política de remoção compulsória era executada. Em contrapartida, em períodos populistas, programas de urbanização ou de inserção voluntária em conjuntos são mais utilizados.

A erradicação das favelas, para Perlman (1977), é uma política elitista, justificada pela ideologia do mito da marginalidade¹⁸. Em verdade marginaliza as pessoas que se propunha auxiliar. Depois da remoção, os favelados se encontram literalmente expulsos da cidade, rejeitados e punidos por serem pobres, e geograficamente isolados das oportunidades que a vida urbana oferece.

A remoção para conjuntos habitacionais tem resultados econômicos, sociais, culturais, políticos e físicos. Economicamente os gastos de tempo e dinheiro no transporte para o trabalho; dificuldades para encontrar trabalho (principalmente mulheres e biscates) e dificuldades de pagar as prestações da casa (Perlman, 1977).

As dificuldades sociais e culturais são, segundo a autora, melhor compreendidas se pensarmos a favela como uma “comunidade funcional”. Desta forma, como os

¹⁸ Visão da favela como aglomerações patológicas onde esta é vista como uma aglomeração desordenada de vagabundos, desempregados, crianças abandonadas, prostitutas, bêbados, ou seja, elementos marginais que vivem em condições subumanas. Segundo a autora, existe uma crença geral de que os favelados são provenientes de zona rural, solitários e sem raízes, despreparados. Vivem em favelas imundas e insalubres, incapazes de se ajustarem a vida urbana o que corresponde a um mito sobre as favelas. TODAS estas crenças equivocadas sobre a população favelada, Perlman diz ser influenciada pelo mito da marginalidade. O fenômeno da marginalidade, o mito, influenciou o discurso e as práticas da política pública, entre elas a habitacional, durante as décadas de 60 e 70.

moradores eram alocados nos conjuntos com base em seu nível de renda, e não de seus relacionamentos sociais e familiares, a estrutura de apoio na favela não sobrevive neste contexto à erradicação. Outro ponto destacado em seu estudo foi o aumento da violência e desconfiança nos conjuntos habitacionais. Seu estudo de 1973 revelou que um terço considerava o conjunto um grupo menos unido que a favela, e os moradores achavam que conversavam menos com os vizinhos. Os moradores sentiam que se desintegrara totalmente a antiga comunidade. Conforme seus apontamentos:

“ A suspeita e a desconfiança parecem aumentar em alguns dos novos conjuntos, tal como a taxa de criminalidade...os que vivem nos conjuntos dizem repetidamente que neles existe mais violência do que na favela, e mais brigas de rua, as crianças são mais maltratadas e existe menos preocupação de uns pelos outros” (PERLMAN, 1977: 259).

As conseqüências da remoção também demonstraram o enfraquecimento do engajamento político, marcado pela atenuação ou dissipação das associações de moradores. Os que tentaram criar outras associações de moradores ou outras organizações *“encontraram apatia e desconfiança entre os vizinhos, e tal sentimento de generalizado de medo e desespero que se tornou impossível até mesmo fazer com que as pessoas comparecessem a uma reunião”* (Perlman, 1977: p. 260).

As conseqüências físicas, todavia, são positivas e negativas. Há um melhoramento no sentido físico das casas, ou seja, serviços sanitários, esgoto, eletricidade, menos perigo de incêndio e deslizamento. Todavia, a má qualidade das construções é assunto de constante reclamação, sendo necessárias reformas (Perlman, 1977: p. 260).

Desta forma, segundo a autora, ficou comprovado por diversos estudos¹⁹ que várias famílias removidas gostariam de voltar para a favela caso pudessem. Em seu estudo sobre os ex-moradores da Catacumba, 69% responderam que voltariam para a favela, e este número crescia para esmagadores 82%, se a alternativa fosse uma favela urbanizada²⁰. (Perlman, 1977).

“O objetivo de integrar o favelado na vida da classe média não foi alcançado. Ao contrário, a alienação e o desespero tomaram conta... E pela obediência a conceitos errôneos sobre os favelados, o governo sem querer criou exatamente a espécie de indivíduos marginalizados, não integrados

¹⁹ Salmen – “ Resettlement of squarttes in Brazil” p.74-82.

Rush “ From favela to conjunto”, p. 84 in Pearlman (1977).

²⁰ Salmen constatou na Villa Kennedy que 36% das pessoas desejariam voltar para as suas antigas casas, sendo que, no caso das mulheres, a porcentagem era de 49%. Rush verificou que 53 % de sua amostra gostariam de voltar para as favelas, e que este número crescia para 70% se tivessem a opção de voltar para uma favela urbanizada

que enganadamente presumia viverem nas favelas” (PERLMAN, 1977: 270).

Os programas habitacionais remocionistas, para Valladares (1978), não tiveram êxito, pois viam a favela apenas como um problema habitacional e de uso de solo. Não consideravam as características de sua população e o porquê de morarem em favelas. Hoje, o uso da remoção como principal solução para a favelização, principalmente nas cidades de médio porte, revela que a municipalização não acumulou com a experiência das grandes cidades.

1.3 - O sentido do habitar e a transição para um conjunto habitacional.

A moradia digna ainda é privilégio de poucas pessoas em nosso país. Contudo, a Constituição Federal (BRASIL, 1989) afirma, no artigo 6º, que ela constitui um direito social. Também o Estatuto da Cidade, aprovado em julho de 2001, certifica no seu artigo 2º *“a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços ao lazer, para as presentes e as futuras gerações (BRASIL, 2001).”*

O ato de "habitar" está na base da construção do sentido da vida, nos modos de apropriação dos lugares da cidade, a partir da casa. Dessa forma, o ato do habitar produz a "pequena história", aquela construída nos lugares comuns, por sujeitos comuns, na vida diária. Neste sentido, habitar possui um sentido mais amplo e social e não se resume a apenas um lugar para dormir, mas para permanecer e manter laços. Heidegger (1994) nos propõe a revisão do conceito de habitação, recorrendo à genealogia do termo e identificando a relação entre o significado de construir e habitar. *“Construir significa habitar. Isto quer dizer: permanecer-se, deter-se”*.

Para Lefebvre (1999), é necessário encontrar o sentido do habitar, considerado por muitos, equivocadamente, como *“negligenciável”*. Contudo, para o autor, dentre os níveis do fenômeno urbano, *“O essencial, o fundamento, o sentido provêm do habitar”*. A relação do ser humano com a natureza e com a sua própria natureza (ser) reside no habitar. Segundo Lefebvre:

“Para reencontrar o habitar e seu sentido, para exprimi-los, é preciso utilizar conceitos e categorias capazes de ir além do vivido do habitante,

em direção ao não conhecido e ao desconhecido da cotidianidade (...). A relação do ser humano com a natureza e com a sua própria natureza, como o “ser” e seu próprio ser, reside no habitar, nele se realiza e nele se lê. (...) O ser humano não pode deixar de edificar e morar, ou seja ter uma morada onde vive sem algo a mais ou a menos que ele próprio: sua relação com o possível como com o imaginário. (...) A casa e a linguagem são os dois aspectos complementares do “ser humano” (LEFEBVRE, 1999: 81).

A casa, a habitação, de acordo com Teixeira (2004), é o nosso canto no mundo, é o nosso primeiro universo. Muito além de abrigo e refúgio, a casa, o habitar, faz parte do que somos:

“Muito mais do que um espaço feito de tijolo e cimento para abrigar e dar proteção às agressões da natureza e da sociedade, a casa é o lugar onde se realiza vida, onde se produz a identidade, onde a transformação contínua da existência define e efetiva a ressignificação desses espaços” (TEIXEIRA, 2004: 19).

Para Teixeira, habitar não significa apenas ocupar um lote e possuir uma edificação, mas estar ligada a elementos que garantam qualidade de vida, dentre outras coisas, a existência de atividades econômicas, culturais, sistemas de transportes, comunicação e de abastecimento. Além disto, existe toda uma significação emocional no habitar, já que este é o local das interações e da construção da história de vida dos indivíduos.

“É inegável que a habitação é o seu lugar físico, emocional, afetivo e cultural que permite interações mútuas. Portanto, ele a constrói física e afetivamente através de um processo coerente com a sua cultura e com a sua história de vida” (TEIXEIRA, 2004: p. 24).

Lefebvre afirma que a necessidade de habitar pertence a todo ser humano, e quando não lhe são dadas condições para habitar de forma correta, “*ele (o ser humano) a fabricará à sua maneira*”. Assim, diante da necessidade de habitar, mas em uma sociedade em que a habitação é um privilégio, vemos as estratégias de sobrevivência da população que não possui acesso a uma casa. Dentre estas estratégias, destaca-se a favela. A favela é uma das formas de habitar diante da não obtenção de uma moradia formal.

Contudo, habitar vai além da aquisição de um mero espaço físico, mas envolve também a formação de uma coletividade que coloca homens e mulheres em um mesmo espaço organizado, o que vai identificar uma comunidade (Lima, 2007). E, desta forma,

o habitar instaura uma dimensão de comunidade no sentido em que é comum a todos, a formação de um espaço tornado emblemático e, neste sentido, carregado de significados. O sentimento de vizinhança, profundamente enraizado na tradição e costumes locais exerce uma decisiva influencia nas características dos seus habitantes. De acordo com Park (1973), a vizinhança existe sem uma organização formal, ela é assim baseada em sentimentos e interesses comuns: *“Proximidade e contato entre vizinhos são as bases para a mais simples e elementar forma de associação com que lidamos na organização da vida cidadina”*. Neste sentido:

“Vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos e tradições e uma história sua. Dentro dessa vizinhança a continuidade dos processos históricos é de alguma forma mantida. O passado se impõe ao presente, e a vida de qualquer localidade se movimenta com um certo momento próprio, mais ou menos independente do círculo da vida e interesse mais amplos a seu redor” (PARK: 1973: 31).

Segundo Perlman (1977), a favela tem uma funcionalidade que não é compreendida por muitos, tendo em vista que, diante das restrições econômicas de determinada parcela da população, a favela é uma solução extremamente funcional para muitos de seus problemas. Além disto, a partilha e o comunitarismo da favela são modos de vida essenciais para quem vive à beira da subsistência. Desta forma, *“onde falta o atendimento governamental, constitui um sistema mínimo de assistência social e de bem-estar familiar patrocinado pela comunidade”*. Neste sentido:

“ A favela propicia uma comunidade onde se pode contar com amigos e vizinhos para favores recíprocos; sempre existe alguém com quem deixar as crianças; há um vizinho com geladeira, onde o leite do bebê pode ser conservado fresco no verão; alguém tem uma máquina de costura para conserto rápido. Além disto, é possível comprar mantimentos a crédito nos comerciantes locais (ainda que por preço mais alto) de maneira que, mesmo se o dinheiro faltar é possível alimentar a família”

(PERLMAN, 1977: 236).

Além da dimensão comunitária, na favela, a casa funciona não apenas como abrigo, mas para diversas atividades diferentes e de acordo com as necessidades diárias. Podem-se acrescentar cômodos, abrir comércio, utilizar o quintal para plantar ou criar animais, etc. Desta forma, a transição para um conjunto habitacional pode se revelar mais complexa do que o imaginado.

Independentemente do número de habitantes que residem no seu interior, o tamanho das habitações populares no Brasil varia entre 34m² a 40m² (Dias & Mitchel, 2006). Os projetos dos conjuntos habitacionais, de acordo com Teixeira, destinados à população de baixa renda, muitas vezes se restringem apenas a oferecer moradias, sem considerar as características sociais, culturais e econômicas dos moradores bem como se suas relações com o meio urbano. Em consequência, as apropriações não atendem integralmente as necessidades dos usuários. Para Sayad:

“Porque se trata de construir para uma clientela pobre, a mais pobre entre todas as categorias de locatários pobres, serão construídas pobremente habitações de pobres. Construir-se-á de maneira indigente, seja do ponto de vista institucional urbanístico, arquitetônico ou técnico, o que significa que se construiria em terrenos pobres (isto é, em bairros periféricos, muito longe do centro e mal servidos...) como se a maior preocupação fosse amortizar ao máximo o custo do terreno e o custo de seu aproveitamento e de sua ocupação...” (SAYAD, 1991: 103).

Desta forma, o espaço, o local, a casa exerce um papel de recurso que os planejadores urbanos não reproduzem ao construírem as casas populares. A casa e seu entorno são mais que apenas um espaço físico, mas funcionam como lugar de encontro, de sociabilidade, de comércio e outros recursos não previstos ou ignorados na construção da habitação social nos conjuntos. Segundo Milton Santos (1999) este aspecto é relevante já que “...os detentores de recursos competem vantajosamente com aqueles que não dispõem” (p.194). Assim, segundo Leitão & Andrade:

“No Rio de Janeiro, observa-se nos conjuntos habitacionais implementados pelo poder público para a população de menor renda, que a maioria de seus moradores promove alterações significativas nas edificações originais, com o objetivo de atender a necessidades e funções não previstas inicialmente nos projetos desenvolvidos por arquitetos e engenheiros. Essas alterações têm, ainda, um outro caráter que não se refere propriamente a aspectos meramente pragmáticos: visam, também, responder a representações simbólicas, cuja materialidade, muitas vezes, não encontra respaldo na racionalidade projetual e construtiva” (LEITÃO & ANDRADE, 2007: 3).

Desta forma, a produção de conjuntos habitacionais não atende às estratégias de sobrevivência da população a ele destinada. Assim, não é difícil ver que, em pouco tempo os conjuntos estão totalmente descaracterizados, tendo em vista seu modelo original. Estas transformações caracterizam mudanças e permanências no sentido e forma de habitar:

“As transformações promovidas pelos moradores não se restringem à própria moradia; envolvem também os espaços públicos, conferindo-lhes novos usos e funções, imprevistos no projeto original. Estas transformações buscam, inegavelmente, adaptar o espaço para necessidades e anseios não contemplados pelos planejadores. Mais ainda, os investimentos na ampliação da moradia original constituem uma forma de poupança tanto pelo caráter simbólico – materialidade, segurança, ascensão social - atribuída, em nossa cultura, à casa própria, bem como pela possibilidade de auferir renda, através de aluguel ou venda. Estes acréscimos irão, também, em alguns casos, atender a situações tais como o casamento de um filho ou a criação de uma atividade comercial que complemente a renda da família” (LEITÃO & ANDRADE, 2007: 15).

De acordo com Davis (2006), a falta de atenção dos planejadores urbanos na construção da habitação social com relação as diferentes formas de utilização do espaço (seja no âmbito social, cultural, político ou econômico), é percebida em diversas partes do mundo. Segundo o autor:

“Em sua reestruturação da economia espacial de Hong Kong, os urbanistas raramente deram atenção às verdadeiras estratégias de sobrevivência dos pobres urbanos, inclusive o uso freqüente da moradia como oficina ou a necessidade de morar perto dos mercados e das fábricas centrais. A incompatibilidade entre as moradias periféricas... com a estrutura social e a economia informal das comunidades pobres é, naturalmente, uma história antiga; um pecado original repetido há décadas no mundo todo por reformadores e czares urbanos” (DAVIS, 2006: 72).

Para Guimarães, o que se observou na história da habitação popular no Brasil é a utilização de uma solução “fordista” na construção de conjuntos habitacionais, marcadas pela monotonia, repetição e pela não adequação ao modo de vida da população assistida. Isto ocorreu em muitas experiências brasileiras, desde as vilas operárias, dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP’s), no desempenho da Fundação da Casa Popular (FCP), do BNH e das COHABs. Contudo, ainda hoje, se percebe a edificação de conjuntos também marcados por este estilo de construção, inadequado muitas vezes à realidade da população. Na maioria das vezes, a população necessita modificar completamente o conjunto habitacional, tanto a tipologia edilícia quanto a configuração espacial, de forma a adequá-los às suas necessidades e a hábitos culturais. De acordo com a autora:

“As mais recentes ações mostram que ainda há uma espécie de standardização dos projetos espaciais dos assentamentos, ou a desconsideração das características específicas da população alvo da intervenção na definição dos projetos habitacionais, principalmente aqueles

que são resultado de remanejamento de comunidades de áreas de risco para assentamentos totalmente novos” (GUIMARÃES, 2007: 4).

Segundo Leitão e Andrade, observando conjuntos habitacionais percebemos que vários moradores promovem modificações em sua estrutura. Essas alterações têm, também uma outra dimensão, que não se refere propriamente a aspectos meramente pragmáticos e assim buscam, também, responder *a representações simbólicas, cuja materialidade, muitas vezes, não encontra respaldo na racionalidade projetual e construtiva*. Para alguns estas alterações dos projetos originais leva a uma “favelização” do conjunto, expressa pela incapacidade dos moradores de participarem de princípios técnicos de ordenação do espaço. Contudo, o que se percebe é a não participação dos favelados na elaboração do projeto destes conjuntos, deixando de fora a suas opiniões a respeito das necessidades do morar. Como também aponta Soares (2007):

“A não confirmação destes conjuntos habitacionais, enquanto um equipamento de inserção urbana é visível e explicita-se pela sua infraestrutura depreciada e pela ausência de uma discussão compartilhada, entre técnicos e população, em sua construção, configurando-se em uma intervenção urbana dissociada de uma política social de inserção à urbanidade. Além de impessoal, descontextualizada, a arquitetura utilizada no Conjunto Habitacional é de baixa qualidade, o leva um envelhecimento precoce das unidades habitacionais. Levando a afirmar que projetos urbanos de habitação popular desprovidos de uma contextualização com as realidades dos moradores não se constituem como projetos de inserção e integração no universo dos direitos sociais de acesso a cidadania” (SOARES, 2007: 22).

Neste contexto, é necessário aclarar porque alguns autores afirmam que conjuntos habitacionais podem se “favelizar”. De acordo com Burgos, o substantivo favela foi, ao longo do tempo, ganhando múltiplas conotações negativas que funcionam como antônimos de cidade e de tudo que a ela, modernamente, se atribui como urbanidade, higiene, ética do trabalho e progresso. Além disto, o autor também aponta a incorporação no vocabulário corrente do termo “favelizar”, e desta forma a palavra favela vai se libertando de sua conotação original, ligada apenas à descrição do espaço para assumir um significado maior, que remete a um tipo de subjetividade particular, ou seja, a do “favelado”, sujeito formado através da socialização em um local marcado pela falta de referenciais de cidade. Desta forma, mesmo conjuntos habitacionais como loteamentos irregulares podem se favelizar através do olhar da cidade e através da sociedade que o define:

“Daí que conjuntos habitacionais e loteamentos irregulares – dois dos principais espaços de habitação popular das cidades brasileiras –, embora com um padrão mais formal de ocupação do solo, também possam “favelizar-se”, isto é, assumir características socioculturais semelhantes àquelas encontradas nos espaços típicos das favelas, do que é sintoma a existência dos tradicionais “donos do lugar”, e mesmo de gangues de traficantes de drogas e de armas em muitos desses aglomerados habitacionais” (BURGOS, 2005: 02).

A compreensão de moradia verificada nestes projetos arquitetônico-urbanísticos, para Leitão e Andrade, foi concebida por técnicos com referências sócio-culturais distintas daquelas da população que vive nestes conjuntos, fazendo com que as modificações realizadas pelos moradores pareçam, muitas vezes, desprovidas de uma coerência funcional e construtiva. Contudo, isto não significa que estas alterações necessariamente contribuam para uma melhoria da qualidade do ambiente construído, pois muitas vezes estas alterações afetam as condições da moradia e o funcionamento do conjunto e de seu espaço público. *Em primeiro lugar, urge a necessidade de se perceber a questão da “favelização” dos conjuntos habitacionais como uma questão que demanda políticas públicas para o seu enfrentamento. Ou seja, é necessária a troca de saber entre técnicos e moradores de conjuntos habitacionais, os que planejam e os que habitam, visando melhorias para a realização de novos projetos de conjuntos habitacionais e, especialmente, para intervenções em conjuntos já modificados pela população. Desta forma:*

“Os projetos de conjuntos habitacionais – particularmente aqueles destinados à população de menor renda, que desconsideram a possibilidade de intervenção do futuro morador ignoram o conceito de que estas moradias passarão por transformações, que visam adequar uma edificação padronizada às suas necessidades e anseios, em um processo que poderá se estender por anos, com implicações significativas para o ambiente construído” (LEITÃO E ANDRADE, 2007: 16).

Somente uma integração entre técnicos, poder público e moradores de conjuntos habitacionais, ou seja, pesquisas sobre como esta população exprime a necessidade do morar, sobre as modificações que estes promovem em suas casas e sobre suas necessidades, podem fazer com que a política de habitação social seja mais eficiente para a população que se destina. Segundo Leitão e Andrade:

“Acreditamos, entretanto, que uma maior aproximação entre técnicos, poder público e moradores de conjuntos habitacionais possam contribuir para o reconhecimento das práticas sócio-espaciais que norteiam as

transformações promovidas pelos últimos no ambiente construído. Mais do que isto, estes estudos podem apontar para formação de metodologias de planejamento e projeto, com objetivo de assegurar uma maior interação entre população e técnicos, contribuindo, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida nestes locais” (LEITÃO E ANDRADE, 2007: 7).

Assim, o que se observa é que não há participação das camadas populares na elaboração e construção das habitações sociais. A maioria dos projetos habitacionais não considera as práticas usuais, os vínculos comunitários e a história local, já que a população removida não é ouvida na elaboração do projeto.

A Urbanização e a Política Habitacional em Campos dos Goytacazes

2.1- Introdução

Imprescindível é entender o processo de formação de Campos dos Goytacazes para que se possa compreender a sua atual configuração urbana. A cidade viveu um processo de acelerada urbanização, que como em boa parte da experiência brasileira levou à precarização das condições habitacionais.

Inicialmente, pretendo analisar o processo de expansão urbana e a formação das favelas ao longo da história de Campos. Um dos problemas mais sérios enfrentados pelas cidades brasileiras, principalmente as de porte médio, é a expansão urbana desordenada, agravada pela falta de planejamento. O resultado deste processo é uma estrutura social urbana fragmentada e segregada espacialmente, tendo por consolidação a constituição de favelas e loteamentos irregulares.

Nesta perspectiva, há necessidade de uma política habitacional comprometida em enfrentar estas desigualdades. Por isto, analiso a política habitacional em Campos, bem com suas instituições e instrumentos, e a transformação após a descentralização. Assinalo a configuração da política habitacional e produção de habitação social nos diversos cenários políticos vivenciados pelo município e como esta se torna objeto de barganha dentro do jogo político.

Numa última análise, apresento a política de construção de conjuntos realizada no município, bem como, os projetos desempenhados e sua justificativa. As políticas remocionistas têm marcado fortemente as ações na área de habitação das cidades de porte médio, principalmente naquelas que possuem receitas maiores ou que estão marcadas pela forte atuação do setor da construção. Campos não constituiu exceção neste processo, como será demonstrado.

Os dados apresentados foram aferidos após levantamento bibliográfico, pesquisa em sites²¹ governamentais, fontes²² jornalísticas e entrevistas nos órgãos Públicos:

²¹ www.cehab.rj.gov.br, www.campos.rj.gov.br,

²² Jornal Folha da Manhã, Jornal O Diário, Jornal Monitor Campista

Empresa Municipal de Habitação e Secretaria de promoção Social – Departamento de habitação.

2.2- Expansão urbana em Campos dos Goytacazes e a formação das favelas:

Campos dos Goytacazes é um dos nove municípios da região norte fluminense. É o maior do Estado em extensão, correspondendo a 41,4% da área total da região. Possui uma área de 4.040 Km², ocupando aproximadamente 10% da extensão do território do estado do Rio de Janeiro.

Em 1950, Campos apresentava uma população de 200.327 habitantes. O censo do IBGE, em 2000, identificou 406.279 habitantes, o que demonstra que em 50 anos a população do município duplicou. Os censos de 1991 e 1996 identificaram 32 favelas na cidade. De acordo com o conceito de favela do IBGE, o Censo de 2000 continuou identificando a existência de 32 favelas no município, onde habitam 16.876 pessoas em 4.842 domicílios. Isto demonstrou que entre 1991 e 2000 não houve o surgimento de novas favelas.

Um dado interessante sobre as favelas campistas é uma comparação que pode ser feita do número de moradores e do número de favelas entre o Rio de Janeiro (capital) e Campos dos Goytacazes. O Rio de Janeiro possui 5,86 milhões de habitantes e 462 favelas, enquanto Campos possui 406 mil habitantes e 32 favelas. O Rio de Janeiro tem uma favela para cada 12.662 habitantes, enquanto Campos possui uma favela para cada 12.690 habitantes. Percebemos que a relação é praticamente igual, embora o Rio seja um local de maior atratividade e possua uma população 14 vezes maior. Tratando-se de uma cidade de médio porte como Campos, estes dados revelam o impacto da relação do número de favelas com o total da população (Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense -OSRNF 2001).

De acordo com a Fundação CIDE /IPPUR/UFRJ (2001), o município de Campos possui um déficit habitacional²³ de 11.094 domicílios, sendo a maioria nas famílias com renda de até 2 salários mínimos. A região Norte Fluminense possui um déficit de 17.414 domicílios. Neste sentido, o município de Campos representa aproximadamente 64% do déficit da região.

²³ Domicílios improvisados, domicílios rústicos e coabitação familiar.

No final dos anos 60, a agroindústria açucareira entra em decadência e o processo de migração do campo para a cidade, e de outros municípios para Campos é intensificado. Em 1950, 65% da população do município encontravam-se na zona rural, em 1960 este percentual diminui para 55%. Em 1970, ela torna-se predominantemente urbana. Em 2000, apenas 11% da população do município permanecem na zona rural. (PÓVOA, 2002)

TABELA 1: População total, urbana e rural do município de Campos dos Goytacazes - 1940/2000

Anos	População					
	Total		Urbana		Rural	
	N	%	N	%	N	%
1940	223.373	100	66.644	30	156.729	70
1950	237.633	100	83.088	35	154.545	65
1960	292.292	100	131.974	45	160.318	55
1970	321.370	100	177.871	55	143.499	45
1980	348.461	100	203.399	58	145.062	42
1991	389.109	100	324.667	83	64.442	17
1996	389.547	100	333.604	86	55.943	14
2000	406.279	100	363.489	89	42.790	11

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil de 1947/1950 e 1960, Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, 1970 e 1980, Censo Demográfico de 1991 e 2000 e Contagem Populacional de 1996 (IN Póvoa 2002).

A partir da década de 1970, a produção de produtos tradicionais (milho, feijão, mandioca e outros), é reduzida até quase desaparecer ao final da década de 80. Em seu lugar observa-se um processo de modernização²⁴ do campo destinado a predominância do cultivo da cana de açúcar. O êxodo rural foi um dos aspectos mais marcantes deste processo, expressando a proletarianização do trabalhador da agricultura e agropecuária. (Cruz, 2006)

Considerável é a brusca mudança ocorrida na distribuição entre 1980 e 1991: a população rural decaiu de 42% para 17 %, enquanto a população urbana aumenta de 58%

²⁴ “A expansão e modernização do setor agropecuário e da indústria sucro-alcooleira do Norte Fluminense, nos anos 70, seguiu um padrão periférico, subordinado à dinâmica da acumulação nacional do setor. (...) Com isso, o mercado de trabalho regional se restringiu econômica e espacialmente, agravado pela realização do ciclo de proletarianização do trabalhador no campo, o que aprofundou sua precarização. O mercado de trabalho sazonal se tornou um mercado dominado pelo biscate, alternado com o trabalho na cana” (Cruz, 2006)

para 83 %. Isto coincide com o ápice do êxodo rural vivenciado pelo município, provavelmente devido à estagnação da atividade açucareira.

As explicações para a formação das favelas na cidade têm se apoiado no êxodo rural ocasionado pelo esvaziamento das áreas de produção agrícola na região. Campos já tinha sérios problemas estruturais e não estava preparada para tamanha expansão. Na busca de emprego, várias famílias procuraram a cidade. Contudo, como não encontravam ocupação, estas pessoas engrossavam a lista de trabalhadores informais e desempregados. É neste contexto que temos o início do processo de favelização em nossa cidade, como fruto da crise de emprego e moradia. A cidade vai se configurando sócio-espacialmente de maneira desigual, refletindo a dualidade cidade formal e informal (Faria, 2003).

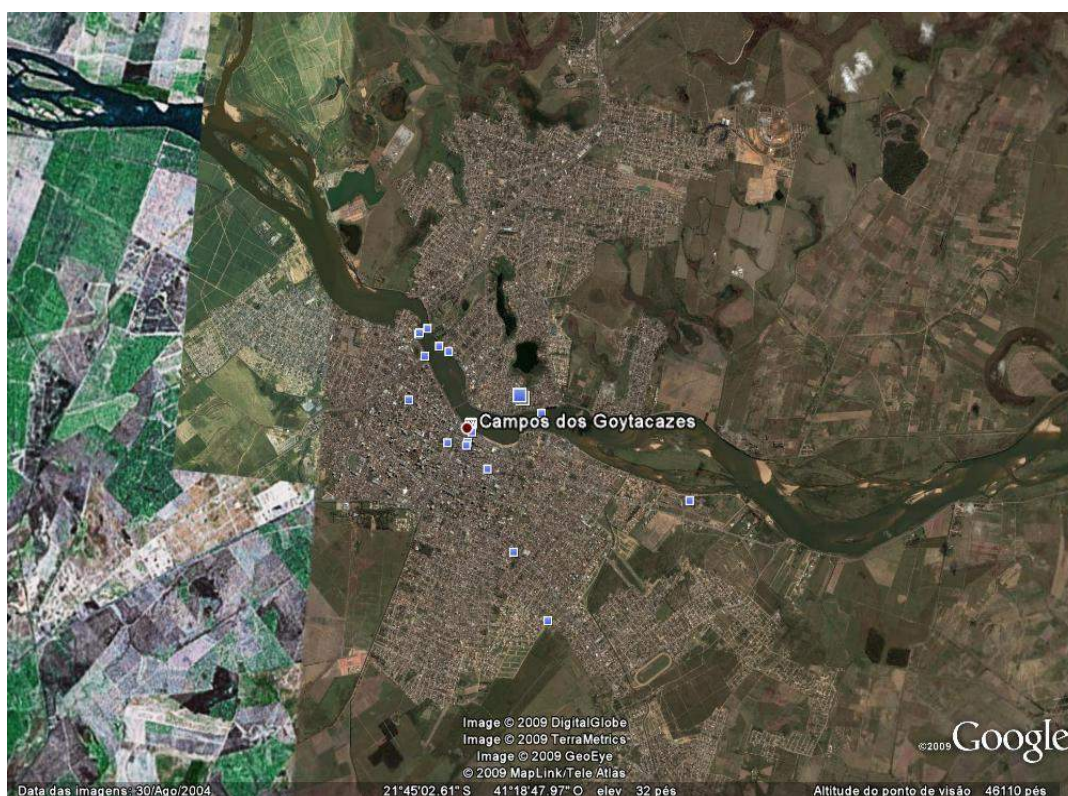


Figura 1- Malha urbana de Campos dos Goytacazes em 2009- Fonte: Google Earth – 2009

De acordo com Póvoa (2002), data dos anos 50 o surgimento das primeiras favelas campistas: Tamarindo, Aldeia, Parque Bela Vista e Rio Ururaí. Nos anos 60, (decadência da indústria açucareira) observamos um intenso crescimento da favelização,

com quinze novas áreas de ocupação. Em 1978, o PDUC, Plano de Desenvolvimento Físico Territorial Urbano de Campos, apontou a existência de dezenove favelas no município, conforme tabela a seguir

Tabela 2 - Relação de favelas existentes em 1978

Favelas	Local	Casa de madeira	Casa de tijolos	Fundação
Baleeira	Pq. Leopoldina	78	46	1952
Oriente	Caju	65	31	
Prazeres 1	Beira-rio			1958
Matadouro / Goiabal	Matadouro	60	30	1958
Lagoa do Vigário	Av. Pedro Barroso	40	150	1958
BR-101 Norte	Aeroporto / Km 13	82	165	1960
Aldeia	Rod. Campos/Itaperuna	165	96	1961
Fundão	Bartolomeu Lisandro	53	10	1961
Escova Urubu	Rod. Campos/Vitória	15	10	1962
Bariri	Av. Salo Brand	16	14	1962
Tira Gosto	Final da Rua Riachuelo	53	0	1966
Prazeres 3	Beira-rio			1966
Inferno Verde	Lapa	35	0	1968
Santa Helena	Fundão			1970
Pres. Vargas	Av. Pres. Vargas			1974
Siqueira Silva				
Ilha do Cunha				

Fonte: Departamento de Assistência Social da PMC - PDUC/1978. IN: Póvoa 2002

Entre 1980 e 1991, observa-se um grande crescimento das favelas em Campos (ápice do êxodo rural). Percebe-se o crescimento de mais 13 favelas neste período. Esta população que vinha para a cidade em busca de emprego foi se instalando na periferia, constituindo pequenos núcleos. Atualmente o crescimento da favelização na cidade não ocorre mais através da criação de novas favelas, mas pelo aumento de domicílios nas favelas existentes (Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense -OSRNF 2001).

Na tabela a seguir, pode-se perceber que algumas favelas demonstram um aumento de ocupações, enquanto em outras é perceptível a diminuição destas. Isto poderia ser explicado pela migração entre as favelas. Este fato é decorrente de diversos fatores, tais como a urbanização, a presença da violência/tráfico e o esgotamento do

espaço físico. Em resumo, 17 favelas tiveram aumento de domicílios ocupados e 15 tiveram redução. No total, as 32 favelas de Campos tiveram um aumento de 192 domicílios ocupados (IBGE 2000/OSRNF 2001).

Tabela 3 – Evolução dos domicílios ocupados nas favelas de Campos(19962000).
Fonte: IBGE – Censos de 1996 e 2000 /Observatório 5 Cefet Campos

Evolução dos domicílios ocupados nas Favelas de Campos dos Goytacazes					
BAIRROS	FAVELAS	1996	2000	Evolução dos Domicílios	
		Domicílios Ocupados	Domicílios Ocupados	Percentual	Nº Absolutos
Aeroporto	Aeroporto/ Bonsucesso	180	226	25,56	46
	Escova Urubu (1º distrito)	124	102	-17,74	-22
Caju	Baleeira	139	123	-11,51	-16
	Ilha do Cunha	231	182	-21,21	-49
	Oriente	148	164	10,81	16
	Presidente Vargas	68	59	-13,24	-9
Nova Campos	Av. Central	50	71	42,00	21
Donana	Santa Luzia	95	86	-9,47	-9
Fundão	Aldeia	481	533	10,81	52
	Fundão	88	39	-55,68	-49
Goytacazes	Estrada do Carvão	47	53	12,77	6
	Goytacazes/Canema	31	17	-45,16	-14
Jardim Carioca	Bariri/Madureira	78	90	15,38	12
	Fofoca	241	257	6,64	16
	Lagoa do Vigário	250	346	38,40	96
Lapa	Inferno Verde	51	61	19,81	10
	Matadouro	183	247	34,97	64
	Patronato	84	15	-82,14	-69
	Risca – Faca	68	127	86,76	59
	Siqueira e Silva	38	91	139,47	53
	Tira – Gosto	50	48	-4,00	-2
P. Bela Vista	Bela Vista	40	38	-5,00	-2
P. Prazeres	P. Prazeres	186	105	-43,55	-81
P. Pres.Vargas	Farofa	53	38	-28,30	-15
P. Rui Barbosa	Estrada do Carvão	71	111	56,34	40
P. Santa Helena	Palestra	94	67	-28,72	-27
P. São Mateus	São Mateus	165	213	29,09	48
P. Visc. Ururá	Chatuba	150	165	10,00	15
Travessão	Escova Urubu	51	75	47,06	24
Ururá	Ilha de Ururá	297	245	-17,51	-52
	Margem da Linha	780	746	-4,36	-34
	Rio Ururá	38	102	168,42	64
TOTAL		4.650	4.842	4,13	192

Tabela 2: Evolução dos Domicílios Ocupados nas Favelas de Campos (1996 – 2000)
 Fonte: IBGE – Censos de 1996 e 2000

Mapa urbano do município de Campos dos Goytacazes.

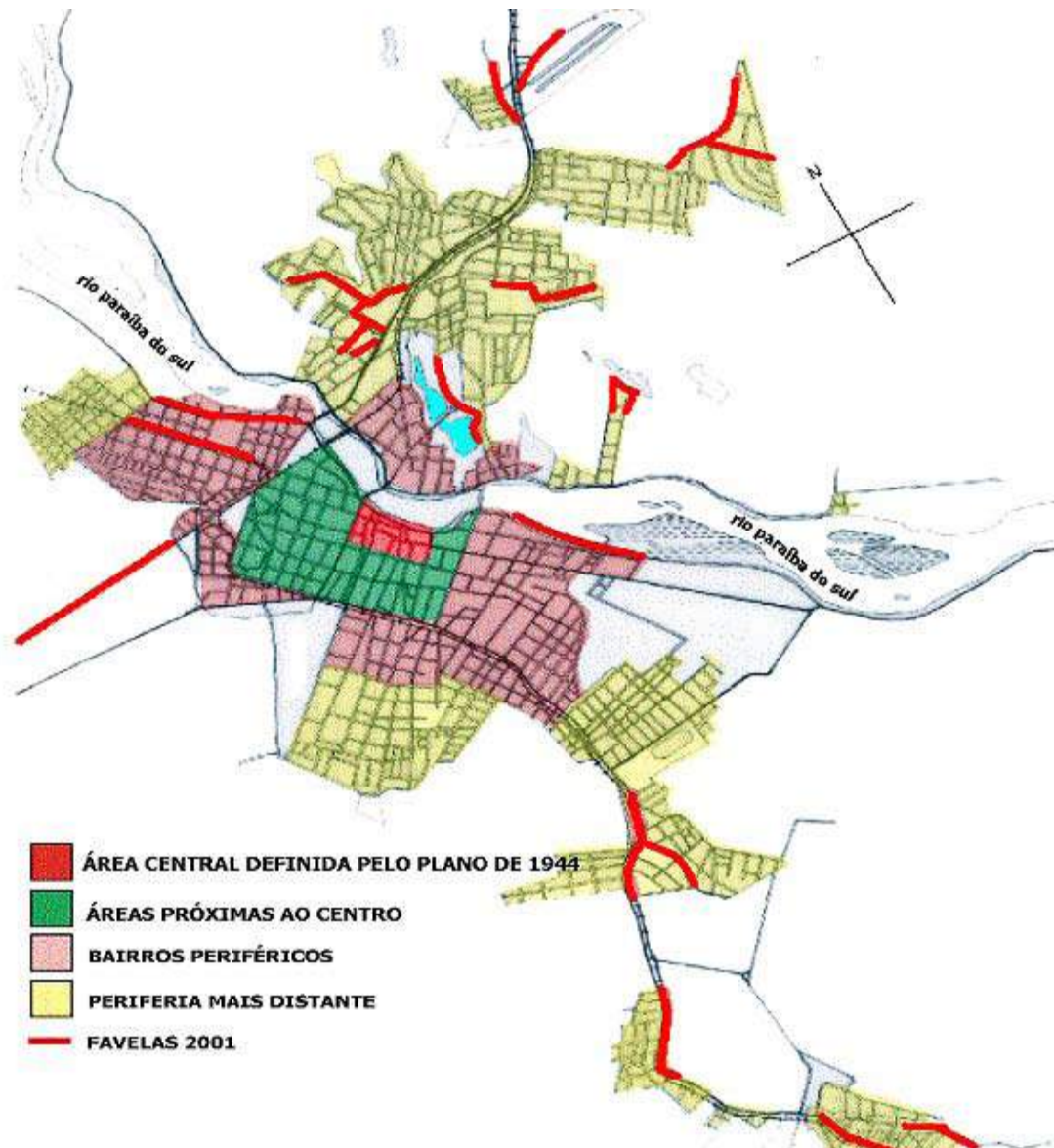


Figura 2- Mapa urbano do município de Campos dos Goytacazes. Fonte: BARBOSA (2004)

A estagnação do número de favelas é decorrente de diversos fatores, dentre eles a diminuição do êxodo rural e a diminuição do crescimento da população. O que se processou foi o aumento da densidade populacional no contexto das favelas já existentes e uma migração inter-favelas. Contudo, a expansão das favelas existentes se

tornou uma alternativa mais viável devido à presença ou proximidade de infra-estrutura mínima, como posto de saúde e escola. A população vai se deslocando em busca de uma melhor qualidade de vida. (OSRNF 2001)

2.3 - A política habitacional em Campos: desenho institucional

No Brasil, durante o período militar, as políticas sociais, dentre elas a habitação, foram marcadas por uma forte centralização no âmbito federal. A política de habitação no estado do Rio de Janeiro era realizada através de recursos do governo federal, através do BNH, e implementada pela CEHAB/RJ. A responsabilidade da CEHAB consistia em elaborar o projeto das casas, urbanizar a área, promover a escritura e acompanhar e fiscalizar a construção dos conjuntos (realizados por empreiteiras licenciadas).

Em Campos, as primeiras intervenções do poder público na área habitacional, ocorreram neste período. Os primeiros conjuntos habitacionais da cidade foram construídos na década de 60, através da política de financiamento BNH. Foram edificadas entre 1966 e 1980 quatro conjuntos habitacionais para a população com rendimento até cinco salários mínimos. Estes conjuntos totalizaram 1.186 unidades habitacionais.

Neste período, devido à forte centralização política e sem dispor de recursos, a função da prefeitura era extremamente limitada. Cabia a ela apenas fazer a intermediação entre os donos dos terrenos da cidade e a CEHAB (Companhia Estadual de Habitação), que era responsável pela construção das habitações (Duarte, 2007)

Tabela 4 - Relação de conjuntos habitacionais construídos pelo BNH no município de Campos dos Goytacazes

Ano	Nome do conjunto	Local	Unidades
1966	Conjunto habitacional João XXIII	Pq. Nova Brasília	256
1968	Conjunto habitacional Parque Lebret	Pq. Lebret	230
1970	Conjunto habitacional Guadalajara *	Pq. Pecuária	280
1980	Conjunto habitacional João Paulo II	Ururai	420
Total de casas construídas			1.186

Fonte: Companhia Estadual de Habitação (CEHAB/RJ/2001) In: Póvoa 2002

* Conjunto habitacional conhecido como Pombal.

Até o final da década de 80, não há registros na política habitacional campista de nenhuma iniciativa ou destinação de recursos para o setor no âmbito municipal. Somente a partir de 88, com a Constituição, ocorre a institucionalização de políticas descentralizadas, sob responsabilidade dos governos locais. A partir de então o planejamento e gestão de políticas públicas foram legalmente transferidos para os municípios e estados, como consequência da descentralização²⁵.

Percebe-se a diminuição do papel do governo federal enquanto os governos locais são reconhecidos como capazes de promover as políticas sociais, dentre elas a habitação. Neste sentido, estados e municípios, precisaram promover mudanças institucionais visando a formulação e implementação de políticas adequadas às necessidades locais.

A partir de 1989 a implementação das políticas sociais em Campos passa a ser de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social (SMDPS- atualmente chamada de Secretária Municipal da Família e Assistência Social). A política de habitação também ficou a cargo da Secretaria de Obras e Urbanismo e da Empresa Municipal de Habitação e Saneamento (EMHAB – criada em 1991).

Desta forma, só a partir da gestão de Anthony Garotinho, em 1989, é que tem início uma sistematização da prefeitura para atender às necessidades habitacionais do município. Neste contexto, seguindo determinações da constituição, em 1990 é promulgada a Lei Orgânica do Município, e no mesmo ano o Plano Diretor. Os municípios ganharam mais autonomia, através da descentralização política e administrativa, para tratar da questão da habitação. Assim, foi necessária a elaboração de novos instrumentos de planejamento e gestão urbana, dentre eles o Plano Diretor: *é por meio dele que serão estabelecidos os critérios e conteúdos para definir os direitos de propriedade no município e as implicações para quem não atender às disposições legais.* (Nunes & Giviziez, 2008)

Todas as cidades acima de 50.000 habitantes tinham que fazer seu Plano Diretor como um instrumento básico para regular o processo de gestão e desenvolvimento urbano. O Plano Diretor de Campos tem por objetivo ser *“instrumento básico de ordenação do território, a que se integra a política de desenvolvimento e expansão*

²⁵ A descentralização, por sua vez, diz respeito à distribuição das *funções administrativas entre os níveis de governo* (Riker, 1987 IN: Arreteche 2003).

urbana” (PMCG, 1990:2). Além disto, o Plano Diretor de 1990, conforme consta no Capítulo I, artigo 2º, tem como pressupostos:

“A promoção do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, com a melhoria da qualidade de vida da população e a criação de novas bases para o revigoramento das atividades econômicas no município, revertendo o quadro de segregação social hoje dominante” (PMCG,1990: 3).

Em 2008, também tivemos a promulgação do novo Plano Diretor da cidade de Campos. Neste novo Plano, há um detalhamento maior da política habitacional. O município de Campos dos Goytacazes atendendo ao artigo 182, parágrafo 1º da Constituição, promulgou em dezembro de 1991 a Lei 5251 – o Plano Diretor de Campos dos Goytacazes. Contudo, com a publicação do Estatuto da Cidade, em 2001, o Plano Diretor precisou ser revisado para atender às diretrizes legais. Em 1991 o plano diretor não esclarecia as ações para as Áreas de Interesse Especial, determinadas até então apenas pelas favelas. Cabe ao Plano definir as áreas de especial interesse social (AEIS), ou seja, áreas dentro do território urbano que serão designadas, se desocupadas, para promoção de habitação popular e, se ocupadas por assentamentos irregulares, para a regularização fundiária e urbanística (ROLNIK, 2002). Para isto, é necessário que o município faça um cadastramento constante de suas necessidades habitacionais, das favelas e loteamentos irregulares ou clandestinos, mas a maioria dos municípios descuida na produção destas informações. Segundo Nunes & Giviziez:

“Enfim, o Plano Diretor aprovado em 1991, no tocante às AEIS, não foi completo o suficiente a ponto de permitir a efetiva regularização fundiária e inclusão social dos moradores das favelas. Apenas apresentou disposições gerais e abstratas, sem, contudo, definir as políticas para sua implementação. A ação municipal nas favelas resume-se a ações emergenciais e de caráter assistencial, mas estas não representam considerável melhora nas condições de vida da população residente nestas áreas” (Nunes & Giviziez, 2008: p.5).

O novo plano diretor, lei 7.972 de 31 de março de 2008, divide as AEIS em três tipos: 1- as favelas em que se prevê ações de regularização urbanística e fundiária, melhoramento de serviços urbanos a desocupação quando estiverem localizadas em áreas de risco; 2- os loteamentos irregulares, sendo previstas a regularização e o provimento de serviços e equipamentos urbanos para estes espaços; 3- as áreas vazias que serão destinadas à construção de habitação social para a população que recebe até 6 salários mínimos e as que residem em áreas de risco.

O plano determina que a política de habitação deverá adotar novos parâmetros, como a adesão do Município ao Sistema Nacional de Habitação – SNHIS e ao Fundo

Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS; criação de um Fundo Municipal de Habitação e Saneamento, com dotação orçamentária própria; criação de um Conselho Municipal de Habitação e Saneamento - CMHS, de forma a ampliar o processo de participação da sociedade na formulação e implementação da Política Municipal de Habitação e Saneamento e a elaboração de um Plano Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS. Estabeleceu um prazo máximo de 6 (seis) meses, contados a partir da data da publicação da Lei do Plano Diretor, para elaboração e aprovação do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Ademais, estipula que qualquer projeto de habitação social que passe pelo órgão municipal responsável pela habitação seja submetido ao Conselho Municipal de Habitação. Contudo, até janeiro de 2009, este Conselho, Fundo e Plano de habitação ainda não foram criados, apesar de já ter sido anunciado pelo novo governo a construção de mais casas populares.

No âmbito estadual, institucionalmente apresenta-se o Secretaria de Estado de Habitação (SEH), Conselho Estadual de Habitação e Saneamento do Estado do RJ - CEHAS (criado em 1995), Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social – FEHIS (criado em 2007), e a continuação da CEHAB – RJ (sob total responsabilidade estatal).

Criam-se as instituições, mas não se delineia uma política habitacional clara para o município. Os conjuntos habitacionais voltam a ser construídos em 1999, ou seja, 11 anos após a descentralização das políticas sociais. O município recebeu projetos de ordem estadual pela primeira vez em 2001 (através de uma rápida parceria com o governo municipal). Depois desta experiência, cada governo implementou seus projetos separadamente: o município com o programa *Pode entrar que a casa e sua* (criado em 1999) e o Estado com o programa *Morar Feliz* (criado em 1999).

Embora a Constituição preveja formas de cooperação entre os governos locais, estadual e municipal, os programas habitacionais foram calcados no boicote e no alinhamento ao longo dos governos. A atuação dos órgãos depende da vontade política dos governantes, o que contribui para que se estabeleça a competição ao invés da cooperação e integração entre eles. A habitação foi utilizada como moeda de troca dentro de um jogo de interesses políticos, um instrumento de reprodução de votos. Os programas habitacionais existentes em Campos não surgiram em decorrência de um planejamento estruturado, mas em função de situações emergenciais que exigiam soluções rápidas e, muitas vezes, de natureza política.

Desta forma, é necessário explicar, rapidamente, a conjuntura política de Campos, para que possamos entender as dificuldades que a política de habitação enfrentou, sendo

muitas vezes barganhada entre os grupos políticos. É de conhecimento de muitos, que a cidade durante muitos anos teve a sua política comandada por Anthony Garotinho. Nas eleições de 1992, ele conseguiu eleger seu aliado, Sergio Mendes, que acabou rompendo com ele no fim de seu mandato. Em 1996, ele se candidata prefeitura de Campos novamente, e vence. Contudo, seu objetivo era atingir o posto de governador do Estado, e para concorrer passou a prefeitura ao seu vice, Arnaldo França Vianna. Em 1998, Garotinho se elegeu governador (1998-2002) do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2000, Arnaldo Vianna continua como chefe do executivo da cidade, já que vence a eleição para prefeito. Com recursos municipais, sua gestão Em 2001, ocorre duas parcerias entre a prefeitura de Campos e a CEHAB (Estado) para a construção de conjuntos habitacionais. Isto aconteceu porque nesta, época, o então prefeito, Arnaldo, e o governador, Garotinho, ainda eram aliados políticos.

Em 2002, de acordo com Pantoja (2005), há um rompimento entre Garotinho e Arnaldo Viana, o que gera em Campos a formação de duas fortes facções políticas lideradas pelos dois, respectivamente. A partir de então, encerra-se as parcerias entre para a construção de conjuntos habitacionais entre o município e o estado.

Neste mesmo ano, Rosinha Garotinho ganha a eleição para Governadora do Estado do Rio de Janeiro (2003-2007). Esta, por sua vez, também construiu conjuntos habitacionais na cidade, o que parecia uma “concorrência” com o poder municipal. Não buscou, enquanto governadora, nenhuma parceria de cunho habitacional com o poder municipal.

Em consequência desta cisão, as eleições de 2004 para prefeito de Campos ocorrem em meio a um clima de tensão e conflito: de um lado, Carlos Alberto Campista, candidato de Arnaldo, e de outro, Geraldo Pudim, candidato de Garotinho.

Nesta eleição ocorre a vitória de Carlos Alberto Campista. Contudo, devido a fortes denúncias de abusos cometidos durante a campanha eleitoral, as eleições são suspensas, e sentenças são proferidas para ambos os grupos políticos. Neste sentido, assume a prefeitura o presidente da câmara, Alexandre Mocaiber, aliado de Arnaldo. Este, como prefeito interino, pede novas eleições, que acontecem em março de 2006. Nesta eleição, temos a disputa entre Mocaiber, candidato de Arnaldo, e mais uma vez Pudim, candidato de Garotinho. Mocaiber vence, e Garotinho sai derrotado na cidade.

O governo de Alexandre Mocaiber foi marcado por inúmeros escândalos de mau uso do dinheiro público, e durante toda a sua gestão ele foi denunciado por Garotinho. Este, por sua vez, volta à cena na campanha de 2008, trazendo como candidata ninguém

menos que sua mulher: Rosinha Garotinho. Por sua vez, o grupo de Arnaldo o lança como candidato à prefeito da cidade. Contudo, desta vez quem sai “vitorioso” é Garotinho, já que sua mulher, e parceira política, venceu as eleições.

Em meio a toda esta agitação política, podemos compreender porque um município com tantas dificuldades, e ao mesmo tempo tanto dinheiro, não consegue resolver os seus problemas. Na maioria das vezes, as políticas públicas aplicadas em Campos ficaram muito aquém em planejamento, porque foram usadas como meio de barganha política. Muitas destas políticas são feitas de forma emergencial e imbuídas de certo assistencialismo. É como se fossem feitas por “favor” à população, e não por direito. Entre estas características, podemos citar a política de habitação social, sempre feita num caráter de *doação*. A construção de conjuntos habitacionais, em Campos, retorna em 1999 imbuída do discurso de “*dar dignidade à população*” e isto poderemos perceber nas diferentes gestões.

2.4 – A política de construção de conjuntos a partir de 1999:

A construção de conjuntos habitacionais no município de Campos recomeça a partir de 1999, através do programa municipal *Pode entrar que a Casa é Sua*. Existe desde 1989 e foi o primeiro programa habitacional a ser criado no município. O objetivo deste programa é a construção de unidades habitacionais e de acordo com Póvoa (2002), o programa possui duas fases distintas. A primeira é da construção de vilas, e ocorreu entre 1989 e 1994. Neste período, os recursos eram provenientes somente da prefeitura. A segunda fase, de 1999 até hoje, é a fase dos Conjuntos Habitacionais. Neste momento, temos algumas parcerias da prefeitura com o Governo Estadual e Federal, este último através da Caixa Econômica Federal e do programa Habitar Brasil.

Na primeira fase do programa, de acordo com Póvoa, as casas das vilas foram doadas a famílias que estavam em situação emergencial: “*morando em área de risco, na rua e em locais provisórios, como embaixo de pontes, em escolas, no lixão etc*”. As casas foram construídas em terrenos desapropriados pela prefeitura, tratando-se de projetos pontuais e emergenciais. Através deste projeto, foram construídas, ao todo, 6 vilas, com 182 unidades habitacionais.

Tabela 5 – Relação de “Vilas” construídas no município de Campos entre 1989 e 1994

Ano	Nome da Vila	Localização	Unidades
1989	Paz	Favela Balieira	14
1989	Esperança	Favela Oriente	12
1990	Felicidade	Jóquei Clube	9
1991	Getúlio Vargas	Parque Santa Helena	42
1993	Agrovila Manhães	Usina Cambaíba	13
1994	Pescadores	Farol de São Tomé	92
Total de unidades construídas			182

Fonte: PMCG - Secretaria de Promoção Social - Departamento de Habitação(2001) In: Póvoa 2002

Entre os anos de 1994 e 1999, o programa ficou paralisado devido à falta de recursos, já que o município não possuía verba destinada à habitação e não conseguia parcerias com outros governos. A partir de 1999, temos a reativação do programa, e se inicia a fase de construção dos conjuntos habitacionais.

Tabela 6 - Relação de “conjuntos habitacionais” construídos pelo município e suas respectivas parcerias

Ano	Nome do conjunto	Local	Unidades	Parcerias
2000	Nova Jerusalém	Parque Esplanada	60	PMCG e CEF
2000	Morro do Coco	Morro do Coco - 12 distrito	59	PMCG e CEF
2001	Aldeia	Parque Aldeia- Rodovia Campos-Itaperuna	400	PMCG e CEHAB
2001	Eldorado	Parque Eldorado	300	CEHAB
2002	Rio Preto	Rio Preto	80	PMCG
2005	Oswaldo Gregório	Estrada do Carvão/Ex favela da Chatuba	260	PMCG
2006	Vilmar Cavas Assed	Santa Cruz – (Campos - São Fidélis)	47	PMCG
2006	Travessão	Travessão de Campos	47	PMCG
2006	Três Vendas	Três Vendas	29	PMCG
2007	Matadouro	Parque Califórnia	228	PMCG
2008	Santa Rita (Nogueiras)	Atrás do HGG	300	PMCG
2008	Santa Helena	Pq. Santa Helena	117	PMCG
Total de unidades entregues			1927	

Fonte: Prefeitura Municipal de Campos, Secretaria de Promoção Social - Departamento de Habitação, 2008-2009

Estes conjuntos são construídos, prioritariamente, para famílias que moram em áreas de risco, e também para as que vivem no aluguel social²⁶ ou em locais de extrema

²⁶ Este programa existe desde 1993 e atua até hoje. O seu objetivo é oferecer um auxílio emergencial para o pagamento do aluguel (chamado de aluguel social), durante o período de 6 meses. O programa faz parte desde 1995 da política de assistência social, e hoje é coordenado no departamento de habitação da Secretaria de Promoção Social. Atualmente, existem mais de 200 famílias assistidas pelo aluguel social

carência. Após uma difícil pesquisa no Departamento de Habitação²⁷, na EMHAB, no site da Prefeitura de Campos e em jornais da época²⁸, pude aferir todos os conjuntos habitacionais construídos na cidade desde esta época, não somente pelo governo Municipal, mas também pelo Governo Estadual²⁹ e parcerias entre ambos.

da prefeitura. É pago para famílias que têm casas condenadas pela Defesa Civil, para famílias que perdem o emprego e que ficam incapacitadas de pagar o aluguel, para chefes de família com problemas de saúde etc.

²⁷ É extremamente complicado conseguir dados e registros compilados na prefeitura. Foram necessárias algumas idas ao Departamento de Habitação e à EMHAB para que eu fizesse uma relação dos empreendimentos realmente realizados pela prefeitura e os que apenas não passaram de propagandas que nunca saíram do papel. Utilizei também o site da prefeitura, já que este traz notícias e detalhamento dos projetos desde o ano de 2002, o que colaborou muito para a realização do trabalho.

²⁸ Foi realizada uma pesquisa detalhada nos jornais da cidade, desde o ano de 1999. Os jornais utilizados foram: Folha da Manhã, Monitor Campista e O Diário.

²⁹ A CEHAB possuía um departamento em Campos, porém este foi desativado em 2005. Tentamos contato com a CEHAB Macaé, que agora responde por Campos, porém eles não aceitaram marcar uma entrevista. O mesmo foi tentado com a CEHAB central, mas também não houve resposta.

Tabela 7 – Relação de todos os conjuntos habitacionais construídos no município para a população de baixa Renda segundo localização, unidades construídas, parceria e governo (até Jan/2009)

Ano	Nome do conjunto	Localização	Unidades	Parceria	Governo
1966	Conjunto habitacional João XXIII	Pq. Nova Brasília	256	CEHAB/RJ	
1968	Conjunto habitacional Parque Lebrecht	Pq. Lebrecht	230	CEHAB/RJ	
1970	Conjunto habitacional Guadalajara *	Pq. Pecuária	280	CEHAB/RJ	
1980	Conjunto habitacional João Paulo II	Ururai	420	CEHAB/RJ	
2000	Nova Jerusalém	Parque Esplanada	60	PMCG e CEF	Arnaldo Viana/Fernando Henrique Cardoso
2000	Morrodo Coco	Morro do Coco- 12 distrito	59	PMCG e CEF	Arnaldo Viana/Fernando Henrique Cardoso
2001	Aldeia	Pq. Aldeia- Rodovia Campos-Itaperuna	400	PMCG e CEHAB	Arnaldo Viana/Anthony Garotinho
2001	Eldorado	Pq. Eldorado	300	PMCG e CEHAB	Arnaldo Viana/Anthony Garotinho
2002	Rio Preto	Rio Preto -	80	PMCG	Arnaldo Vianna
2005	Oswaldo Gregório	Estrada do Carvão/Ex - favela da Chatuba	260	PMCG	Alexandre Mocaiber
2006	Vilmar Cavas Assed	Santa Cruz – (Campos São Fidélis)	47	PMCG	Alexandre Mocaiber
2006	Travessão	Travessão de Campos	47	PMCG	Alexandre Mocaiber
2006	Goytacazes	Goytacazes	57	CEHAB/RJ	Rosinha Garotinho
2006	Aldeia II	Parque Aldeia - Rodovia Campos-Itaperuna	110	CEHAB/RJ	Rosinha Garotinho
2006	Três Vendas	Três Vendas	29	PMCG	Alexandre Mocaiber
2007	Matadouro	Pq. Califórnia	228	PMCG	Alexandre Mocaiber
2008	Santa Rita (Nogueiras)	Atrás do HGG	300	PMCG	Alexandre Mocaiber
2008	Santa Helena	Pq. Santa Helena	117	PMCG	Alexandre Mocaiber
Total de unidades construídas			3280		
Total de conjuntos construídos até jan 2009			18		

Fonte: Promoção Social/Departamento de habitação - PMCG (2008/2009) EMHAB (2008)

Distritos de Campos



Figura 4 - Conjuntos habitacionais localizados em distritos e fora da área urbana de Campos. Foi utilizado mapa do Site da PMCG/Leis Municipais

Campos possui, até o momento, 18 conjuntos habitacionais edificadas para atender à população de baixa renda. Em todos estes conjuntos temos 3.280 unidades habitacionais. Através da CEHAB, de 1966 a 1980, Campos recebeu 4 conjuntos, o que totalizou 1186 unidades habitacionais. No Governo Arnaldo Viana, tivemos a edificação de cinco conjuntos, totalizando 899 unidades habitacionais, sendo que 700 destas casas foram construídas em parceria com o governo estadual de Garotinho. No período Alexandre Mocaiber, tivemos a construção de 7 conjuntos, uma das prioridades de sua gestão, e a marca de 1.088 unidades habitacionais. Também tivemos a construção de dois residenciais no governo estadual de Rosinha, o que atingiu 167 unidades construídas.

Os primeiros conjuntos municipais foram edificadas em 1999, com a reativação do Programa *Pode entrar que a casa é sua*, na gestão de Arnaldo Viana: Morro do Coco, com 59 unidades, e Esplanada, com 60 unidades. Estes conjuntos foram feitos, em parte, com recursos da prefeitura, mas também em parceria com a CEF, através do programa federal Habitar Brasil

O conjunto de Morro do coco foi criado para abrigar a população de área de risco, e de acordo com a Secretária de Promoção Social da época, Jane Nunes, o objetivo deste conjunto era fixar o homem no campo, detendo o êxodo rural no município. O Governo Federal investiu 7 mil reais em cada casa, cabendo à prefeitura o restante. Além disto, a prefeitura também foi responsável pela infra-estrutura do local.

O conjunto “Nova Jerusalém”, nome dado às casas do Parque Esplanada, foram construídas para as famílias que moravam em área de risco, na Ilha do Cunha. As casas foram construídas com 47 metros quadrados, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. Em visita de campo pelos conjuntos habitacionais da cidade³⁰, em 2006, fui ao conjunto Nova Jerusalém observei um completo abandono no local e uma extrema pobreza. As casas estavam completamente degradadas e com muitas rachaduras. As praças construídas no local, na verdade apenas bancos de praça, também estavam em péssimo estado. Não havia espaço para lazer, como praça, quadra de esporte. Os moradores disseram que as casas foram construídas com material de péssima qualidade, e com o tempo foram se deteriorando. Não houve, segundo eles, um acompanhamento da prefeitura no local, e estavam desamparados quanto aos serviços urbanos.

Ainda em 1999, a prefeitura anunciou uma parceria com o Governo do Estado para a construção de mais conjuntos habitacionais. Na época, o então governador, Antony Garotinho, prometeu 1000 casas populares para o município. Assim, em março de 2000 já estava sendo articulada uma parceria, através do programa estadual Morar Feliz, com a prefeitura de Campos (*Pode entrar que a casa é sua*), para construção de 400 casas no Parque Aldeia e 300 no loteamento Novo Eldorado. Vale lembrar que, nesta época, Garotinho e Arnaldo ainda eram aliados políticos, e que este tipo de convênio era possível.

Nesta parceria (Póvoa 2002), a prefeitura fez a desapropriação do terreno e a EMHAB o projeto de saneamento, a secretaria de Promoção Social da prefeitura

³⁰ À título de comparação, realizei antes e durante a pesquisa visitas a vários conjuntos habitacionais.

selecionou e cadastrou as famílias e a CEHAB/RJ elaborou o projeto de urbanização e construiu as casas. Todas as obras foram licitadas e fiscalizadas pela Secretaria Municipal de Obras. Como a CEHAB/RJ é uma empresa, esta não pode realizar doação, fazendo com que os moradores dos conjuntos tivessem que pagar o valor simbólico de R \$1,00 (um real), em doze prestações. No total, as casas saíram para os moradores por apenas doze reais.

Assim, em 2001, a Prefeitura e o Estado entregaram estes dois conjuntos habitacionais. O conjunto habitacional da Aldeia foi edificado para atender pessoas que moravam em área de risco, às margens do rio Paraíba do Sul, na favela da Aldeia. As 400 casas construídas receberam famílias da Aldeia, e de outros locais como a Coroa, Fundão, Cidade Luz etc. Já o conjunto habitacional Eldorado foi construído para atender às famílias que ocuparam áreas, algumas propriedades privadas, do Parque Santa Rosa, do Parque Guarus, Nova Canaã e do próprio Eldorado. Foram edificadas 300 casas na época. Número insuficiente para o número de famílias cadastradas.

A partir de então, a prefeitura não fez mais convênios com o governo do Estado até o ano de 2008 (com o governo de Sergio Cabral). Após 2002, sem parcerias, a construção de conjuntos habitacionais foram financiadas através dos *Royalties* do petróleo na construção de conjuntos habitacionais, o que é amplamente anunciado no site da prefeitura. A construção de casas populares é divulgada como um bom uso e exemplo de utilização dos *royalties*. O próprio Arnaldo Viana defendeu a sua utilização para este fim, afirmando, no site da prefeitura em 20/10/2004 que:

“Tem opositores que não enxergam isso, porque não convivem com a parcela da população que mais precisa da administração pública e para a qual devemos estar voltado, sempre. Os recursos que o município recebe, no nosso governo jamais serão destinados a apenas determinados grupos. Temos consciência de que fizemos por todos, especialmente por aqueles que mais precisam” (Arnaldo França Viana, em entrevista ao site da PMCG em 20/10/2004).

No ano de 2004, tem início mais duas obras: o conjunto habitacional da Chatuba, e o de Travessão. Podemos ver, na construção destes conjuntos, o discurso da moradia digna, da moradia que dá cidadania, uma meta do governo Arnaldo Viana. O conjunto da Chatuba foi construído para 260 famílias da comunidade de Chatuba do Carvão, situada ao longo do Canal Campos-Macaé, no perímetro urbano.

Segundo o site da prefeitura de 14/08/2004 o conjunto de Travessão foi construído com os *“recursos dos royalties do petróleo”*. Sobre a demora para a aprovação da

construção do conjunto em Travessão, observa-se a fala do prefeito Arnaldo Viana em 20/10/2004, no site da prefeitura:

“Se dependesse da nossa vontade, estaríamos com essas casas em Travessão e em outros pontos do nosso município prontas. Mas, temos que esperar os trâmites do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Recebemos recentemente a documentação que estava sendo analisada pelo TCE, com o visto autorizativo. Agora, vamos dar partida na obra para construção das casas, que vão abrigar pessoas de famílias carentes daquele distrito. Não estamos fazendo investimentos para pessoas abastadas, mas para carentes” (Arnaldo França Viana, em entrevista ao site da PMCG em 20/10/2004).

O governo Arnaldo não só construiu conjuntos como fez casas em pontos isolados, uma vez que, após a avaliação da situação socioeconômica, algumas famílias tiveram o barraco derrubado, e no mesmo local receberam uma moradia edificada em alvenaria. Toda esta política é justificada pelo discurso do “sonho da casa própria”, mencionado no site da prefeitura, em 24/06/2004:

“Além das mais de mil casas edificadas no governo Arnaldo Vianna, feitas em parceria ou somente com recursos da prefeitura, diversas famílias carentes vêm sendo contempladas com o sonho da casa própria” (Site da PMCG, 24/06/ 2004).

Como vimos, em 2005 assume como Prefeito Carlos Alberto Campista, e sai do Governo em maio do mesmo ano. Assume, assim, Alexandre Mocaiber, que continua no poder até final de 2008. O pretexto do governo Mocaiber para a construção dos conjuntos, além de atender as pessoas que moram em locais de risco, era erradicar as favelas do município, uma de suas prioridades.

Em setembro de 2005, foram inauguradas as 260 casas da Chatuba (Residencial Oswaldo Gregório). Em seu projeto, foram construídos: um centro comercial para moradores que já tinham comércio; posto de saúde com ambulância; núcleos de vários órgãos; como a Fundação de Esporte, Secretaria de Justiça e Centro de Controle de Zoonoses (CCZ). O local, antes uma favela, é considerado pela prefeitura um novo bairro, dotado de toda infra-estrutura, e devido ao seu *“projeto arrojado em favor das famílias carentes que moram em área de risco”*, foi considerado, segundo a prefeitura, como um dos marcos da gestão Arnaldo Viana e de Mocaiber. Um exemplo a ser copiado e modelo para outros conjuntos habitacionais.

Apesar dos projetos municipais, a governadora Rosinha Garotinho, inaugurou em 2006, dois conjuntos habitacionais na cidade: o conjunto habitacional de Goytacazes e o do Parque Aldeia II. Os projetos foram desenvolvidos por técnicos da CEHAB/RJ. O

Conjunto de Goytacazes foi construído com recursos do Fundo de Combate à Pobreza, por intermédio do Programa Morar Feliz, ao custo de R\$ 1,9 milhão. O Conjunto Parque Aldeia II, localizado na Rodovia Campos–Itaperuna, foi construído ao lado conjunto Habitacional Parque Aldeia I (edificado em 2001). Conta com 110 unidades, e foi feito para famílias em área de risco, cadastradas na CEHAB. Neste momento percebe-se uma ampla concorrência por projetos habitacionais entre o governo do Estado e o municipal.

A partir de 2007, temos a intensificação do plano de “desfavelamento” da cidade de Campos, como foi chamado pelo prefeito Mocaiber, que tinha como uma das prioridades de seu governo “*diminuir o déficit habitacional no município*”. Neste sentido, 2007 foi o ano das promessas de construção de conjuntos habitacionais. Alguns foram realizados, como a construção das 300 moradias próximas ao Hospital Geral de Guarus (HGG), mas outros ainda não foram entregues, as 175 unidades para atender as famílias em risco da Ilha do Cunha. Além disso, outros projetos nem saíram do papel, como as 395 unidades para atender aos que moram na Tapera e Ururaí, na entrada da cidade.

Interessante, que tantos os moradores da Ilha do Cunha, quanto os de Ururaí foram extremamente afetados na enchente ocorrida em dezembro de 2008 e início de janeiro de 2009. Foram justamente eles que ficaram com as promessas. Entretanto, o Plano Diretor prevê que a prioridade na construção de casas de habitação social sejam os lugares em que as pessoas habitam em área de risco, mas muitas vezes isto não acontece.

O que se observa também é a demora para a entrega dos conjuntos habitacionais, embora as empresas que assumem a sua construção, mediante processo de licitação, tenham que se comprometer com o prazo estabelecido no contrato sob o risco de penalidade. O conjunto nas adjacências do Novo Eldorado iniciou suas obras em 2007, e diante da demora de sua entrega acabou sendo invadido, no final de 2008, por moradores não cadastrados, antes mesmo de ser finalizado.

Para fechar o ano de 2007, foram entregues 64 dos 228 apartamentos construídos pela Prefeitura de Campos no bairro Matadouro. Mais um projeto objetivando erradicar as favelas de Campos. Nesta ocasião, o prefeito afirmou em entrevista para o site da prefeitura: “*Vamos continuar com essa política habitacional que visa acabar com as favelas da nossa cidade e dar vida digna para as pessoas, que moram em locais insalubres*” (27/12/2007).

A secretária de promoção social, Cristina Mocaiber, realizou em março de 2008, na escola Francisco de Assis, no Matadouro, uma reunião com alguns moradores dos apartamentos do local, para orientá-los quanto à contribuição com a manutenção do espaço e como manter a qualidade de vida no novo conjunto. Sobre o assunto, Cristina Mocaiber ressaltou, como aponta o site da PMCG:

“ O governo Mocaiber fez. Vocês ganharam apartamentos. Está começando uma nova fase na vida de todos. Mas, todos devem contribuir com a limpeza interna dos blocos, evitar brigas e ajudar a quem tem problemas com vícios ” (Ex-secretaria de Promoção Social Cristina Mocaiber).

Nesta fala da ex – secretaria de promoção social pode-se perceber a política como um meio de “moralizar” a população assistida. Ou seja, as palestras sobre o uso do apartamento, do espaço comum em que *“todos devem contribuir com a limpeza interna dos blocos, evitar brigas e ajudar a quem tem problemas com vícios”* servem como instrumento de moralização os costumes, uma forma de torná-los “cidadãos”. Estas palestras, de tom civilizatório, são baseadas nos princípios do trabalho e da educação, antídotos para a ociosidade, o vício e a falta de respeito ao próximo, provendo um “controle” da população rumo à sociedade “perfeita”.

Percebe-se também nesta fala o uso político da habitação social: *“O governo Mocaiber fez. Vocês ganharam apartamentos...”*. Revela-se uma apropriação da obra para uso político por parte do governante, já que ele fez e a população ganhou. Com isto, a habitação ganha caráter de benesse, de assistencialismo, e tem por decorrência um vínculo de gratidão e fidelidade coletivas na qual o doador é reconhecido como um benfeitor. Conseqüentemente, o assistido vincula-se a ele, podendo com seu voto grato garantir a reciprocidade do favor prestado.

Desta forma, a produção de conjuntos habitacionais era anunciada como a grande política do governo Mocaiber. Em entrevista à Folha da Manhã, intitulada *“Prefeito quer erradicar favelas em Campos”*, foram anunciados todos os conjuntos previstos para o ano de 2008, e a informação de que a cidade possuía duas favelas a menos: nos últimos sete anos dois locais considerados favelas foram urbanizados, como a comunidade Chatuba, na estrada do Carvão, hoje Conjunto Habitacional Oswaldo Gregório, e a Rua Siqueira Silva, na Lapa, que também sofreu intervenções. Segundo o ex-Prefeito Mocaiber:

“Agora, no início de 2008, vamos colocar em prática outros dois grandes empreendimentos habitacionais, que visam acabar com a favela da Margem da Linha e a favela do Aeroporto, beneficiando mais cerca de 600 famílias entre o Parque São Caetano, Tapera e Ururaí. Essa é mais uma etapa efetiva para 4.000 residências do programa habitacional de nosso governo, para erradicar as favelas” (Alexandre Mocaiber, ex-Prefeito de Campos 16/01/2008).

Também no mês de março de 2008, a prefeitura assinou um convênio com o governo de Sergio Cabral para retomada da construção das casas populares nos conjuntos Boa Vista I e Boa Vista II, no Parque Jardim Aeroporto e em Donana, que foram iniciadas no governo estadual de Rosinha, mas que tiveram suas obras interrompidas ainda em sua administração. Contudo, o governo Mocaiber terminou, mas as obras que deveriam ter sido entregues em 2008 também não foram concluídas. Espera-se que Rosinha as entregue ainda no ano de 2009, já que o antigo prefeito as deixou em fase de conclusão. Percebe-se, assim, uma obra que ela iniciou como governadora, não terminou e três anos depois as entregará como prefeita da cidade.

O final da gestão do prefeito Mocaiber foi marcado, na política habitacional, pela entrega do conjunto habitacional Santa Rita e o conjunto Santo Helena. Os projetos englobam a construção das casas, centro comercial, área de lazer, centro ecumênico e posto de policiamento.

Apesar de toda a propaganda anunciada, o mandato de Alexandre Mocaiber acabou e o mesmo não conseguiu entregar as 250 casas no Parque Aeroporto, as 175 em Donana (ambos de um convênio com o Estado), além de um conjunto habitacional no Parque Eldorado de 119 unidades. Estas obras tiveram a entrega prometida para final de 2008. Contudo, ainda estão em andamento e serão entregues na gestão de Rosinha, iniciada em 2009.

Tabela 8 - Conjuntos Habitacionais em construção na Cidade de Campos (Jan/2009)

Obra Iniciada em	Localização	Unidades
2006	Donana	175
2006	Boa Vista I e II	250
2007	Pq. Esplanada	170
2007	Pq. Eldorado	119

Fonte : PMCG Departamento de Habitação (2009)

Em sua campanha, Rosinha Garotinho prometeu a construção de 10.000 casas para a população carente. Já no dia 02 de janeiro, a prefeita Rosinha afirmou que se comprometia com a construção de duas mil casas, em um ano e meio, apesar de vários

problemas administrativos que ela diz ter encontrado na prefeitura. O seu objetivo, conforme relata o site da prefeitura, não parece ser muito diferente da gestão anterior: *propiciar aos que residem em áreas consideradas de risco, como a população ribeirinha, condições de melhores condições de vida*. Já foi anunciada a sua ida a Brasília em busca de uma série de convênios com o governo federal, destinados a viabilizar vários projetos nas áreas de habitação. Em entrevista ao jornal O DIÁRIO, sobre suas promessas de campanha, ela afirmou que:

“Vamos continuar construindo casas populares, criando uma política habitacional com planejamento e infra-estrutura, as pessoas não podem viver em condições precárias, elas precisam de dignidade” (Rosinha Garotinho, prefeita de Campos, Ó Diário nov/2009).

A prefeitura de Campos publicou no Diário Oficial, no dia 28 de janeiro de 2009,, a convocação para audiência pública a construção de 5,1 mil casas populares, com urbanização, que seria realizada no dia 27 de fevereiro. As casas serão construídas em 13 pontos do município:

CASAS POPULARES LOCAIS DE CONSTRUÇÃO EM CAMPOS	
LOCAL	QUANTIDADE
Parque Salo Brand	85
Tapera	724
Parque Eldorado I	600
Parque Eldorado II	600
Codin	461
Parque Aldeia	500
Parque Santa Rosa I	600
Parque Santa Rosa II	400
Parque Jockey Club	600
Penha	300
Parque Santa Helena	30
Parque Lagoa das Pedra	100
Travessão de Campos	100

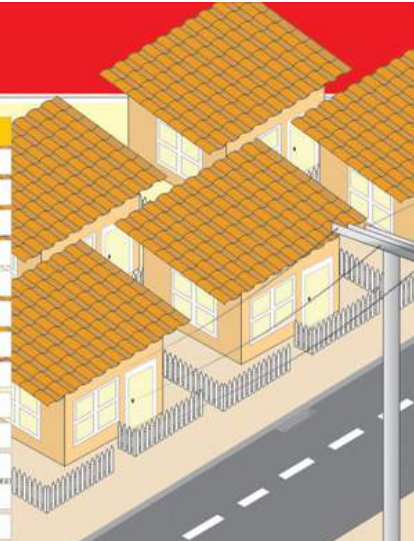


Figura 5 – Conjuntos habitacionais prometidos pela prefeitura de Campos dos Goytacazes em 2009. Fonte: Folha da Manhã “Casas populares estão no papel” 29 de janeiro de 2009

Estas casas fazem parte da promessa de campanha que a prefeita Rosinha Garotinho fez, relativa à construção de 10 mil casas populares até o final do seu mandato, destinadas principalmente às pessoas que sofreram com as enchentes e que se

encontram em área de risco. Desta forma, caso a promessa seja cumprida, o cálculo é de que sejam construídas 2,5 mil casas por ano, cerca de 210 por mês, sete por dia.

No dia 30 de janeiro, a prefeita se reuniu com secretários e a imprensa para anunciar publicamente este empreendimento, que em dois anos realizará a construção de 5,1 casas populares. Apesar de apresentar novas áreas para a construção de conjuntos, não foi mostrada uma definição clara sobre os conjuntos habitacionais Boa Vista I e II, em Guarus, e o conjunto de Donana, deixados inacabados por sua própria administração enquanto governadora, projetos que atualmente passam por auditoria.

Os dados apresentados permitem afirmar que a remoção e a construção de Conjuntos habitacionais foram pensadas como prioridade ao tratar a questão habitacional no município. Houve em Campos poucas experiências de urbanização de favelas. Até agora, observa-se a busca pela erradicação das favelas, como se estas fossem um problema a ser extirpado da malha urbana.

No lugar da favela, temos a doação da “*dignidade*”, “*do morar bem*”, e da formação de um elo de gratidão que certamente renderá frutos a quem “generosamente” doa a casa. É esta “doação” vista como uma benesse, e não como um direito, que dá a política de habitação social um caráter tão “populista”. Mas, afinal de contas, o que seria da política Campista sem o seu enraizado populismo e sem o seu tão comum assistencialismo?

De um lado, grupos políticos disputando o poder, e do outro o povo que não deseja nada além de suas necessidades “triviais”, como por exemplo: um teto. Neste jogo político, onde ninguém é inocente, a habitação social, que deveria ser um direito para aqueles que não podem adquirir – lá, se torna uma barganha.

Neste sentido, vem a pergunta: será que a remoção é mesmo a única solução, ou pelo menos, a que deve ser mais utilizada? Porque em uma cidade plana e com tantos vazios urbanos, temos um número expressivo de favelas e loteamentos irregulares? A meu ver, isto ocorre por diferentes motivos, mas dentre eles destaco a ausência do Governo, durante muito tempo, em preparar os novos loteamentos e bairros, com os equipamentos e serviços urbanos necessários a população. Por muito tempo se esperou a formação e ampliação de favelas, dos loteamentos irregulares e não se preparou espaços, com saneamento, calçamento, transporte que pudessem assegurar o crescimento da cidade de forma ordenada. Também se esperou demais para a realização de uma política que facilitasse a população mais pobre a aquisição de terrenos, em locais urbanizados, para a construção de suas casas.

Contudo, como anunciado no novo governo, a prática de construção de conjuntos habitacionais, e doação de casas não vai acabar tão cedo. Pelo contrario, está a cada governo mais intensa e continuará assim enquanto durarem os recursos dos Royalties. A remoção ainda será, por um bom tempo, aos olhos do poder público, a única solução para as favelas campistas.

Política de construção de conjuntos: a perspectiva dos “agentes” envolvidos.

3.1 – Introdução

Neste capítulo considero não apenas o projeto político da habitação social, mas os discursos envolvidos nesta política. Desta forma, foi essencial conversar com os agentes públicos que trabalharam nesta política em 2008, ou como também, em outras épocas. Era necessário entender o que eles pensavam sobre a remoção, sobre a política habitacional, suas experiências, não somente na construção dos conjuntos, mas a convivência com os assistidos.

A primeira entrevista realizada foi com Francisco Roberto Siqueira diretor da EMHAB (empresa municipal de habitação e saneamento) no ano de 2008. Também conversei com Conceição Santana diretora do Departamento de Habitação (2008) que lida com esta política, como assistente social, há 10 anos, acompanhando todos os projetos (realizei três entrevistas com ela -2008 e 2009). E finalmente com Jane Nunes³¹, ex-secretária de Promoção Social (2001 -2004). Jane Nunes trabalhou no projeto Aldeia, e em outros projetos de remoção.

Agentes Governamentais
Jane Nunes (ex-Secretaria de promoção Social em 2001)
Francisco Siqueira (ex-Diretor da EMHAB em 2008)
Conceição Santana (ex-diretora do departamento de Habitação em 2007/2008)
(Assistente social do departamento em 2001)

Em um primeiro momento, exponho a percepção dos agentes governamentais envolvidos no projeto Aldeia em 2001. Após esta análise específica, abordo a percepção dos agentes de uma forma geral, ou seja, sobre a política, experiência de remoção e construção de conjuntos habitacionais vivenciada por eles.

³¹ No período da entrevista estava como secretaria de Comunicação Social, e por este motivo, a par dos projetos habitacionais.

3.2 - Percepção sobre projeto Aldeia: a análise da experiência 8 anos depois.

Um dos objetivos de nossa pesquisa consistia em entrevistar pessoas do poder público que trabalharam de alguma forma no projeto da Aldeia. Desta forma, pude conversar com Jane Nunes, secretária de Promoção Social Municipal da época, e Conceição Santana, assistente social do Departamento de Habitação municipal.³² A pesquisa prosseguiu com as informações fornecidas pelas entrevistadas, já que ambas foram atuantes no período de construção do conjunto habitacional da Aldeia, em 2001.

O projeto da Aldeia, segundo Jane Nunes, foi de iniciativa municipal. O conjunto seria construído através de um financiamento da Caixa Econômica, mas o município perdeu tal financiamento, pois não tinha capacidade de liquidamento. Finalmente, foi construído em parceria com o Governo do Estado. Segundo ela:

“Depois foi feito em parceria com o governo do Estado. Prefeitura e governo do Estado. Aí, o terreno foi todo da prefeitura, criação dos muros também foi prefeitura, infra-estrutura foi prefeitura. Havia um trabalho integrado. A construção de mais um cômodo também, foi pela prefeitura” (Jane Nunes, ex- secretaria de Promoção Social).

A CEHAB edificou casas de um quarto. Segundo a ex-secretária de Promoção Social, a prefeitura já tinha detectado a necessidade de que as casas possuíssem dois quartos. Por isto, o poder municipal se comprometeu em fazer o segundo quarto.

Considerou-se através de experiências anteriores à construção da Aldeia, que não era sensato que os moradores fossem transferidos para outros locais. Além disto, muitos se recusavam deixar o local. Era necessário que fossem retirados para próximo, e por isto, o projeto da Aldeia foi demorado. A prefeitura teve que fazer a desapropriação do terreno próximo a BR 356.

A prefeitura (de acordo com Jane e Conceição), também realizou o cadastro das famílias que seriam removidas. A prefeitura já desenvolvia programas assistenciais, na favela que facilitaram o ingresso e coleta com os moradores. Já havia um contato com as lideranças da associação. Os registros foram feitos através de reuniões com os moradores, em que eles apontavam as principais necessidades:

³² Não foi possível localizar nenhum membro do governo estadual da época, para a falar sobre o Projeto Aldeia. Até porque a CEHAB (Companhia Estadual de Habitação), retirou sua agência de Campos. As mais próximas estão em Itaperuna e Macaé. Porém nenhuma delas possui informações sobre os projetos realizados na cidade.

“O trabalho era feito com reuniões, a seleção. Em todos os projetos habitacionais e conjuntos habitacionais que a gente foi fazendo, era muito com audiência com eles. Que aí, muitas vezes eles falavam “não, mas aquela casa é alugada, aquela é outra”... Então era muito aberta a discussão com as próprias pessoas colocando” (Jane Nunes, ex- secretária de Promoção Social).

O processo de remoção, no relato de Jane, foi marcado por muito respeito aos moradores. Todos foram ouvidos sem distinção. Foram realizados vários encontros para discussão do projeto, da construção da casa, dos equipamentos urbanos que seriam implantados no local. Estas reuniões aconteciam na Associação do Parque Aldeia para que todos os moradores pudessem participar e opinar. A seleção, segundo Conceição Santana, foi marcada por critérios rigorosos que não permitiram o beneficiamento de apenas algumas pessoas. Neste sentido, todos tiveram direitos iguais.

Outro ponto destacado sobre o processo foi a entrega de casas para famílias não procedentes da Aldeia. De acordo com Jane Nunes poucas pessoas de fora receberam casas no conjunto, o que não promoveu impacto dobre a comunidade. Muitas destas famílias oriundas de outros bairros estavam no programa de aluguel social³³ da prefeitura. Estas pessoas foram alocadas nos conjuntos habitacionais, Aldeia e Eldorado, e assim abriam espaço para que outros recebessem o aluguel social. Isto acontece até hoje nos novos conjuntos. Segundo Jane:

“Como sempre a gente tinha um percentual de vagas ali pra quem estivesse em aluguel social. Essas famílias eram apresentadas também: “olha, vão vir além de vocês de fora, só vem mais x que são tanto que tão no aluguel social” (...) Todos que estão ali, eu acho que, não chegou nem a 6%, algumas pessoas, muito pouco que era do aluguel social que foi dividido em todos os conjuntos. Mas 99% ali é só Aldeia. Para que a comunidade permanecesse aonde estava” (Jane Nunes, ex- secretária de Promoção Social).

A entrega das casas foi “*marcada por muita emoção*” já que a comunidade esperava há anos por este empreendimento. Neste dia, a promessa havia sido cumprida e eles iriam finalmente possuir uma casa sem risco de enchente. “*Ter uma vida digna.*” Algumas casas foram sorteadas mobiliadas o que gerou grande expectativa entre os moradores. A distribuição das casas ocorreu de forma aleatória já que “*as casas eram todas iguais*”. As chaves foram entregues indistintamente, através do cadastro. Ao mesmo tempo em que eles mudavam, era realizado o processo de demolição:

³³ Programa municipal de auxílio emergencial para o pagamento do aluguel (chamado de aluguel social), durante o período de 6 meses.

“À proporção que eles foram mudando, a defesa civil veio metendo a draga e derrubando os barracos. Que na verdade não eram casas eram barracos na beira do rio, que eles viviam, são casebres bem ruins mesmo” (Conceição Santana, ex-diretora do Departamento de Habitação).

“Então a gente conseguiu tirar todas estas famílias, foi um trabalho em conjunto com a própria comunidade, com a defesa civil, todas as casas que teriam que ser demolidas elas foram demarcadas. Pra ser demolidas. Existiam casas melhores, tudo conversado com a comunidade quem ia mudar quem não ia. Outras casas que não ofereciam risco”
(Jane Nunes, ex- secretaria de Promoção Social).

Garotinho e Arnaldo entregam casas na Aldeia

O governador Anthony Garotinho e o prefeito Arnaldo Vianna darão hoje, às 10h, o tom oficial de inauguração das casas populares da Aldeia. Mas até ontem, 380 famílias já tinham feito, na práti-

ca, a estréia. Segundo a secretaria de Promoção Social, estão sendo transferidas as pessoas que viviam nas áreas mais críticas na Beira Rio, ao longo da BR 356, que liga Campos a Itaperuna. De

acordo com a secretária Jane Nunes, o programa habitacional prevê ainda a construção de mais de 600 moradias em vários bairros, como Chatuba, Aeroporto, Eldorado e Travessão. PÁGINA 4

Figura 06: Reportagem anunciando a inauguração do Conjunto. Folha da Manhã

12/01/2002

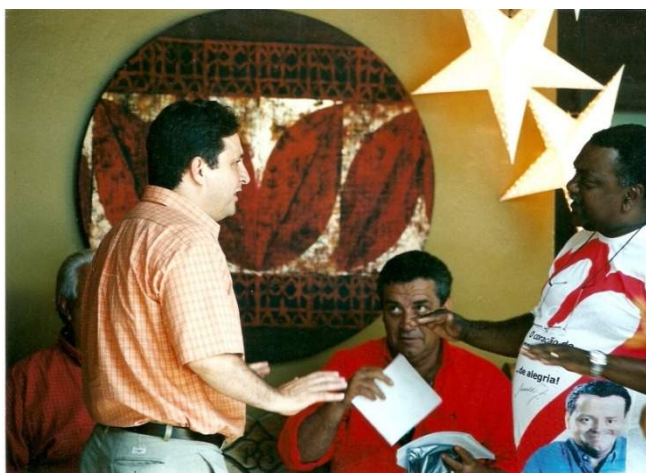


Figura 07: Arnaldo Vianna e Antony Garotinho em reunião com a Associação de moradores em 2001. Fonte: Associação de Moradores

Para Conceição e Jane, a finalidade da política de remoção na época, não é muito diferente do objetivo atual, ou seja, retirar em primeiro lugar as pessoas que habitam áreas de risco. E desta forma, este foi o fim para a construção do conjunto da Aldeia: retirar as pessoas que estavam em área de risco, vivendo a beira do rio Paraíba.

Para ambas, o objetivo principal foi alcançado, ou seja, retirar aquelas pessoas do risco de enchente. O governo deu a esta população “*casas e dignidade*”. Para Jane a meta estabelecida é visível pelo “*pela própria dissipação da enchente. Pela quantidade de famílias que são atingidas na Aldeia. É um número infinitamente menor*”. Se não fosse a construção do conjunto seriam mais de 400 famílias que certamente, estariam desabrigadas já que a cota do rio passou 10,15 m.

“Acho que foi um avanço muito grande porque nós conseguimos tirar, ainda durante a nossa gestão, todas as famílias que eram atingidas pela cota 10,15m do Rio Paraíba. E só agora, que a cota está chegando a isto, em 2007, que chegou mais alto. Mas até então a cota nunca atingia, não estava atingindo este nível” (Jane Nunes, ex- secretária de Promoção Social).

De acordo com Conceição, a meta foi alcançada, mas não completamente. Para ela, se conseguiu melhorar a vida da população em parte já que “*ali também tem um problema de tráfico muito grande, muito forte e eu diria que nos alcançamos 80% do nosso objetivo. Dá uma frustração muito grande, né*”.

Já para Jane, hoje a comunidade está a salvo da enchente e é isto que mais importa. Apesar disto, ela afirma que os projetos de construção de conjuntos, na atualidade, estão mais de acordo com a realidade da população. Com o tempo, a prefeitura foi se aprimorando na construção da habitação para a população de baixa renda. Para ela:

“Houve um acompanhamento pra que as pessoas não retornassem. Os barracos foram realmente derrubados. Aquela área não foi ocupada novamente. Ali a gente só não conseguiu avançar tanto quanto na Chatuba, porque a Chatuba do Carvão a gente já teve um projeto, mais audacioso ainda. A gente já foi construindo casas maiores, vendo a realidade de cada família” (Jane Nunes, ex- secretária de Promoção Social).

Hoje, segundo as entrevistadas, os projetos habitacionais da prefeitura estão muito mais estruturados. As casas são maiores, de até três quartos, e são distribuídas de acordo com o tamanho da família. Além disto, os conjuntos contam com centros de assistência social, posto médico e ambulância, centro comercial.

“Há melhoria. O da Aldeia, por exemplo, foi entregue todo com piso grosso, entendeu, e já os outros que nós viemos fazendo, nós estamos nos aperfeiçoando. Então já existem os pontos de comercio, já existem os CRAS³⁴, as casas são entregues com piso frio. Tudo bonitinho. Então estamos só nos aperfeiçoando” (Conceição Santana, ex-diretora do Departamento de Habitação).

³⁴ Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

Na Aldeia, além das casas, foi feita apenas uma praça que hoje está completamente destruída. Somente anos depois, foi construído um posto médico que atualmente está desativado. A ambulância também está em desuso. Não foram feitos pontos comerciais. Assim a própria população abriu comércio em suas residências. Algo que não permitido no termo de permissão de uso.

Mesmo assim, ambas acreditam que foi por estas falhas cometidas nestes projetos que a forma de construir conjuntos habitacionais melhorou, acumulando com os erros cometidos. Agora eles estão mais bem equipados.

Entretanto, observei, ao visitar alguns conjuntos habitacionais, que embora sejam mais bem abastecidos em infra-estrutura, esta dificilmente está em pleno funcionamento. Falta profissionais, manutenção dos equipamentos e serviços.

Além disto, falta um acompanhamento da população removida, um trabalho contínuo para a fixação e adaptação dos moradores. Em algum ponto da entrevista, afirmei que é comum, pelo menos na Aldeia, a venda de residências e que vários moradores não se acostumaram ao “novo” local. Sobre este assunto:

“Eu acredito até que eles tenham se adaptado porque são pessoas que eram da própria área, entendeu. Mas o quê que acontece, infelizmente a gente encontra muito disso, a gente dá a casa e uns até vendem(...) Enquanto a adaptação, creio que sim, se adaptaram porque são da localidade, né. Podem não ter se adaptado à nova casa porque viviam em um casebre tão ruim que muitos nem banheiro tinha, então era novidade para eles, aquilo ali, muitas coisas, né” (Conceição Santana, ex-diretora do Departamento de Habitação).

Assim, percebe-se na fala a simples associação entre a adaptação ao local e o ambiente físico. É como se somente isto fosse suficiente para o sucesso do projeto habitacional. Contudo, acredito que nenhum projeto deste cunho se sustenta diante da ausência do governo, em todas as responsabilidades que lhe cabe. E isto se torna mais pungente ainda se dentro de um conjunto não se respeita à homogeneidade e a formação coletiva da comunidade. Ou seja, colocam-se pessoas de diferentes locais sem se considerar a identidade do lugar. Espera-se assim, que se este projeto não der certo é por pura e simples inadequação física do morador.

A questão é: será que a comunidade irá alcançar a tão proclamada dignidade apenas com os equipamentos que na maioria das vezes estão inutilizados, como é o caso do posto médico da Aldeia? Será a mudança de ambiente físico o único responsável por tornar alguém cidadão? Acredito que muitas vezes, para o poder público, a política

habitacional se resume numa visão simplória da realidade, em que sanando os problemas físicos se resolve todos os problemas sociais. Além disto, o abandono destes conjuntos só os relega ao quadro de exclusão que se buscou combater com sua construção. Não há ainda avanços, apesar dos 18 conjuntos habitacionais já construídos, para enfrentar os problemas decorrentes do domínio do tráfico e do alto índice de violência nestes locais, da evasão dos moradores, da degradação do conjunto, da “politicagem” existente neste processo. Apesar do que estas agentes demonstraram, em vários sentidos, ainda há muito que melhorar. Em primeiro lugar, entender o que esta população espera destes projetos habitacionais. Para isto é necessário manter diálogo com as pessoas das áreas a serem removidas, para que elas sejam atuantes nas decisões dos projetos. E mais que isto, é preciso ouvir as comunidades já removidas para que se possa compreender o impacto destas remoções na trajetória de seus habitantes.

3.3 – Percepção e concepção – a justificativa da política de remoção

Através da experiência adquirida na política habitacional, Jane Nunes, Francisco Siqueira e Conceição Santana, observaram que a realidade é muito mais complexa que a teoria e os planos governamentais. No entanto os entrevistados são defensores da remoção. Porém, cada um deles tem um ponto pessoal a respeito sobre como esta deveria ser conduzida.

Para o ex-diretor da EMHAB, a remoção é necessária, mas precisa ser mais bem assistida. Ou seja, deve-se ter um acompanhamento da população que muitas vezes não sabe, como viver em um conjunto habitacional.

Segundo Jane Nunes, ex-secretaria de Promoção Social, o processo de remoção precisa ser acelerado. Contudo, ela acredita que a remoção da população deve ser feita para “... áreas próximas pra que elas não percam a identidade, senão elas acabam abandonando este lugar também”. Assim, cada favela deve ser pensada como se fosse um “projeto único”, sem “padronização”. Alguns locais não precisam de remoção total, mas apenas de uma parcela dos domicílios. Outros, principalmente nos casos que não estão em área de risco, necessitam apenas de urbanização. A idéia a seu ver é que se “... ofereça condição de habitabilidade e dignidade”.

Nesta perspectiva, outro ponto destacado por ela é a falta de integração entre os governos federal, estadual e municipal, o que atrapalhou muito o desenvolvimento da política habitacional em Campos. Seria necessária a realização de um cadastro único para que todas as áreas que necessitam ser removidas sejam beneficiadas.

“Porque quando a casa das pessoas cai, ou enche d`água, ela bate primeiro na porta da prefeitura. Ela não tem acesso ao Estado. Então é preciso que se tenha um plano municipal de habitação, e que este plano seja respeitado tanto pelo governo estadual, federal ou municipal, ou seja um plano único, um projeto pra remoção destas favelas, com as famílias cadastradas, selecionadas e daqueles bairros, pra gente ir resolvendo cada caso como se ele fosse único. Porque não dá pra chegar e misturar tudo?” (Jane Nunes, ex-secretaria de Promoção Social).

Quanto à participação, quando os projetos são da prefeitura, de acordo com Jane, a população consegue acompanhar a obra, reivindicar por suas necessidades. Existe uma interação maior entre os agentes e a população assistida. Entretanto, quando os projetos são estaduais a população não sabe a quem recorrer já que na cidade não há mais uma agência da CEHAB/RJ. Por isto, a ex- secretaria de Promoção Social defende que a política habitacional seja prioritariamente de responsabilidade municipal.

Para Conceição Santana, ex-diretora do Departamento de Habitação³⁵, um ponto negativo da política municipal de habitação social consiste na doação das casas. Conseqüentemente, pelo fato das casas serem doadas, os “assistidos”³⁶ não possuem zelo por elas. Neste ponto, o ex- diretor da EMHAB também concorda que os moradores precisam contribuir de alguma forma na produção das residências para que possuam o “*senso de propriedade*”:

“Primeiro que eu só contra dar, eu minha opinião pessoal, não da empresa nem da instituição como um todo. Porque eu penso o seguinte, quando você adquire, por menor que seja o valor e por maior que seja o prazo, você esta conquistando alguma coisa, então você vai zelar. Se você ganhou, derrepente você vai “ai eu ganhei, caiu a porta, amanhã eles vêm aqui e me dão outra porta”. Então o senso de propriedade ele fica muito... Não precisa cobrar nada absurdo, mas um valor que seja acessível” (Francisco Roberto Siqueira, ex-diretor da EMHAB).

“Olha, eu acho que eu sou contra dar casa. Eu, pessoa. O sistema não. Eu sou contra, eu acho que nada dado é dado valor. Por isto que eles vendem, por isto que eles trocam pela droga, ou destroem porque eles não compraram, não deram valor. (...)Então eu sou contra a esta forma de trabalhar” (Conceição Santana, ex-diretora do Departamento de Habitação).

³⁵ Atualmente atua como assistente social do Departamento de Habitação.

³⁶ Forma como os agentes se referiram aos moradores removidos em alguns momentos da entrevista.

Apesar de a política ser implementada por meio da doação das casas, os entrevistados discordam deste aspecto. O que eles acreditam, através da experiência que adquiriram, é que os conjuntos ficam degradados em pouco tempo, porque muitos moradores não cuidam de suas casas e do espaço comum, já que estas foram doadas. E, além disto, muitos assistidos esperam que a prefeitura resolva todos os seus problemas. Assim, defendem que a prefeitura cobre um valor pelas casas e não apenas promova doações. Não um valor absurdo, mas algo que esta população consiga pagar.

Entretanto, Conceição afirmou que existem várias pessoas que não tem condição de pagar nem 5,00 reais, mas segundo ela, porque não querem, pois a Secretária de Promoção Social possui Balcão de emprego e cursos profissionalizantes. Contudo ninguém se interessa preferindo viver do assistencialismo do Governo:

“Mas por isto aí, porque a prefeitura, o governo, vamos dizer assim, o sistema governamental no município ele dá tudo. Ele dá uma casa própria, ele dá uma renda mínima no valor de um salário mínimo quando a pessoa precisa. Te dá tudo, dá saúde, dá remédio. Então as pessoas se acomodam. E isto eu sou contra, acomodação. Eu acho que aí passa a ser um assistencialismo e não uma tentativa de tentar concertar aquele cidadão. Levar pra um caminho melhor” (Conceição Santana, ex-diretora do Departamento de Habitação).

Neste sentido, para a ex-diretora do Departamento de Habitação, a política de habitação social tornou-se uma política assistencialista. E isto acontece também em outras políticas³⁷, como demonstrado na citação acima. Somente o seu departamento, que possui seis assistentes sociais, atende³⁸ em média 100 pessoas por dia. Como a prefeitura “*oferece tudo*”, ela percebe que isto está causando a acomodação da população, o que é perceptível no baixo número de procuras ao balcão de emprego, e principalmente ao centro de cursos profissionalizantes.

Segundo o ex- diretor da EMAH, por mais que a prefeitura faça é pouco, já que o déficit habitacional passa de 11.000 residências. A política municipal abrange o

³⁷ Centenas de pessoas procuram a secretaria se cadastrando para os diversos programas da prefeitura: casas populares, aluguel social, bolsa alimentação (valecard), suplementação alimentar, Renda mínima, vale leite, entre outros.

³⁸ A demanda para a habitação social é enorme, e o número de pessoas inscritas cresce todos os dias. E aumenta ainda mais a cada enchente. Assim, por exemplo, ainda existem pessoas da enchente de 2006/2007 que estão aguardando casas até hoje, e a esta espera juntam-se as pessoas da enchente de 2008/2009. Por este motivo, em entrevista no início de 2009, Conceição afirmou que o cadastro precisa ser atualizado, e que várias favelas e loteamentos precisam ser revisitados. Muitos registros são de quatro anos atrás, e assim já estão defasados.

levantamento das áreas de risco e habitações inadequadas, promovido pela Secretaria de Promoção Social. Compete a EMHAB, desenvolver projetos que possam atender a estas determinadas demandas, promover orçamento e endereçar isto, conseqüentemente.

Os conjuntos municipais construídos, de acordo com ex-diretor da EMHAB, contam apenas com os órgãos de Promoção Social, EMHAB, e Secretaria de Obras. Apesar das inúmeras tentativas na busca de parcerias, a política habitacional da prefeitura está praticamente “sozinha”. Mesmo assim, ele afirmou que comparado a outros municípios do Norte Fluminense a produção de habitação social de Campos é bastante expressiva. e tem “*alcançado suas metas*”.

O objetivo da política de remoção e de habitação social, segundo os entrevistados, é prioritariamente retirar a população da área de risco. Pessoas que moram em beira de rios, de estradas. Destina-se também as pessoas que vivem em habitações “subumanas”, insalubres, sem nenhuma infra-estrutura. Todos justificaram a política pelo discurso de dar “*cidadania e dignidade a população*”. Discurso este amplamente desenvolvido pelo ex-prefeito Alexandre Mocaiber. Entretanto, os agentes não demonstraram possuir uma noção exata do que o município entende por área de risco, e se há uma identificação oficial (isto por sua vez, evidência a falta de planejamento da política).

“Bom, não tem uma definição específica (para área de Risco). Primeiro está numa área...eh,... normalmente eles se situam em áreas de domínio de estrada de ferro ou de rodovias que são áreas impróprias por serem áreas de enorme risco” (Francisco Roberto Siqueira, ex-diretor da EMHAB).

“Porque o objetivo da gente, pelo menos do serviço social, e que a gente passa para as demais secretarias, é que a gente possa dar cidadania e qualidade de vida, entendeu. Mesmo que a gente não alcance nosso objetivo, como eu estou te falando, muita das vezes na educação destas pessoas ou na rede de educação deles, mas é o que a gente tenta mostrar, que eles têm que ter dignidade. E o município tem condições de fazer isto...Então a gente tem sempre como objetivo, a gente tenta sempre olhar o lado que a gente possa dar dignidade aquele cidadão, aquelas famílias” (Conceição Santana, ex-diretora do Departamento de Habitação).

Sendo assim, observa-se nas falas que os locais destinados a remoção são escolhidos de forma apressada, por enchentes, e por cobrança de promessa de campanha. A política caracteriza-se pela falta de planejamento à longo prazo. Há a inexistência de um plano de ação claro e objetivo, que estabeleça prioridades e metas. Tampouco há uma reflexão sobre se realmente as áreas precisam da remoção ou se a urbanização é suficiente para melhora-lós. Nenhum dos entrevistados mostrou clareza

sobre estes pontos acima apresentados, é como se a política fosse implementada sem uma preparação de seus agentes.

“Eu espero, que haja uma política efetiva e que em quatro anos de conta de resolver o problema... Eu acho...Qualquer um dos problemas se colocar como prioridade consegue se resolver o problema da favelas sim” (Jane Nunes, ex-secretaria de Promoção Social).

Durante as entrevistas eles também relataram forma como os “*assistidos*” se instalam e utilizam suas residências nos conjuntos habitacionais. Após a entrega do conjunto, os moradores recebem da Prefeitura um documento de termo de permissão de uso, que segundo ex- diretor da EMAH, tem o mesmo efeito de escritura, dando-lhes o direito de posse, porém sem poder vender ou transferir para outro. A residência é exclusivamente para a habitação. Desta forma não é permitido fazer da residência qualquer outro uso. Exigências não cumpridas nos conjuntos. Isto, embora ilegal, não pode ser impedido, pois não há um controle do que os moradores fazem com suas casas.

Além disto, moradores aproveitam o quintal para fazer outras casas. O que também é proibido, pois descaracteriza o projeto original. A fiscalização deveria ser feita pela secretaria de posturas, o que não ocorre. Esta prática é chamada por Conceição de “*puxadinho*”, esse explica pelo fato de muitos abrigarem filhos parentes nos quintais, construindo mais cômodos para acomodar toda a família no local.

Isto se verifica, que mesmo em locais onde a prefeitura organizou centros comerciais, moradores fizeram comércios como bares, oficinas em suas residências. Segundo Conceição as lojas são doadas aqueles que possuem comércio no local onde são removidos, ou que apresentam um projeto para receber um dos pontos. Mesmo assim, na Chatuba, algumas lojas estão fechadas. Não houve uma adaptação dos moradores a este sistema.

Embora, para a ex-diretora do Departamento de Habitação a remoção seja ótima “*para a cidade*” através dela “*a gente ameniza a pobreza, não acaba com ela*”. Para ela é muito difícil mudar os hábitos das pessoas e principalmente tirar delas a forma como viviam na favela:

“Como tem um colega meu que fala uma realidade: você tira a pessoa da favela, mas não tira a favela daquela pessoa. Porque ele nasceu ali, então ele via continuar ali, com aqueles hábitos dele, que você já é desde pequenininho o hábito dele não vai mudar. Então, a gente tá ali, você está vendo aí o retrato do prédio que é bonito, que é muito bonito, mas hoje o morador do 4º andar joga lixo lá embaixo. Você viu, são hábitos que você não consegue tirar da pessoa” (Conceição Santana, ex-diretora do Departamento de Habitação).

A degradação do conjunto, na fala da ex-diretora do Departamento de Habitação, está associada, não ao abandono deste pelas autoridades municipais, como evidenciamos em muitos casos, mas a forma como estes moradores se comportam e utilizam o espaço no dia-a-dia. Ou seja, eles transportam, segundo Conceição, para o conjunto, para suas casas, os costumes que tinham na favela.

Para os agentes governamentais, a de adaptação ao local e à nova moradia, é difícil para alguns moradores. Muitos conjuntos habitacionais se descaracterizariam rapidamente por este motivo. Devido às péssimas condições em que viviam anteriormente, muitos moradores não sabem usar a casa e o espaço público do conjunto:

“Para se ter uma idéia, teve uma casa que a pessoa tirou o vaso sanitário, botou o vaso lá fora, plantou flores dentro do vaso porque eles só sabiam defecar agachados” (Roberto Siqueira, ex-diretor da EMHAB).

“Eles não valorizam. Nós entregamos os apartamentos, não sei se você teve a oportunidade de entrar, até com filtro de torneira e eles quebraram tudo, entendeu. Eles quebraram tudo, entendeu. Lá tem tudo. Porque achavam, nunca tiveram, por mais que nos explicássemos a eles tudo como ia funcionar dentro do apartamento. Arrancaram chuveiro porque estavam acostumados a tomar banho em cano(...) por mais que você tente orientar, mais aquilo está enraizado neles” (Conceição Santana, ex-diretora do Departamento de Habitação).

Dessa forma observa-se, conforme os relatos, que a remoção é muito mais complexa do que o esperado pelo poder público. Muitos moradores passam por um período de ajustamento ao novo local, as novas condições. Todavia, alguns não conseguem se adaptar, e fazem modificações no imóvel para adequá-los a antiga realidade, como retirar o vaso, o chuveiro etc. o que por sua vez, causa perplexidade aos agentes.

Através das falas dos agentes, percebe-se que a política de habitação social está imbuída de uma proposta disciplinadora, visando à ordenação, à homogeneização e à moralização das populações assistidas. Neste sentido, é necessário que os moradores se ajustem ao projeto estabelecido pela prefeitura e a forma como os espaços devem ser utilizados. O que não se adéqua a esta concepção é visto como transgressão, inadaptação dos moradores.

Esta proposta “civilizatória” da política habitacional, aposta que, ao adquirir a casa própria, legalizada e projetada, o “assistido” venha a mudar de vida, de hábitos e costumes. Assim, as palestras promovidas são baseadas na difusão de padrões comportamentais e valores culturais “civilizadores”, buscando formar “cidadãos”, com

prioridade à ordem, à organização e respeito às normas. Entretanto, muitos moradores se apropriam do espaço a partir de seus próprios valores, o que implica uma resistência a mecanismos disciplinares de controle.

Por este sentido, a ex- secretaria de Promoção Social defende que a ação de assistentes sociais na fase de adaptação dos moradores é imprescindível. Decerto que é necessário orientar os moradores “quanto à rede de esgoto, como tomar banho e até sobre o vaso sanitário”. Contudo, isto não se verifica em muitos conjuntos, em que o trabalho limitou-se ao cadastro, realização de algumas reuniões e entrega das casas. Somente nos conjuntos, implantados recentemente, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) acompanha os moradores. Os centros precisam ter sua ação analisada mais profundamente. Assim, os problemas de adaptação poderiam ser resolvidos:

“O de ruim da favela são as condições que a pessoa vive. Agora se ela tem hábitos... Primeiro você tem que ter um serviço social trabalhando com a questão de higiene. De criar esses hábitos que, é lógico uma pessoa que ficou o tempo inteiro morando num barraco com um único cômodo, que não tinha questão de varrer (...)e evidentemente que pra isto existe o serviço social. Que ele trabalha educando, dando orientação pra pessoa. Alguém que nunca tomou banho de chuveiro e que se emociona que chora com isso. Você tem que ensinar” (Jane Nunes, ex- secretaria de Promoção Social).

Todos os entrevistados concordam que falta à política habitacional uma integração maior com outras políticas como educação, segurança pública, emprego e renda, saúde, entre outras. Para todos, igualmente, a educação, principalmente a de base, é essencial para que um conjunto dê certo, pois muda os hábitos, fornece informação para que a população tenha respeito pelo bem público e por suas residências.

Para ex-diretora do Departamento de Habitação, não há como acabar com a pobreza se a educação não fizer a sua parte. Os conjuntos podem amenizar a pobreza, mas acabar com ela, não. Pois, por mais que eles façam palestras, eles não conseguem mudar totalmente a realidade da população.

Apesar de todos os problemas, a ex- secretaria de Promoção Social acredita que a remoção modifica totalmente a vida das famílias e para ela foi um privilégio trabalhar nestes projetos. Por isto ela defende a remoção, pois afirma que sempre se emocionou com as histórias que acompanhou:

“Eu costumo dizer que não tem nada mais emocionante dentro da administração pública do que você inaugurar um conjunto habitacional. A casa é a referência de qualquer pessoa. E assim é muito emocionante. A gente tem, sabe, dá pra escrever

livros e livros da história de cada um. Do primeiro banho de chuveiro, a primeira cama, a primeira vez na vida que estava convivendo com piso, com cerâmica, com alguma coisa. Porque morava numa terra de chão batido mesmo. Por poder varrer a casa. Por poder passar o pano na casa” (Jane Nunes, ex- secretária de Promoção Social).

Os entrevistados afirmaram que a política de remoção acumulou muita experiência ao longo dos anos e atualmente possui projetos mais bem elaborados. Percebeu-se a necessidade de se fazer centro comercial, posto de saúde, o CRAS, ou seja, equipar melhor o local. O que percebo, é que a experiência acumulada ocorreu mais na questão do projeto físico do conjunto. É preciso criar o hábito de se fazer uma avaliação pós - ocupação. Contudo, mal se estabelece uma comunicação com a população após a entrega. Muitos conjuntos ficam desamparados. Só são visitados em período de campanha eleitoral.

Percebe-se que os agentes governamentais parecem não compreender as modificações feitas pelos moradores e que seriam a causa da “degradação” dos conjuntos. Uma vez que o conjunto é dotado de uma organização dos estabelecimentos comerciais, é inviável que se utilize as residências para este fim. Entretanto, isto precisa ser analisado não apenas como uma transgressão dos moradores, mas como uma dúvida a respeito se estes centros comerciais realmente atendem a população dos conjuntos. Observando o conjunto da Chatuba³⁹, por exemplo, percebi várias lojas do centro comercial fechadas. Ao mesmo tempo, muitas casas que se transformaram em comércio. Ou seja, os projetos precisam ser reavaliados.

Estas melhorias que representam o progresso, na construção de conjuntos, muitas vezes são mal utilizadas. Pouco se questiona sobre porque muitos moradores não se adaptam ao local. Existe a necessidade de uma política que interaja mais com a população, que a escute. Não basta só um conjunto bem equipado, mas uma política bem equipada, com mais profissionais, que entendam melhor a realidade da população. E acima de tudo, sempre questionar se a remoção realmente é a melhor saída para estas populações. Mas para isto, é preciso dar voz as pessoas que passaram pela experiência da remoção e é isto que tentarei fazer no próximo capítulo.

³⁹ Apenas para comparação, realizei visitas em vários conjuntos habitacionais da cidade. Um deles foi o Conjunto Oswaldo Gregório, construído em 2005 para abrigar as famílias da favela da Chatuba na rodovia do Carvão. Este conjunto é considerado pela prefeitura um empreendimento modelo, dotado de completa infra-estrutura.

O conjunto habitacional Aldeia pela percepção de seus moradores

4.1 – Introdução

O que interessa neste capítulo é analisar a política habitacional, em especial a remoção, pela percepção dos moradores assistidos, ou seja, através de uma dimensão social, não apenas econômica e política. Por isto a importância dos relatos de vida. Incorporamos não somente entrevistas com moradores da favela, mas também com os moradores que vieram de outros bairros.

Várias questões nortearam este estudo e definiram as entrevistas entre elas: qual o impacto da remoção na vida dos moradores assistidos? Como a entrada de moradores de fora interferiu na configuração do conjunto e na sociabilidade dos ex-moradores da favela da Aldeia? Por fim, como se configuram no conjunto as práticas usuais, nove anos após a remoção?

Dessa forma, buscamos entender a política de remoção pela percepção e memória dos moradores, utilizando como instrumento entrevistas com os mesmos e a observação direta da comunidade em seu dia-a-dia. As entrevistas foram realizadas nos anos de 2007 e 2008. O primeiro contato foi feito com o presidente da Associação de Moradores, Luís Bessa. Com ele realizei quatro entrevistas e visitas de campo guiadas. A partir dele fui conhecendo a comunidade, os que eram influentes na favela e os que são atuantes no conjunto⁴⁰.

Desse modo, conversei com os moradores, participei de eventos do local, e assim pude desenvolver as entrevistas. Observei que era essencial também incluir em minha análise a percepção dos moradores que vieram de outros bairros sobre o processo de remoção e configuração do conjunto.

⁴⁰ Tabela completa com descrição dos moradores em anexo.

4.2- O projeto Aldeia

A favela da Aldeia, segundo fontes jornalísticas e relatos de moradores, foi fundada às margens do rio Paraíba do Sul na década de 60. Inicialmente foi composta de ex-empregados da Usina Sapucaia. Sem que o processo de ocupação fosse inibido pelas autoridades municipais, muitas casas foram construídas às margens do rio. Por este motivo, sempre que o nível do rio subia, muitas famílias ficavam desabrigadas.

Em 1978, de acordo com o Departamento de Assistência Social da PMC (PDUC/1978 Apud Povia 2002), a favela da Aldeia possuía vinte umas moradias. Segundo os mesmos dados, nesta época ela possuía 165 casas de madeira e 96 de tijolo. A Aldeia foi se expandindo e recebendo não mais moradores das usinas em declínio, mas também de diversas áreas rurais de Campos.

Segundo o censo 2000, a Aldeia era a segunda maior favela de Campos, perdendo apenas para a da Margem da Linha. Possuía 533 domicílios e uma população de 1.885 habitantes. Apesar dos problemas recorrentes das enchentes, a favela da Aldeia estava em expansão e cresceu, em número de residências entre 1996 e 2000, um total de 10, 81%.

O engajamento dos moradores na Associação foi destacado em muitas entrevistas. Em 1987 foi criada a Associação de moradores e amigos da favela da Aldeia. Inicialmente suas reivindicações buscavam melhorias para a favela no âmbito da infraestrutura, saneamento básico, escolas, posto de saúde, etc. Somente a partir de 1998, a Associação começou a reivindicar pela construção de casas populares para a população ribeirinha. As enchentes, segundo os entrevistados, se tornavam cada vez mais frequentes e intensas.

A primeira notícia sobre o projeto Aldeia foi proporcionada pela prefeitura em 01 de setembro de 1999, no jornal Folha da Manhã. Segundo o primeiro projeto, seriam disponibilizados 450 lotes. Nele, seriam construídas 150 casas populares para os moradores da favela da Aldeia. Os 300 lotes restantes seriam oferecidos para servidores municipais. As moradias seriam construídas no terreno da família Margem. Área invadida por famílias da Aldeia durante a enchente de janeiro de 1999.

Em setembro, a prefeitura iniciou o processo de desapropriação do terreno. Ao mesmo tempo, buscou parcerias para o projeto Aldeia. Contudo, Jane Nunes as parcerias não foram fáceis, como explica Jane Nunes em entrevista a Folha da Manhã:

“Estamos buscando parceiros. Mas se não conseguirmos, uma coisa é certa: a prefeitura vai construir, sozinha, pelo menos as 150 casas que servirão para retirar as famílias da área de risco” (Jane Nunes – ex-Secretária de Promoção Social, Folha da Manhã, 01/09/99).

Apesar das dificuldades iniciais, em janeiro de 2000, a prefeitura e o Estado firmaram um convênio⁴¹ para a construção de 700 casas populares em Campos: 300 unidades no Parque Eldorado e 400 unidades no Parque Aldeia. Em 05 de março de 2000, o jornal Folha da Manhã anunciava o acordo e destacava que no Projeto Aldeia *“115 casas seriam destinadas às famílias do próprio local, que moram em área de risco na beira do rio Paraíba. O restante seria distribuído entre moradores de outras favelas como a Coroa.”* Ou seja, existia o intuito de que o conjunto não fosse apenas construído para as famílias da Aldeia, mas também para moradores de outras favelas.

⁴¹ A parceria entre o programa estadual “Morar Feliz” e o municipal “Pode Entrar que a Casa é Sua” resultou em apenas duas experiências.

O conjunto foi edificado em frente à favela, próximo a Furnas e a rodovia BR 356 (Campos- Itaperuna).



Figura 8: No círculo vermelho observamos o conjunto habitacional da Aldeia. Em azul temos a extensão da favela da Aldeia, de onde as famílias foram removidas. Em roxo podemos ver o prédio de FURNAS. (Fonte: Google Earth, 2009)



Figura 9: Em azul, um dos pontos da favela da Aldeia. À sua frente podemos ver o conjunto habitacional edificado em 2001 (Fonte: Google Earth, 2009)

A remoção propriamente dita começou em 27 de dezembro de 2001, ainda sem terminar a construção do conjunto, devido à enchente. Sem ser inaugurado oficialmente, 100 famílias foram transferidas para o conjunto habitacional. Apenas famílias que estavam em risco extremo foram removidas. O jornal Folha da Manhã de 28 e 30 de dezembro de 2000 anunciava as remoções destas famílias e trazia expressões dos moradores:

“Foi uma surpresa. Eu pensava que a gente só ia para as casas novas no ano que vem. Agora a nossa vida vai melhora – disse Joelza, lembrando os perigos do local: a proximidade da Rodovia e do Paraíba”(Jornal Folha da Manhã, 28/12/2001).

“Estou muito feliz, longe da água e da beira do asfalto, graças a Deus, disse a aposentada Cenira Ramos Machado” (Jornal Folha da Manhã, 30/12/2001).

As demais famílias cadastradas da Aldeia foram sendo removidas a partir do dia 03 de janeiro de 2002, também em clima de urgência. No mesmo período⁴² foram demolidas 293 residências do local.⁴³

No dia 12 de janeiro de 2002 o primeiro conjunto habitacional da Aldeia foi inaugurado oficialmente. O evento contou com a presença do então prefeito, Arnaldo Viana, e do Governador do Estado, Antony Garotinho. As casas possuíam 38 metros quadrados, com sala, cozinha, banheiro e dois quartos. O conjunto tinha uma praça de lazer⁴⁴. Não foi construído espaço comercial, campo de futebol, escola ou posto de saúde.

⁴² Em 10 de janeiro, a Folha da Manhã já havia anunciado a demolição de “293 casebres na Aldeia”. A promessa do diretor municipal de habitação da época, Guilherme Leite, era de que “*todos os moradores vão ser assistidos pelo vários programas sociais desenvolvidos pela prefeitura*”.

⁴³ Nesta reportagem, a ex-Secretária Municipal de Promoção Social, Jane Nunes, declarou que o projeto Aldeia teria “*efeitos sociais e de proteção ambiental*”. O plano incluía a construção de, pelo menos, duas áreas de lazer, incluindo a construção de quadras de esportes, com projetos de urbanização e paisagismo da secretaria do meio ambiente. No local onde as casas foram demolidas, deveria ter sido feito um parque ecológico. Contudo, somente as casas foram entregues e nenhum dos planos ambientais foi realizado. Nem mesmo a construção de uma rede de tratamento de esgoto foi finalizada. Esta foi anunciada como a grande novidade do projeto habitacional Aldeia. Até hoje, existe o local onde ela deveria ter sido construída, mas até o momento nada foi feito.

⁴⁴ Segundo os moradores a praça foi feita toda com brinquedos de concreto e ferro, com bancos e mesas. Eles também afirmaram que foram os próprios moradores foram devastando o local e retirando os brinquedos e bancos para uso particular em suas residências.

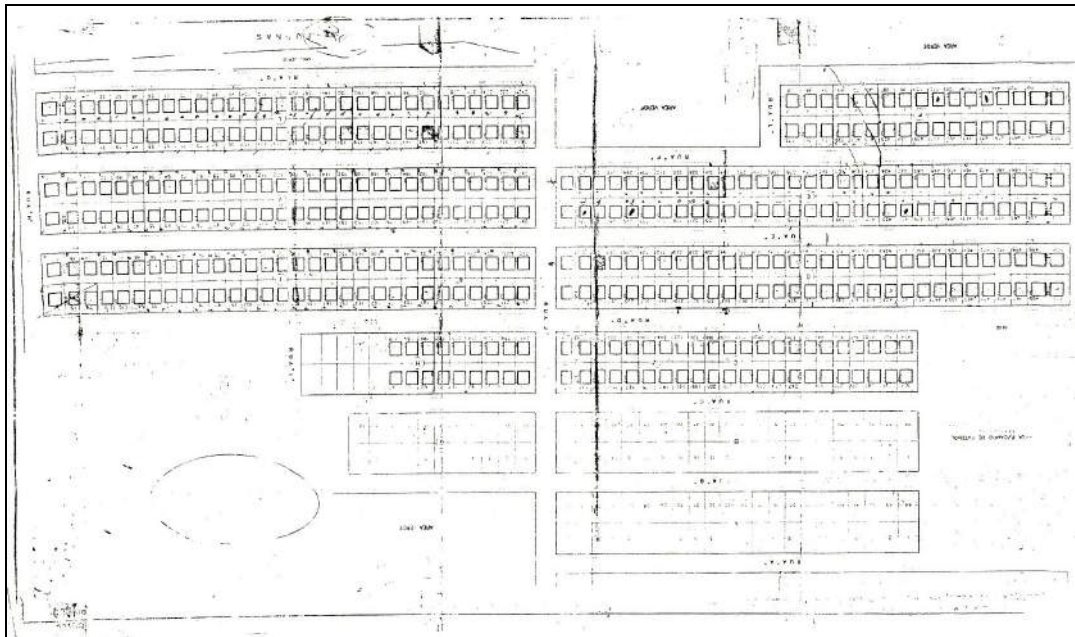


Figura 11: Planta do conjunto Habitacional da Aldeia – fonte: Associação de moradores Parque Aldeia

Em 2006, o Governo do Estado, na gestão Rosinha Garotinho, construiu mais um conjunto habitacional no Parque Aldeia, ao lado do antigo. Foram edificadas no local mais 110 unidades. Estas casas possuem sala, dois quartos, cozinha, banheiro e não foram muradas. Assim, a Aldeia possui hoje 510 casas populares.



Figura 12: Em vermelho o conjunto edificado em 2001, através de uma parceria entre a prefeitura e o estado (400 unidades). Em azul o conjunto estadual edificado em 2006 (110 unidades – na foto em construção). Fonte: Google Earth

Como já foi mencionado em outros momentos, o projeto não abrigou apenas moradores da favela. Moradores de diversas áreas da cidade também receberam casas. Em contrapartida, alguns moradores que estavam em área de risco não foram selecionados pela prefeitura. Isto gerou protestos dos que esperavam que o conjunto priorizasse os moradores do local, e introduziu tensões entre os futuros vizinhos, que permanecem até hoje.

Este problema está documentado no jornal Folha da Manhã⁴⁵ em que moradores ribeirinhos da Aldeia procuraram o jornal para reclamar por não terem sido contemplados com casas populares, embora possuísem todos os requisitos para serem assistidos.

O caso de Maria Dalva e Marcelo dos Santos foi usado como exemplo. Ambos viram seus vizinhos serem removidos, e eles foram deixados no local:

“Eu fiz esta casinha com muito sacrifício. Quando chove, eu tenho que ir para os cômodos de cima onde fica meu filho. Eu também tenho direito porque moro em área de risco” (Maria Dalva Sardinha – Folha da Manhã, 09/01/2002).

“Eu saio de casa para trabalhar à noite e tenho medo de deixar minha família em casa dormindo. Fui à Promoção Social e eles disseram que viriam aqui inspecionar, mas não apareceram. Estou muito preocupado” (Marcelo dos Santos – Folha da Manhã, 09/01/2002).

Em outros casos famílias selecionadas na Aldeia não quiseram deixar suas casas. Decidiram permanecer na beira do rio. Alguns tinham casas grandes e não aprovaram o tamanho dos domicílios entregues. Desta forma, na época, apesar do risco de enchente, foi mais “vantajoso” permanecer no local. Algumas possuíam quatro quartos enquanto as casas oferecidas pelo governo tinham dois quartos pequenos. Outros⁴⁶, não quiseram abandonar a proximidade com o rio, pelas lembranças do local, e porque tinham receio do futuro do conjunto.

“Eles queriam, mas queria me dar só uma casinha na minha aqui. E a minha casa é grande assim. Na época tinha meus filhos tudo solteiros. Agora casei três já. mas um quarto so pra seis crianças? Como que eu ia pra lá?! aí eu não quis” (Lenilda).

“Ofereceram mas eu não quis. É muita coisa. Se eu pudesse eu pegava uma mas com um monte de coisa não dá. Minha casa é muito grande, grandona, e esta casa é bem reforçada” (Valdinei).

⁴⁵ Reportagem apresentada em anexo

⁴⁶ Lenilda é moradora da Aldeia há 40 anos. Não aceitou ser removida para o conjunto. Valdinei, morador da Aldeia há 35 anos. Também não aceitou ir para o conjunto devido o tamanho de sua casa na beira rio.

Nenhum destes moradores demonstraram arrependimento em continuar na favela, ao invés de morar no conjunto. Ao contrário, todos afirmavam com muita veemência que gostam de morar ali e que foi uma decisão acertada a permanência. Interessante observar que eles não se sentem em área de risco. Embora entre água em suas casas, isto não é observado como risco já que *“a água vem mais abaixa rapidinho”*, *“A água foi aqui sim, mas aquele aguaceiro que veio tinha que vir mesmo.”* É mais um incômodo temporário, nada que os impeça de sair dali e deixar suas casas na favela.

Os acontecimentos esboçados nesta apresentação serão trabalhados detalhadamente neste capítulo na tentativa de que seja analisado o impacto social da remoção, suas conseqüências na vida da comunidade em questão.

4.3-A remoção de favelas na percepção dos moradores

A política de remoção de favelas é marcada por duas percepções distintas, entre os moradores do conjunto habitacional da Aldeia. Para alguns, resta o agradecimento⁴⁷ pleno por terem saído da enchente e recebido as casas. Por isto, apóiam a expansão da remoção para todas as favelas e comunidades carentes da cidade, para que todos tenham direito a uma “*casa digna*”. Aliás, o discurso da dignidade, amplamente usado pelos políticos e defensores da remoção, é reproduzido por este grupo de moradores. Ou seja, a dignidade só chegou à vida deles depois da transição para o conjunto.

Entretanto, outros moradores vão além da gratidão absoluta para uma opinião mais crítica. Eles reconhecem a importância da política em suas trajetórias e fazem uma análise aprofundada da remoção e do papel dos agentes governamentais neste processo. Estas opiniões demonstram que a remoção não é tão simples como a imaginada. Envolve toda uma mudança na vida das pessoas, e como veremos, alguns não conseguiram se acostumar ao conjunto, à vizinhança, às transformações que toda a Aldeia sofreu com a entrada de pessoas de outros bairros. Para estes mais críticos, a cidade os continua enxergando como uma favela e discriminando os moradores do local, embora eles morem no conjunto.

Alguns⁴⁸ moradores, concordam que a política de remoção de favelas é muito importante para a cidade e principalmente para a população carente. No caso deles, foi essencial, já que todos os anos eles sofriam com as constantes enchentes. Desta forma, a cada cheia, eles perdiam os investimentos que faziam nas casas, e com a remoção eles saíram da área de risco.

“Muitos gostam, muitos não gostam né... Eu dou Glória a Deus porque na beira rio era muita água. A gente, quando o rio enchia, era água, a gente nunca poderia ter móvel, nunca poderia construir. Agora aqui a gente bota o móvel e fica, não tem nada de água de se perder o que tem, Graças a Deus não” (Marlene).

Somente quem passou por momentos de enchente, ver a casa alagada, os móveis perdidos, *só quem sentiu que sabe na pele* como a remoção foi importante para a vida

⁴⁷ Por isto, Garotinho é visto por muitos como o único mentor do projeto. É adorado por muitos como se fosse um “libertador”.

⁴⁸ Almeici, Rita, Heraldo, Luís, Sula, Manuela acreditam que a remoção deve ser estendida a todas as favelas de Campos.

deles. Desta forma, a remoção deve se estender a todas as favelas de Campos, pois ela representa “*dignidade*” para as populações mais necessitadas. Para Almecei a cidade tem a sua imagem, principalmente nas suas entradas, comprometida com a presença de várias favelas. Por isto elas deveriam ser retiradas:

“Eu acho muito boa, porque tá dando o direito das pessoas terem as suas casas (...). Na chegada do Rio, se você chega de cá é favela que tava em frente, se você chega da beira da linha, aquela favela vergonhosa que tem naquela beirada que vem do Rio né? Aquilo ali tá horrível, perigoso, muito perigoso. Então, uma das melhores coisas que fez aqui, foi começar fazer estas casas. Eu concordo que isto aí foi coisa muito boa mesmo” (Almecei).

A política de remoção representa, na percepção destes moradores, uma oportunidade para a população carente: representa a chance de receber uma casa nova. O período de enchente era extremamente difícil, pois eles tinham que ir para abrigos, igrejas ou para o Colégio Agrícola, próximo à comunidade. E este era um problema que abatia toda a favela, pois como eram unidos, mesmo os que não estavam em área de risco sofriam com as dificuldades dos vizinhos. Já no conjunto, *a gente não tem preocupação com nada de área de risco*

Antes da remoção, segundo o presidente da Associação, a Aldeia era chamada de favela e após política passou a ser conhecida como uma comunidade⁴⁹. Os moradores podem, segundo ele, se impor mais e ter orgulho da comunidade. Além disto, com a remoção ele afirma que a comunidade pode investir mais nas casas, o que era impossível quando moravam na beira rio. Por isto, ele também se proclama “*um defensor da remoção*” e acredita “*que ela deve ser estendida a todas as favelas de Campos*”.

“Isso aí eu acho que dá mais dignidade às comunidades. Hoje é chamada comunidade da Aldeia, e antigamente era chamada favela da Aldeia (...). Agora mudou pra essas casinhas feitas pela prefeitura e pelo estado né. E eu fico satisfeito, não é só aqui não, Matadouro mesmo neh... fizeram apartamento pro pessoal do Matadouro, que fica um negócio bem melhor. Então hoje, eu fico... eu como representante da comunidade, fico mais satisfeito” (Luís, presidente da associação de moradores).

Para os moradores que moravam de aluguel e receberam uma casa no conjunto a política de habitação social também é vista de forma positiva. O caso de Sula é um exemplo já que ela faz questão de frisar que não morava na Aldeia, mas no Parque Calabouço. Ela ganhou a casa por cadastro, pois alegou baixa renda, e também porque

⁴⁹ Este ponto será melhor explorado no item: Percepções da cidade e a cidade em percepção.

pagava aluguel. Assim, recebeu a casa porque morava no aluguel e não porque era “*favelada*”. Por isto, a seu ver, a remoção é essencial, não só para as pessoas que moram em área de risco, mas também para as que vivem de aluguel.

Embora a remoção tenha sido importante para a comunidade diante dos problemas com a enchente, alguns moradores apresentam uma percepção crítica e muitas vezes negativa sobre esta política. Alguns moradores, como Regina, se arrependem de ter saído da favela, já que nunca se adaptaram ao conjunto habitacional. Mesmo o conjunto sendo próximo à favela, ela afirma que “*não é a mesma coisa, eu preferia morar lá, pois era mais calmo*”. Por isto, para ela, o único problema de morar na favela eram as enchentes:

“O ruim lá é a água, porque todo bairro quando enchia, era água aqui ó... eu ficava ilhada, porque não tinha passagem pra lá nem pra cá, então tudo que eu ia fazer era maior sofrimento mesmo... foi só devido a essa água que me tirou dali, porque eu gostava muito de lá, lá era muito bonzinho, aqui (no conjunto) já não é igual lá, aqui já é bem mais perigoso” (Regina).

Apesar de a remoção permitir a estes moradores obterem uma casa melhor e deixar as dificuldades da enchente para trás, a remoção é vista de forma crítica. Assim, Regina não se sente plenamente satisfeita, porque sente muita falta da favela e afirma que nunca conseguiu se acostumar com a nova vida no conjunto habitacional. Para ela, a mudança a afastou de parentes e vizinhos próximos, tornou a comunidade mais desunida e violenta.

Desta forma, embora concordem que a remoção os tira de problemas como aluguel e enchente, nem todos os moradores conseguiram se adaptar com a vivência no conjunto. Assim, a remoção é muito mais complexa do que a simples lógica de “dar casas”. Envolve muitos mais aspectos que a mudança física. Seus efeitos sobre a vida das pessoas não é previsível.

Nesta perspectiva, a remoção, como defende Custódio, precisa ser mais bem assistida pelo poder público. É necessário acompanhar esta população após a ocupação, principalmente no que diz respeito à manutenção das casas. Segundo ele, as casas perderam a aparência, pois ele mesmo presenciou a construção do conjunto e lembra como ele “*era bonito*”. Muitos moradores não têm zelo pela casa, e o poder público deveria cobrar isto:

“É que ele não fez um barraquinho lá na beira do rio quase encostando dentro d’água, quase caindo em cima dele, dá uma casa dessa pintadinha pra ele, seis meses depois você volta lá a casa dele tá pior que na beira do rio porque não sabe como cuidar (...) eu mesmo trabalhei

fazendo essas coisas aí, era muito bonitinho as casas. Mas não, não incentivam não, as pessoas vem pra cá e pronto, faz da casa o que quer” (Custódio).

Neste contexto, embora a remoção tenha sido muito importante, teve conseqüências no orçamento domiciliar, pelo aumento no gasto com as contas⁵⁰. Muitos moradores não conseguiram manter e melhorar as suas casas, pois o impacto destas atribuições no orçamento das famílias foi considerável. No conjunto, eles tiveram que arcar com água, luz e também IPTU. Os que não tinham emprego, “*tiveram que dar seu jeito*” e tentar pagar as novas taxas. Ele disse que algumas famílias sentiram este impacto, mas que com o tempo foram se adaptando a esta nova realidade.

“Então antigamente aqui a dificuldade que eles tiveram quando mudaram pra lá foi a eles pagar água e luz, porque aqui na beira do rio eles não pagavam, era tudo gato, era tudo instalação irregular, em ambas partes, tanto na água como na luz, então ali teve que cadastrar, ir na Ampla, ver o relógio, tá tudo documentado. Então isso daqui foi uma coisa muito boa, uma coisa muito bem feita pelo governo estadual e municipal” (Luís, presidente da associação de moradores).

A remoção, na percepção de João Rocha não é mais que obrigação dos políticos em uma cidade tão rica, como Campos. Contudo, o que eles oferecem ao povo é o resto, já que as casas são de péssima qualidade. Sua casa apresenta buracos no muro que nunca foram terminados e rachaduras. Ele afirmou que acompanhou as obras, e até trabalhou como carpinteiro quando foi necessário, e afirma que as casas não foram bem construídas. Mesmo assim, o povo acha uma maravilha, pois o povo “*é burro mesmo, eu sou burro mesmo*”.

Em suma, ao longo do texto, observa-se que a percepção sobre a remoção é diferente entre os moradores entrevistados. Para uns ela foi ideal para a Aldeia e transformou a vida dos moradores. Entretanto, outros possuem uma opinião mais crítica sobre a política, apontando assim sua complexidade e conseqüências.

4.4- A vida na favela e as lembranças antes do conjunto.

As lembranças da favela podem ser divididas em duas formas: as positivas e negativas. A imagem que cada entrevistado tem sobre o lugar é baseada nas suas

⁵⁰ Na favela, vários moradores conseguiam água e luz na informalidade. No conjunto, a repressão a estas práticas é maior. Pude observar algumas vezes, nas visitas de campo, os funcionários da Ampla (empresa de energia) desligando instalações informais de luz (os chamados “gatos”).

experiências e vivências na favela, bem como nos locais anteriores a ela. A maioria dos moradores da favela veio de zona rural e principalmente de casas de usinas. Os moradores que demonstram preferência pela beira rio, o fazem porque lá lembrava seu estilo de vida rural, tranqüilo. Para estes, a lembrança da favela está ligada a uma “vida melhor”, mais próxima à natureza, ao rio (mesmo sob o risco de enchente). A favela é descrita com saudade, como um local de amigos e de pessoas solidárias.

Estes moradores estão sempre reclamando que o conjunto é barulhento, violento. Ao contrário, a favela era mais calma, mais sossegada. Ao andar na beira rio, onde ainda existem moradores que não quiseram ser removidos, é clara a tranqüilidade do local. Não há música alta, nem comércio, nem carros barulhentos. O conjunto, todavia é o contrário. Muitos não conseguiram se acostumar à vida agitada do conjunto. Fica a memória nostálgica das relações que existiam entre as redes sociais, enquanto moradores de favela, pois agora é um novo estilo de vida e de convivência no conjunto habitacional.

Para os que aprovam a remoção as lembranças da favela estão sempre associadas à enchente. São lembranças negativas que remontam à perda e dificuldades. Por isto morar na favela era tão ruim e a construção do conjunto é vista como “salvação”. O conjunto, para estes é visto como progresso e uma oportunidade para mudar de vida. Para isto, não havia alternativa a não ser sair da favela. Estes apóiam a remoção e não possuem uma atitude saudosista diante das recordações da favela. No máximo, se referem com carinho aos ex-vizinhos, mas nunca ao local. Para estes moradores retornar a favela jamais.

Através das lembranças expressas pelos moradores reconfiguramos este espaço físico, e principalmente social, essencial para entendermos as mudanças que eles exprimem. Ao remontarmos a identidade coletiva de um lugar, entraremos no espaço particularmente vivido, percebido por sua população. Assim, podemos compreender este espaço de linguagens, de imagens e reconhecimento. A favela da Aldeia se constituiu um lugar de acontecimentos, um cenário de vivências que formaram uma coletividade única e singular.

O nome Aldeia, de acordo com Luís Bessa, presidente da associação de moradores, foi dado ao lugar porque contam os moradores mais antigos da cidade que ali se localizava uma Aldeia dos Índios Goitacás. Os entrevistados afirmam que exatamente onde era a favela existia um cemitério indígena. Devido às histórias

contadas pelos primeiros moradores a respeito desta associação entre índios e o local o nome ficou conhecido como Aldeia.

A Aldeia foi formada inicialmente na década de 60, por ex- trabalhadores de usinas, principalmente da Usina de Sapucaia. João Rocha alega ter sido o fundador da favela da Aldeia:

“Foi eu que fundei ela! (conta com orgulho) fundemos aquilo dia e noite. Tinha um fiscal aqui que ele comia abóbora. E nós chegamos com um dinheirinho de Sapucaia que fomos dispensados. Eu tava com um trocadinho e ia calando a boca dele. (...)É porque lá, em 40 anos, eu posso dizer que sou um patriarca, sabe o que é? Eu sou um patriarca. Essa turma que está aí são quase tudo, como pode se dizer filho. (...)Em 15 de junho de 66 me chamaram junto com a turma que saiu de Sapucaia, começaram pra invadir ali de noite. Porque já tinha passado a máquina. Pra fazer a estrada pra Sapucaia que estava muito ruim” (João Rocha).

O início foi difícil, uma vez que os moradores possuíam pouco dinheiro para edificarem suas casas. Nos primeiros dias, João Rocha lembra que fez um barraco com lata de querosene, em que dormia *“abraçado a mulher, com muito frio, enquanto meus filhos dormiam dentro de uma caixa de farinha”*. Após edificar sua casa, João Rocha começou a fazer casas para alugar para outras pessoas que como ele vinham da usina:

“Aí peguei a fazer casa. E o falecido Neto ainda era vivo e onde tinha o porto de areia tinha uma olaria de barro e de tijolo. Aí comecei a fazer casa e alugar o povo por dez cruzeiro por mês. Mas com um ano entregava a chave, a casa a eles. Porque se eu alugasse eles arcava. E se eu vendesse eles não tinha como pagar. Eu alugava à dez cruzeiros por mês naquela época. E quando completava um ano eu dava a casa a eles. E aí nos fomos crescendo aí de noite. Aí com este fiscal que chegou nos ia tapando a boca dele. Ia tapando a boca dele todo mundo. E aí cresceu nossos familiares que está aí. E daí foi panhando a beira rio” (João Rocha).



Figura 13: João Rocha, o “fundador” da Aldeia. Fonte: acervo próprio.

Segundo os moradores mais antigos, a favela da Aldeia tem uma história de luta e superação, embora esta lembrança possa se perder com todas as modificações que a

comunidade sofreu. Para estes a história do local não é mais a mesma depois da remoção de pessoas de outros bairros para o conjunto e por isto muitos alegam não terem se acostumado com a mudança. Após morar 40 anos na favela, João Rocha afirma que: “*Ainda tá doendo a saudade de casa, mas daqui uns dia sara*”.



Figura14: João Rocha em seu quintal, na enchente de 2007. Fonte: Acervo de João Rocha.

Este saudosismo é evidenciado em muitas falas, principalmente no que consiste a vizinhança. Muitos lembram com carinho da amizade e união existente entre os moradores da favela. Contudo, com a remoção, a vizinhança se espalhou pelo conjunto e muitos perderam o contato.

A Aldeia, de acordo com Luciana, era um lugar tranqüilo, muito diferente do que é hoje. Lá estão as suas lembranças de infância, adolescência e vida adulta, “*tudo o que vivi*”. As brincadeiras no cais do rio, as noites em que os vizinhos se reuniam para conversar e contar histórias. As festas e bailes na casa de moradores. A solidariedade nos momentos difíceis, como falecimentos e enchentes. Por tudo isto ela comenta que demorou muito pra se acostumar ao conjunto.

Percebe-se assim que alguns entrevistados como Regina, Luciana, Josélia, alegam não terem se adaptado ao conjunto principalmente pelo desvinculamento de suas redes sociais. De acordo com Regina, por exemplo, na favela ela era mais feliz e tinha amizades verdadeiras. As pessoas moravam mais próximas, tinham mais contato. Eram mais solidárias umas com as outras, se ajudavam. Como perdeu os pais quando era criança, Regina criou um laço de amizade muito forte com seus vizinhos. Ela demonstrou um grande sentimento de pertencimento pela Aldeia, porém “*não está Aldeia de agora, mas a de antes, da favela!*”. Ela lembra que na favela toda a tarde os moradores se reuniam para pescar e conversar na beira do rio. O local era mais calmo e sem violência:

“Lá.. eu sei lá essa menina, lá era um parque de amizade, os meus vizinhos mais próximos. A gente convivia há muitos anos, separou tudo, então nunca é normal igual como foi. Aqui já misturou, num jeito diferente que a gente não tem aquela... entendeu? Porque lá a gente vivia assim, porta com porta. Nós sempre convivia bem, Graças a Deus, nunca brigamos, era muito bom. Não fosse essas enchentes...” (Regina Célia).

Assim, Aldeia se constituiu por um povo unido e solidário. Além disto, havia certa “fartura”, pois no início não faltava nada, pois tinham peixe e água quando o rio *“estava bom. O rio a senhora não conheceu rio. Carne e comida com fartura. Dava uma tarrafada e não precisava dar mais”*. Para Alguns moradores, como Heraldo, o que havia de melhor na favela era a proximidade com o rio, pra tomar banho e pescar.

Muitos moradores antigos voltam à beira rio para pescar por lazer, e para reviver o contato que tinham com o local. Ainda hoje, ao andar pelo local podemos ver uma rampa e uma escada que dão acesso do barranco para o rio. Segundo o presidente da associação, estas obras foram feitas através de um pedido dos moradores à secretaria de meio ambiente. Foi feito para os pescadores e moradores do local que gostam de pescar. Na favela, também muitas mulheres, segundo ele, lavavam roupa no rio e utilizavam esta rampa.

Toda a faixa da beira rio até depois de Furnas era tomada de casas, uma *“agarradinha na outra”*. Quando tinha enchente, a água ia até a beira da pista. Nas partes mais baixas, a água atravessava e ia direto para a lagoa do outro lado do asfalto. De acordo com Luís *“o pessoal ainda pescava no asfalto ainda. Vinha peixe em cima do asfalto.(risos) Jogava tarrafa no asfalto”*. Ele lembra que os períodos de enchente eram difíceis, mas a comunidade permanecia unida e solidaria. Todos se ajudavam, já que tinham uma adversidade em comum.

Entretanto, alguns entrevistados afirmaram não ter boas lembranças de morar na beira rio. Sendo assim, não demonstram nenhum saudosismo em suas falas. Para estes, a melhor coisa que aconteceu à comunidade foi a remoção. A beira rio era marcada por constantes enchentes e os residentes não tinham tranquilidade. Estes momentos eram terríveis já que a água atingia várias casas. Muitas famílias tinham que ficar na beira do asfalto embaixo de barracas de lona:

“Porque lá, na beira do rio era enchente constante, muita enchente e a pessoa não tinha paz. Quando você pensava que estava bem a água estava entrando dentro de casa. Teve uma época lá que quando eu mudei para uma casinha mais pra baixada, na beira do asfalto, a água chegava até mais de meia casa. E tinha que tirar as crianças, e muitos não tinham

parentes pra manda as crianças, e as crianças ficava tudo na beira do asfalto, embaixo de barraca de plástico né” (Almecí).

Desta forma, era difícil fazer investimentos na casa, pois cada móvel adquirido era perdido na enchente. A maioria dos domicílios, segundo os entrevistados, era bem simples e pequenos. Muitos moradores ficavam desabrigados, tendo que ir para colégios, igrejas até que a água saísse de sua casa.

“Você comprava um sofá e já pensava assim “será que até ano que vem eu vou ter este sofá?” porque a água levava tudo, não tinha condições. Se você botasse lá no asfalto né, e todo mundo sentava, porque estava todo mundo desabrigado e acabava com tudo, se você deixasse dentro da casa também acabava porque a água levava. Na época era assim “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”(risos)” (Almecí).

Ela afirma que trabalhou durante 13 anos na Associação de moradores da favela da Aldeia como vice-presidente. Nos períodos de enchentes, o órgão que ajudava muito a comunidade era Furnas⁵¹. Nestas ocasiões muitas famílias perdiam tudo e não tinham como se sustentar. Furnas auxiliava a associação doando alimentos. Almecí e outras mulheres faziam sopa e distribuía para a comunidade. Além disto, arrecadavam agasalhos, materiais de limpeza etc

Outra dificuldade em se viver na favela, apontada pelos moradores, era a falta de estrutura e serviços. Era mais uma comunidade que crescia na cidade, mas que não foi dotada dos equipamentos públicos necessários. Não tinha comércio (somente bares), telefone público, iluminação pública, era tudo muito *“simples, meio roceiro”*. Morar na favela, por este motivo, era muito desconfortável para alguns, pois as casas eram *“todas emboladas, tudo imprensada”*:

“Era bem desleixado não tinha luz, não tinha água, não tinha nada, só tinha esses barraquinhos, fomos construindo aquela casinha, aquele barraquinho até ganhar e fazer aqui” (Rita).

“Lá as casa era tudo encostada uma na outra então era difícil; era tudo embolado. A senhora já foi lá embaixo ver? A senhora tem que ver que tristeza aquilo lá era. Aquela tirazinha ali, era aquele montaréu de casa, tinha mais de cem casa num cantinho só” (Heraldo).

No início também não havia água e esgoto. Os que não podiam fazer cacimba usavam a água diretamente do rio. Só em 1990 é que a comunidade passou a receber água encanada. Em 1996 foi feita pela prefeitura uma ligação do esgoto da favela direto

⁵¹ Furnas centrais elétricas S/A. Existe um unidade localizada ao lado do conjunto.

para o rio. Até hoje os moradores que moram na beira rio utilizam este tipo de sistema. Por isto, pela precariedade dos serviços básicos, o presidente da associação afirma que muitos moradores ficaram satisfeitos com a remoção:

“Então pra gente, o pessoal ficou muito satisfeito, tinha gente aí que na realidade não sabia nem o que era chuveiro, tomava banho no rio, lavava louça no rio, lavava louça no rio, lavava roupa no rio, porque não tinha água encanada” (Luís, presidente da Associação de moradores).



Figura 15: Favela da Aldeia - Local onde foram removidas as casas

Atualmente, na área onde as casas foram retiradas, só ficaram as árvores e mato. Algumas pessoas cercaram terrenos para fazerem hortas, o que não é proibido pela fiscalização. Quanto a casas, ninguém nunca mais construiu, pois os próprios moradores da Aldeia denunciam à prefeitura a tentativa de re-ocupação da beira rio.:*“Senão volta tudo como era antes”*. É como se este local, de certa forma, servisse como um memorial, um local de lembranças e de experiências vividas por uma comunidade:

“Eu não concordo em deixar construírem na beira rio. Tiraram a gente dali. E muitos nem queriam sair. Eu não sei, mas quando eu olho pra lá e vejo aquilo tudo sem casa eu sinto muita saudade. É um pedaço da minha vida. Eu prefiro que fique assim, sem ninguém morando, que cresça o mato. Eu nunca vou me esquecer do que a gente viveu ali. Seja bom ou ruim...” (Regina).

Assim, a forma como os moradores definem suas lembranças na favela, de forma negativa ou positiva, e como assimilaram o projeto de remoção, foi determinante na transição e adaptação ao novo local. Isto será demonstrado na análise deste processo de remoção, que para alguns foi visto como uma “conquista” diante das dificuldades vividas na favela, embora tenha tido conseqüências, principalmente na sociabilidade, que se sustentam até hoje.

4.5-O processo de transição e adaptação: da favela ao conjunto habitacional.

4.5.1-Transição

Como foi visto, mesmo os mais saudosos da vida na favela Aldeia reconhecem como principal problema a enchente. Com as inundações cada vez mais constantes, havia um consenso da Associação de Moradores pela remoção da população. Assim, de acordo com Luís, nestes momentos de enchente vários políticos apareciam na Aldeia para apoiar os moradores. Estes por sua vez, solicitavam um terreno abandonado que se localizava em frente à favela. Porque não podemos construir neste terreno, que ficava do outro lado da pista e longe do rio? Assim, ele deveria ser desapropriado, o que seria muito burocrático.

Desta forma, em 1998, os moradores da favela organizaram uma invasão ao terreno onde hoje está construído o conjunto. Isto quatro anos antes de sua edificação. Cada morador demarcou um lote, montaram lonas e pelo menos um membro da família permanecia no local por segurança. Alguns começaram a construção da casa. Contudo, após denúncia dos donos da terra, os moradores foram obrigados a sair. Porém, só após este incidente é que a prefeitura percebeu a necessidade de remoção desta população e começou a se mobilizar neste sentido. Este evento, como afirma Luís, “... *valeu como um alerta para a situação que a gente passava*”. Assim tiveram que esperar por parte da prefeitura uma solução:

“Então...quando teve esse problema aqui eu mobilizei o pessoal e disse: Gente, vamos fazer uma invasão? Aí lá em casa mesmo foi eu, peguei um terreno, meu cunhado foi lá e panhou outro terreno, a minha irmã, uma outra cunhada minha panhou outro terreno, essa rua aqui então, eu me lembro até hoje, eu panhei nessa rua aqui, lá na frente, meu terreno foi lá. Aí passou, passou, passou, aí demorou quatro meses aí chego ali, chegou uns dois... uns cinco carros da polícia, um ônibus da polícia, aí veio com juiz, com promotor, veio com isso, com aquilo, veio advogado, os fazendeiros aí, donos das terras, dizendo que a invasão foi ilegal, que não sei o que, que não sei o que lá.. somos vítimas. Aí eu respondi pra eles: Vítimas somos nós... levanto a casa aí sozinho depois vou preso! Aí tinha gente que já tinha colocado tijolo lá, cimento, brita, pra tentar fazer alguma coisa, tem gente que chegou a levantar meia parede, mas eles vieram com trator e derrubaram(..). precisava o que, era nós se unir e se mobilizar pra poder chamar a atenção da sociedade, porque a gente tem necessidade, enchente aqui é quase todo ano” (Luís, presidente da Associação de moradores).

Somente após esta mobilização, ocorreu, por parte da prefeitura, um compromisso real junto à “comunidade” da edificação do conjunto habitacional para as famílias que viviam em área de risco. Esta invasão tornou o problema dos moradores um fato político. A partir deste fato, o terreno reivindicado não foi apenas cedido, mas conquistado pelos moradores. A prefeitura “*não teve saída a não ser se comprometer com a remoção da favela*”. Assim, em 2000, o município conseguiu desapropriar a terra e junto com o governo do Estado iniciaram a construção das 400 unidades habitacionais.

O processo de remoção, conforme relatam os entrevistados, foi marcado pela extrema falta de comunicação sobre o projeto. Não ocorreram reuniões com os moradores para explicação do plano de remoção, como seria a construção do conjunto e os critérios de escolha dos assistidos. Somente quando o projeto foi anunciado, houve a visita das assistentes sociais aos moradores da Aldeia, que por sua vez, não precisaram se envolver com nada, a não ser aguardar.

“Quando eles estavam construindo as casas eles não falaram nada com a gente não, foi tudo do jeito deles. Eles fizeram uma pracinha, eles falaram que não eram pra fazer comércio. Eles mostraram na Associação o Projeto das casinhas e aí nós vimos, mas já veio tudo pronto não podia mexer em nada, para mim estava muito bom pois para quem estava dentro d’água” (Almecei).

Ocorreram algumas reuniões com a comunidade, mas para o cadastramento e visita. Não houve reuniões de como utilizar e preservar o local (como ocorrem atualmente). Também não buscaram a opinião dos moradores em nenhum momento da elaboração do projeto ou da construção do conjunto. Os moradores não puderam opinar e apenas receberam as instruções legais de como deveriam proceder com a habitação. Por fim os agentes públicos não mais conversavam com os moradores, mas praticamente comunicavam:

“Eles não fizeram pergunta não, eles só, praticamente me comunicaram, entendeu. Foi assim: “você quer ir e tal?”, foi praticamente um comunicado. Aí pegou o nome, entendeu, aí não teve muita conversa não. Conversava muito sobre pessoas que não tinham casa e que chegavam querendo conseguir uma casa aqui. Mas as pessoas que já estavam na casa (que já moravam na favela da Aldeia), eles praticamente chegavam e comunicavam” (Luciana Cabral).

A transferência dos moradores e entrega das casas foi marcada por muita confusão e conflito. Muitos moradores que tinham se cadastrado não estavam mais na lista, embora morassem em área de risco. Além disto, os residentes da Aldeia tiveram que

assistir, sem nem serem consultados, a entrega de casas a diversos moradores de outros locais da cidade.

Assim, por exemplo, segundo Marlúcia, a visita das assistentes sociais em sua residência e o seu cadastramento aconteceu de forma inesperada. Ela não sabia que as remoções estavam ocorrendo naquele dia e ficou surpresa com a rapidez com que teve que mudar. Em uma mesma tarde foi visitada pela assistente social (embora esta não sequer entrado em seu domicílio), foi à associação fazer o cadastramento, recebeu as chaves e teve que se mudar. Tudo em um mesmo dia:

“Aí ela “Olha, a senhora que mora nesta casa?”. Aí eu disse “sou eu mesmo”. Aí ela disse “a senhora está com vontade de mudar?”. Aí eu disse “Estou, porque?”. Aí eu fiquei assim parada. Aí ela falou assim “A senhora então arruma as coisas da senhora, a senhora me dá o nome aqui agora, e a chave a senhora panha a chave ali agora”. Aí eu “Aonde gente?”. Aí eu fiquei ali parada. Aí eu tô vendo aquele monte de correria de gente no asfalto. Aí eu falei assim “Ih, meu Deus!”. Aí eu peguei e subi. Aí quando eu subi tinha que vir cá em cima aqui no programa apanhar...aqui na associação apanhar a chave. Aí vim pegar a chave, o número da casa. Aí chegemo lá fomos arrumar tudo correndo, aquela correria danada. Aí veio o rapaz pegando as coisas com o caminhão” (Marlúcia).

Como havia o risco de invasão devido à enchente, algumas famílias tiveram que ser removidas às pressas. Contudo, podemos perceber, pela fala de Marlúcia, que o processo foi bem mais desorganizado do que o esperado. Neste mesmo dia a prefeitura derrubou algumas casas, incluindo a sua. É perceptível a sua perplexidade diante da situação através da expressão: *“aí eu fiquei assim parada”*. Ela sabia do projeto de remoção, mas não que seria desta forma. Nesta mesma tarde a sua casa foi tombada pela prefeitura: *“Aí eu vi. Aí depois eu fui lá olhar. Eles estavam as máquinas, tombando tudo. Olhar minha casa sendo tombada... Ah...eu fiquei triste. Eu gostei muito de lá. Eu gostava muito dali da beira rio.” (Marlúcia)*

Além do risco de enchente, a remoção de algumas casas foi feita de forma emergencial, pois havia o risco de invasão de moradores não cadastrados:

“Nós mudamos pra aqui no mês de... nós viemos pra aqui no dia 27 do 12 de 2001... é isso aí, 27 do 12 de 2001 quando nós viemos pra cá. Foi justamente quando a água começou a subir. Essas pessoas foram removidas pra beira do asfalto, tinha gente que tava com água mesmo, nos peitos, porque a água enchia nas casas. Então, assim, a Defesa Civil entrou em contato com a Promoção Social, que era responsável pelas casas, e acharam melhor entregar as casas, porque o pessoal, eles não tinham pra onde ir, as casas já tavam prontas, só faltava o muro, e eles queriam invadir, aí, é... Eles tentaram fazer a invasão” (Luís presidente da Associação de moradores).

Em muitos casos, conforme os relatos, a entrega das casas ocorreu através de “*jogada política*” por parte de vereadores e pessoas associadas a políticos. Por isto, ocorreram entrega de domicílios da Aldeia para pessoas de outros bairros e que não estavam cadastradas ao projeto. Por consequência, famílias da comunidade que estavam cadastradas quase ficaram sem casa. Muitos tiveram que brigar com as assistentes sociais para que recebessem a chave da moradia.

“E o que houve nisso aqui também na época, os vereadores queriam dar as casas pra pessoas que não moravam aqui, entendeu, houve algum tipo de injustiça com o povo, porque muita gente de outras comunidades... olha o que algumas pessoas fizeram? Eles moravam aqui, aí pegou a casa, morou dois, três meses, depois pegou vendeu e voltou pra onde eles vieram, entendeu? Foi uma jogada política aí, sabe, que aconteceu mesmo, entendeu” (Luís presidente da Associação de moradores).

Neste sentido, várias famílias não residentes da Aldeia conseguiram casa através de inscrição com agentes governamentais, como o caso de Sula que morava de aluguel no Parque Calabouço. Seu marido ficou sabendo da construção de casas populares e foi até a secretaria de promoção social se inscrever. Com a “ajuda” de uma assistente social eles conseguiram ser chamados para receber a chave da casa. Ela afirma que não participou de nenhuma palestra ou reunião sobre o conjunto. Todos os tramites foram realizados na Secretaria de Promoção, inclusive a entrega da chave. Constatamos assim através das entrevistas um fator interessante: a diversidade de meios pelos quais os moradores conseguiram as casas. Uns por cadastramentos, por “*conhecimentos com políticos*”, por morarem em área de risco, por morarem de aluguel etc. Ocorreram várias formas de aquisição de domicílios no conjunto Aldeia.

Em contrapartida, muitos moradores da Aldeia só conseguiram ganhar a casa depois de muita perseverança junto às assistentes sociais, como foi o caso de Sandra. Ela afirma⁵² que teve que “*lutar muito*” para obter a casa, pois a assistente social não queria cadastrá-la e retardou ao máximo sua ida para o conjunto:

“Ah, eu fiquei por conta, eu virei um siri! Eu “ se você não me entregar a chave aqui agora, eu quero agora”. Ela estava distribuindo as chaves. “ Eu vou te denunciar pra jornal pra tudo quanto é lugar pra você perder esse emprego”. Porque isto não é coisa que você faça. Eu moro no perigo! Porque bateu um temporal muito forte e muro já estava assim balançando.

⁵² De acordo com Sandra, tudo começou quando o muro de sua casa, que estava velho, caiu depois de uma tempestade. Contudo, vizinhos foram à assistente social responsável e contaram que Sandra havia tombado o próprio muro para que ganhasse a casa mais rápido. Isto bastou para que, de acordo com seu relato, a assistente social ficasse retardando ao máximo a sua ida para o conjunto.

O pessoal também é fofoqueiro! Como que ela ia saber? Porque alguém foi lá e foi falar. Eu se eu tiver que tombar alguma coisa pra ganhar a casa eu vou tombar a casa! (risos) eu vou tombar o muro? A gente vive sem muro. Não pode viver é sem casa! Ah mas me deu tanta raiva! Aí ela pegou e me deu uma chave pra mim e outra pra meu filho” (Sandra).

Muitos moradores afirmam não terem entendido os critérios utilizados para distribuição das residências. Os que mais precisavam foram sendo deixados para o final da fila. As assistentes começaram a entregar as casas e justamente quando chegaram as área mais baixas, pararam a distribuição. Ao mesmo tempo, as agentes começaram a distribuir para os outros bairros como Ilha do Cunha e Coroa. Por isto, alguns moradores, dentre eles Heraldo, chamaram uma equipe de televisão, para que visse, não somente o seu caso, mas também o de outras quatro famílias que também não haviam recebido a moradia. Além disto, deram-lhe uma casa que se situava na última rua, distante de todos os seus vizinhos da beira rio.

“Na época que eles entregaram a casa aqui, eles não quiseram me dar a casa não. Eu tava morando em área de risco, a água já estava dentro de casa e não quiseram me dar a casa não. Eu fiz de tudo, fui até na televisão pra falar com eles, até filmou lá o lugar lá (...) nós ficamos dentro d’água e tava o rio enchendo. Tinha quatro famílias pra sair e eles não quiseram dar casa ficaram “enrolando, enrolando” pra não dar. Aí vieram uma turma aí e tirou foto, filmou e passou até na televisão. Aí eles falaram, “então eu vou te dar uma casa lá na outra rua , você quer?” aí eu falei “ já to fogo mesmo, como é que eu vou fazer?” (Heraldo).

Para outros, como Almeçi, o processo de remoção foi mais fácil. Três de seus filhos, que moravam com ela na favela, também conseguiram ganhar casas. Na época a prefeitura avaliava se existia mais de uma família morando em uma casa, e fazia os cadastros correspondentes. Desta forma, a sua família continua reunida no conjunto. Assim, *“todo mundo ta pra cá pra cima, todo mundo graças a Deus. Graças a Deus e o governo que foi na época, pode falar também né? (risos) que na época foi Garotinho⁵³.”* Em uma visita de Garotinho às obras⁵⁴, ela, que o conhecia desde o período da favela, o pediu que ajudasse duas amigas suas, que moravam de favor. Segundo seu relato:

⁵³ Almeçi demonstra ser uma grande defensora de Garotinho, e afirma que ele foi o idealizador do projeto, embora este tenha sido realizado através de um convênio entre a prefeitura e o Estado. Este tipo de parceria ela chama de *“política saudável”* e afirma que hoje infelizmente já não existe mais.

⁵⁴ Durante as obras do conjunto estadual edificado em 2006. Estas casas foram construídas pelo governo do estado, mas segundo relatos que poucas pessoas da comunidade foram contempladas. A maioria, mais uma vez, era procedente de outros locais.

“Aí o pessoal da Obra vieram, na época, veio Garotinho(...) Aí conversando comigo, aí eu aproveitei e chamei a menina e falei pra ela “ Olha, essa menina não ta acreditando que ela vai ganhar a casa”(...) Ele (Garotinho) foi e disse “ eu vou te dar uma casa”. Ela falou, “ eu não acredito”. Ele falou , “Pode acreditar”. Aí pegou a minha mão e a dela e falou assim “ A senhora é testemunha?”. Eu falei “Sim, eu sou testemunha, mas vou te cobrar”. Aí veio a outra menina, gente de muita necessidade, e ele falou “Essas duas meninas vão ganhar essa casa” (Almecei).

Escutei relatos deste tipo várias vezes entre moradores do conjunto, ou seja, pessoas conseguiram a residência não por cadastro, mas por ajuda de políticos. Tanto nas casas de 2001 como nas de 2006 ocorreram episódios de barganha política com as casas do conjunto. Sejam com prefeito, vereadores, assessores, muitos usaram recursos não institucionais para ter acesso a uma casa. No caso dos moradores que vieram de outros bairros a maioria conseguiu um domicílio desta forma. Este foi um dos motivos do conjunto ter abrigado tantas pessoas de outros lugares: o uso político, ou melhor, o uso por políticos da distribuição das casas.

Durante o período de remoção, os entrevistados recordaram que muitos vizinhos ficaram revoltados, pois não queriam mudar. Todas as casas que estavam condenadas receberam um “*risco vermelho*” da defesa civil e tiveram obrigatoriamente que sair. Em seguida a saída dos moradores para o conjunto todas as casas eram tombadas para que não houvesse reocupação.

“Muitos vizinhos se revoltaram, não queriam mudar, muitos achavam que a casa deles tava melhor, teve muita polêmica assim (risos). Tinha gente que não deixava, que não queria que derrubasse a casa, né .E falavam que não ia derrubar. A defesa Civil ia lá condenava mas eles não saía. Tinha gente com pena sim. Não era todos que estavam de acordo pra sair não(...)Mas acabava de sair eles(A Defesa Civil) tombavam a casa” (Almecei).

Muitos moradores aceitaram ser removidos pelo medo que os agentes espalhavam sobre o termo de responsabilidade. Ou seja, aqueles que decidissem ficar teriam que assinar um documento se responsabilizando por quaisquer problemas futuros. Regina, por exemplo, expôs que ficou em dúvida se deveria deixar sua casa. As assistentes visitaram a sua casa e a condenaram (colocando um X com tinta vermelha na porta). Com receio de ficar desassistida no futuro, caso ocorresse algo, ela aceitou ser transferida.:

“A gente... ficava aguardando aquela..juntando os sacos, aquelas coisas pra gente botar as coisas no saco pra gente trazer, entendeu? Esperando a hora que o caminhão fosse pegar, e eu tava na expectativa de ganhar a casa, só não sabia o dia. Era o comentário que eles falavam: ó quem não sair, vai ter que assinar um papel, porque é risco, então eu estava em área de risco, aí eu fiquei com medo, eu falei: eu vou ter que ir” (Regina).

Também para Luciana:

“Aí quando foi pra vir pra cá (conjunto habitacional), a gente até estava pensando se vinha ou não vinha, pensando mesmo nos problemas que acarretaria, apesar de ter uma enchente lá uma vez ou outra, mas acho que seria bem mais tranqüilo(permanecer). Aí tinha que sair porque não podia tal e tal... Não podia ficar porque isso, porque aquilo e acabou convencendo os moradores, mas a maioria não tinha vontade de sair não, a maioria gostava mais de lá.mas tinha que assinar um termo e eu fiquei com medo!” (Luciana Cabral).

Alguns moradores, como Luciana, afirmam que foram praticamente obrigados a sair. Ela gostaria de ter podido permanecer na favela sem o medo de ter que assinar um termo de responsabilidade. Hoje Luciana se arrepende de ter aceitado a remoção, pois o conjunto é um local muito violento. Contudo, ela afirma ter sido forçada a deixar a beira rio:

“A não ser aquelas pessoas que não tinham onde morar que ganharam casa, entendeu. Quem não tinha onde morar, morava embolado, esses sim ficam muito satisfeitos porque ganharam uma casa. E ganharam. E nós não, nós praticamente fomos tirados de nossa casa que tava direitinha, aí viemos pra cá mas não por motivo nosso “Ah eu quero sair”, entendeu é mais pela prefeitura mesmo que praticamente incentivando e quase praticamente obrigado a sair porque não podia” (Luciana Cabral).

Para aqueles que foram a favor da remoção, o dia da inauguração oficial das 400 casas, em 12 de janeiro de 2002, foi especial na história da comunidade. Do dia 07 de janeiro ao dia 10, todas as casas foram entregues. A ansiedade entre os moradores era geral. Muitos queriam saber se haviam conseguido a moradia. Sobre este dia:

“Entregou um cado de uma rua, porque era muita bagunça, muitas pessoas embolavam, a pessoas ficavam com medo de ficar puro ficava querendo até brigar, tinha que vigiar até, tinha que ter policiamento(...)O nome da pessoa estava na chave, das casas, então ninguém sabia qual casa ia panhar, então chamava o nome da pessoa e a pessoa ia ver em qual quadra a casa estava. Todo mundo queria saber que rua que ia pegara a casa se era um vizinho bom (risos). Muitos não gostaram porque queriam ficar juntos e foi engraçado que eu meu vizinho chegamos juntos com a mudança” (Almeci).

Foi necessário ajuda policial, pois ocorreram tumultos, já que algumas pessoas receavam não serem contempladas. Segundo os moradores não foi realizada uma distribuição considerando os vizinhos da favela, para que eles permanecessem juntos no conjunto. Este fato deixou muitos moradores decepcionados.



Figura 16: Arnaldo Vianna e Antony Garotinho inauguram o conjunto no dia 12 de janeiro de 2002. Fonte: Associação de Moradores

Mesmo tendo sido contra a remoção de 2001 e terem decidido permanecer na favela, alguns moradores acabaram se “auto-removendo” anos depois. Ou seja, venderam as suas casas na beira rio e foram para o conjunto. Analisei dois casos destes através do casal Custódio e Neuza, e também de João Rocha. Todos os entrevistados decidiram ir para o conjunto depois da enchente de 2007 que devastou a população ribeirinha de Campos, inclusive da Aldeia.

De acordo com João Rocha, sua negativa em ir para o conjunto em 2001 ocorreu porque ele ficou aborrecido com a forma como a remoção foi administrada. Segundo ele, usaram a boa vontade do povo dele, o povo da Aldeia. João recorda que algumas pessoas que não precisavam conseguiram casas através da ajuda de políticos, o que ele chama de “*casas eleitoreira*”. Muita gente foi transferida devida uma “*falsa enchente*” quando na verdade era através de políticos. Segundo ele muitas pessoas oriundas de outros bairros não sabem o sofrimento que eles passavam no período de enchente e como a construção deste conjunto era importante para comunidade. Entretanto, em decorrência da “*mistura*” de gente, João afirma não reconhecer mais a comunidade que ele fundou. Não existe mais uma história comum. Cada um que veio de fora “*tem uma verdade, um jeito de ser*”, ou seja, uma memória para contar. Isto por sua vez descaracteriza a história da Aldeia.

“Então nos são uma mistura que tava aqui tudo tranqüilo, mas se for botar quem morava aqui tem muito pouco(no conjunto). Isto tudo foi a “enchente” que trouxe. A enchente que trouxe debaixo da calada, das falcatruas. Através destes políticos aí, fulano de tal. Teve gente que apanhou casa lá perto dos índio, lá perto da estrada. Aí essa mulher que tem na

prefeitura...como é o nome dela?...falava assim “ ó a chave, ó a chave!”. Então quem não gosta da verdade não procura João Rocha. Porque eu não estou contando historia eu vi!(...) Meu Deus do céu! Gente de fora. Tem gente de Farol de São Tomé. Tem gente que tem três, quatro casa. Casa eleitoreira.” (João Rocha).

Desta forma vimos como os relatos dos moradores convergem em um ponto: a desorganização do processo de remoção. Estes fatos demonstram claramente a falta de coordenação e comunicação com os moradores sobre o projeto de remoção. E, além disto, a falta de clareza dos próprios agentes públicos quanto o projeto, como seria, se teria casa para todos etc. Não houve uma busca pelo esclarecimento das dúvidas dos moradores.

O interessante é que as agentes públicas entrevistadas garantiram que foram realizadas várias reuniões com os moradores para detalhamento do projeto e para que eles pudessem opinar. Nenhum dos moradores que entrevistei lembra a ocorrência destes encontros e principalmente da oportunidade de darem sugestões para o plano habitacional. Todavia, diante da urgência do processo de remoção relatado pelos moradores, acho mesmo improvável que reuniões desta natureza tenham sido realizadas.

As recordações dos moradores demonstram a desorganização do processo. Em um dia estavam na favela no outro estavam no conjunto. É lógico que a expectativa em ir para o conjunto acompanhava a comunidade e de certa forma eles esperavam por isto. Mas acredito que esperavam que este processo fosse ser conduzido com calma e respeito as suas opiniões. Que pelo menos pudessem arrumar seus pertences com tranqüilidade e não simplesmente vê-los sendo amontoados em cima de um caminhão municipal. A sensação que tive ao ouvir os relatos e que muitos moradores não foram removidos, mas despejados de suas próprias casas. Diante disto não há outra reação fora a vivida por Marlúcia: *“aí eu fiquei assim parada!”*.

Como também pudemos perceber os moradores não foram distribuídos no conjunto de acordo com a vizinhança. A escolha era aleatória. Isto, porém, não seria um problema se pelo menos o conjunto fosse feito apenas para os moradores da Aldeia. Ao contrário, várias famílias de outros bairros conseguiram casas. Por sua vez isto levou à destruição e enfraquecimento de vários laços sociais entes estabelecidos na favela.

Os agentes públicos envolvidos no projeto Aldeia afirmaram que a prioridade na distribuição era que os moradores da favela ficassem juntos. Os relatos dos moradores, por sua vez, falam que este critério não foi utilizado. Entretanto o que observei foi: vários moradores da Aldeia tendo como vizinhas pessoas oriundas de outros bairros.

Isto de certa forma contribui para que alguns moradores da Favela da Aldeia, ainda hoje não se sintam adaptados ao conjunto. É o que veremos a seguir.

4.5.2- Adaptação

Uma vez discutido como ocorreu o processo de remoção, passamos agora as primeiras semanas no conjunto, ou seja, ao “processo de adaptação”. Adaptar-se a um novo local e sempre especial para qualquer pessoa. Os relatos podem ser agrupados apesar de suas diversas nuances: entre os que logo se adaptaram, e outros que até hoje não se acostumaram com o novo local.

Os moradores não procedentes⁵⁵ da favela da Aldeia tiveram que reconstruir no conjunto novos vínculos sociais. A princípio existia certa rivalidade entre os moradores antigos da Aldeia e os que vieram de outras áreas. Mas hoje, segundo os entrevistados, a situação está “*um pouco mais tranqüila*”. Para serem aceitos pelos moradores procedentes da favela, muitos recorreram a redes sociais existentes: times de futebol, igrejas, associação de moradores. Mario⁵⁶, por exemplo, afirma que foi fácil sua adaptação na Aldeia: “*O importante era ganhar a casa! Morar mal é morar de aluguel!*”. Logo que chegou ele entrou no time de futebol do conjunto e por isto começou a fazer amizade com as pessoas do local. Ele cita que em alguns pontos, como a questão do aumento da violência, realmente os moradores antigos tem alguma razão para reclamar:

“Porque pelo que eles (moradores antigos) contam a favela era bem mais calma. Realmente veio muita gente encrueira de outros bairros e juntou com alguns ruins que tinham aqui, porque sempre tem né, e formou isto aí. Mas também veio muita gente boa, que precisava de casa, como a minha família. A gente morava de aluguel e ganhar aqui foi uma benção. Mas com o tempo eles foram vendo que veio também gente de paz e hoje está bem melhor” (Mário).

Por outro lado, existe também certa recusa de alguns moradores oriundos de outros bairros, em aceitarem o fato de suas residências serem na Aldeia. É o caso de Sula e Teresa, uma vez que ambas afirmaram que ficaram tristes quando souberam que

⁵⁵ Sula, Sara, Teresa, Mário, Carlos, Marta.

⁵⁶ Procedente do Pq. São Matheus.

suas casas seriam na Aldeia. Até hoje, 8 anos depois, elas ainda não se adaptaram ao local. Para elas, somente gosta da Aldeia quem foi criado lá, pois para quem é oriundo de outro bairro é muito difícil a adaptação. Segundo Sula: *“Quando você conversar com alguém e que falar que não gosta é que, com certeza, não eram daqui, veio de fora!”*. Ela afirma conhecer pessoas que moravam na beira-rio que nem banheiro tinha em suas casas. Desta forma, para estes o conjunto é *“um paraíso”*.

De acordo com Sula, o que a faz permanecer na Aldeia são alguns parentes que moram lá e o fato de participar da igreja evangélica de sua rua. Os seus vizinhos evangélicos a ajudam a *“suportar”* o local. Mais uma vez a rede social é utilizada, neste caso, para criação de vínculos que a ajudem a *“tolerar”* sua permanência na Aldeia

“Eu vim triste porque era aqui. Deu trabalho pra acostumar, alias eu costumo dizer que ainda não to acostumada até hoje, eu tô acomodada (...).É.. aqui eu tô acomodada, gostar.. se eu disser pra você que eu gosto... Como eu te disse, eu não tenho nada contra os vizinhos, só que eu costumo dizer que parece que aqui eu parei de viver, sabe..? Eu pra lá(no Parque Calabouço) eu estudava, eu fazia alguma coisa, eu vim pra aqui parece que ficou tudo mais difícil.. gostar daqui eu não gosto não. Os meus amigos da igreja e os meus parentes é que me ajudam a suportar o lugar” (Sula).

Para os moradores que vieram da favela da Aldeia, a ida para o conjunto também não foi tão simples como esperado. As mudanças no estilo de vida foram impactantes na adaptação dos moradores. João rocha, por exemplo, ainda não se acostumou com a falta de liberdade do local. Ele sente falta da vida rural que levava na favela, onde pescava, tinha horta, criava animais, tinha um boteco em sua varanda. Na favela *“era feliz e não sabia”*:

“É porque lá eu era livre né. A senhora não viu o meu pomar lá. Lá eu era livre! E aqui eu estou igual a senhora no apartamento. Ou seja, eu não tenho liberdade. Se eu quisesse uma cebola eu comia lá, um mamão eu comia lá, a banana eu comia lá. Tudo eu panhava da horta! E se quiser um peixe, dou um tarrafada pra pegar um peixe que quando vem ainda tava vivo. Isso sim era bom!” (João Rocha).

As transformações no espaço físico da casa também tiveram um papel importante na adequação dos removidos. Alguns moradores, como Rita e Marlene, afirmaram que estranharam o novo domicílio e que demoraram a se acostumar com a nova realidade. Segundo Rita, o que a impressionou o tamanho da casa. Era muito maior do que a que ela tinha na favela, mais quartos, de alvenaria e com quintal. Seu barraco na favela era pequeno, sem piso, e a casa no conjunto tinha mais espaço *“dava mais trabalho”*. Por

outro lado, Marlene também ficou impressionada, mas negativamente. Ela contou que sua casa na favela era bem maior, tinha 3 quartos e uma cozinha grande, bem diferente da casa nova. Ela precisou se adaptar ao novo espaço reduzindo o número de móveis. Porém, ela disse que “*adorou*” o quintal da nova casa, pois na favela ela não tinha. Com o quintal ela pode aumentar o domicílio e fazer “*do jeito*” que ela queria.

O crescimento da violência⁵⁷ dentro do conjunto também foi destacado como um fator para a não adequação dos moradores ao local. Segundo relatos, muitas famílias abandonaram, cederam ou venderam suas casas no conjunto por medo do local, pela sensação de insegurança. Heraldo, por exemplo, demorou a se habituar a remoção, pois “*já estava acostumado com beira do rio. Lá quando batia o calor, a gente se refrescava no rio com os amigos, vizinhos. Os vizinhos lá eram ótimos!*”. Ele lembrou que o primeiro mês no conjunto foi complicado, pois o colocaram em uma rua na qual ele não conhecia ninguém. Além disto, os vizinhos ao lado da sua casa eram usuários de drogas. Então, ele trocou a sua casa com outro morador do conjunto e se mudou para uma rua mais calma e perto de alguns vizinhos que já eram da beira rio:

“E aqui eu tô melhor aqui do que lá (na primeira casa que recebeu). Aqui ninguém me incomoda, os vizinhos aqui também ninguém me incomoda, lá me incomodava. De um lado era usuário de droga. Do outro lado era usuário de droga, vou fazer o que tive que sair. Passou um mês, falei, vou sair daqui, não agüento mais não. Ou saía daquela casa e vinha pra esta, ou saía do conjunto e ia pra outro bairro. Ainda bem que apareceu esta casa. A violência aqui é demais, não dá pra vacilar” (Heraldo).

O enfraquecimento dos laços sociais, causado pela remoção, também influenciou a adaptação dos moradores procedentes da favela. No caso de Regina⁵⁸ o que mais a incomodou ao chegar ao conjunto foi a separação dos seus vizinhos, pois ela os considerava como sua família. Quando chegou ao conjunto ela gostou da casa, da infraestrutura. Contudo, de acordo com seu marido (que interrompeu a entrevista para falar sobre a mulher) Regina, aos poucos, foi ficando “*infeliz porque ainda gosta da favela*”. Ela contou que tenta esquecer a época que morava lá, pois “*dói lembrar como eu era*

⁵⁷ Segundo os entrevistados, o conjunto Aldeia presencia um intenso tráfico de drogas. Em consequência, é comum ocorrerem assassinatos de usuários, traficantes. Também já ocorreu confronto de gangues no local. Além disto, moradores também relatam furtos de suas residências (principalmente por usuários de drogas. O clima no conjunto é tenso e o medo dos moradores é perceptível em seus relatos: “*meu medo, quando saio na rua é ser atingido por uma bala e morrer sem dever nada a ninguém. Isto que é duro.*”

⁵⁸ Regina demonstrou ter muito medo de morar no conjunto e devido a violência quase não sai de casa. Somente quando é necessário. Assim, ela perdeu a ligação que tinha com muitos de seus vizinhos antigos, que passaram a ser apenas “*conhecidos*”. Durante as entrevistas ela afirmou varias vezes que se não fosse o risco de enchente ela voltaria para a beira rio. Se ela conseguir algum morador da beira rio que tenha uma casa, fora de risco, e que queira trocar ela fará negocio.

feliz lá, como era bom”. O desenraizamento com a transferência é percebido nos relatos de muitos moradores, nas lembranças das histórias de vida e nas memórias nostálgicas da favela; lembranças que são trazidas pelo discurso dos entrevistados.

“Ah, nos primeiros dias vou te contar, foi muito difícil, eu levei meses pra acostumar, foi muito difícil mesmo. Depois fui acostumando, tentando esquecer de lá, mas ainda gosto de lá ainda... Eu acho que foi essa separação mesmo que me fez estranhar. A amizade minha lá era muito boa, Meu Deus, uma benção. Aqui também eu tenho as minhas amigadas, mas é mais afastado porque eu tenho medo aqui entendeu? Geralmente se não tivesse água lá e eu pudesse construir uma casa boa pra mim lá, ou trocar com alguém de lá que a casa não entra água, eu voltaria” (Regina).

Também para Luciana uma grande dificuldade em sua adaptação ao local foi em relação à vizinhança. Na beira rio ela recorda que as pessoas se respeitavam mais. Além disso, como veio *“muito morador de fora”*, Luciana, como tantos outros, foi colocada em uma casa longe de seus antigos vizinhos e de sua família. Ela mora na Aldeia desde os oito meses de idade e diz ter a sensação, depois que se mudou para o conjunto, que vive em outro bairro. Ela demonstra não mais se reconhecer no local:

“Eu estranhei um pouco, no caso eu estranhei porque a moradia, assim, muito encostadinha uma na outra entendeu. De frente também uma para outra, portão com portão, fica meio...fica difícil a convivência. Isto foi o que mais me fez estranhar: a vizinhança. Fica assim duas pessoas que não se dão muito... Por que lá (na favela) a gente ficava num lugar assim: era minha mãe, aí do outro lado era uma senhora que eu praticamente considerava como mãe, então a como se fosse uma família, né. Ali criada desde pequenininha por que eu vivi lá desde os oito meses de idade, eu fui pra lá com oito meses de idade, então era praticamente uma família e aqui não, aqui misturou muito .Parece que eu estou em outro bairro. Por isso quero ir embora!” (Luciana).

Desta forma, observa-se que a vizinhança foi um fator de peso no processo de adaptação ao conjunto. Tanto para os moradores provenientes da Aldeia como para os oriundos de outros bairros, a *“sorte de ter um bom vizinho”* foi essencial para a adequação dos entrevistados.

Contudo, para os agentes governamentais muitos moradores não se adaptam ao conjunto por não saberem utilizar a casa de forma *“adequada”*. Desta forma eles não consideram a inadaptação social, que ocorre comumente nos processos de remoção. Ponderam apenas a não adequação do morador ao espaço físico:

“Para se ter uma idéia, teve uma casa que a pessoa tirou o vaso sanitário, botou o vaso lá fora, plantou flores dentro do vaso porque eles só sabiam defecar agachado” (Roberto Siqueira).

“Arrancaram chuveiro porque estavam acostumados a tomar banho em cano (...) por mais que você tente orientar, mais aquilo esta enraizado neles” (Conceição Santana).

Assim, a percepção dos agentes e dos moradores do conjunto quanto aos problemas de adaptação são distintos: enquanto os moradores apontam prioritariamente dificuldades de ordem social, os agentes assinalam apenas a falta de adaptação as transformações físicas da casa. Ou seja, recusam uma critica sobre as implicações sociais da mudança do morar.

Finalmente, nenhum dos agentes citou a inadequação social dos moradores como um motivo para que estes não se acostumem ao conjunto. Mas isto, como observei em campo é definidor na configuração do conjunto habitacional. A formação de grandes conjuntos (vide Aldeia com 510 casas) repete os moldes de projetos que já demonstraram fracasso na década de 60 e ainda hoje se mostram falhos. Para estes conjuntos são removidos pessoas de origens diferentes, com histórias distintas e que por sua vez se identificarão ou não com o local. Este fato a política de remoção não pôde (ou não quis) entender, pois não conseguiu, enxergar as conseqüências sociais de suas ações.

Não obstante, a estrutura física da casa também pode gerar impacto sobre as famílias removidas. Uma pessoa que nunca tomou banho de chuveiro por não ter esta estrutura em sua casa, fatalmente estranhará quando tiver que fazer isto pela primeira vez. Contudo, ela tem duas opções: aprender a tomar banho de chuveiro ou continuar tomando banho de balde. De uma forma ou de outra ela tentará se adaptar. Mas e uma pessoa que ganha uma casa e ao lado “ganha” um vizinho que ela nunca viu na vida e que por sua vez lhe causa muitos transtornos? O que fazer? Aprender a conviver seria uma alternativa, mas e quando isto se faz impossível devido as diferenças de comportamento, origem, e tantos outros fatores?

É por isto que muitos moradores da Aldeia trocaram casas entre si tentando se adequar melhor a vizinhança. Mas tudo isto poderia ter sido evitado se na elaboração do projeto eles tivessem sido escutados. É lógico que estes conflitos sociais já foram maiores no início do conjunto, mas ainda hoje existem. Porém, convivendo com os moradores percebi que há um esforço de muitos deles em tornar o conjunto da Aldeia

não apenas um local de moradia, mas um local de habitar, permanecer, conhecer e ser reconhecido. E é por isto que vamos analisar a importância da vizinhança.

4.6- A vizinhança: as relações sociais na nova comunidade

Como foi exposto, a configuração da vizinhança foi essencial na adaptação dos moradores ao conjunto habitacional. Neste sentido, é necessário considerar como era esta vizinhança na favela da Aldeia e como ela se configurou no conjunto. Neste momento interessa observar as possíveis rupturas dos laços de vizinhança, à descontinuidade e o rearranjo das relações no novo local, uma vez que moradores procedentes de outras áreas também foram removidos para o conjunto. Este fator, a princípio, causou muitos conflitos o que torna necessária a sua observação na dinâmica do conjunto habitacional.

De acordo com Park (1973), a vizinhança⁵⁹ existe sem uma organização formal, ela é assim baseada em sentimentos e interesses comuns: *“Proximidade e contato entre vizinhos são as bases para a mais simples e elementar forma de associação com que lidamos na organização da vida citadina”*. Um aspecto importante, para o autor, é entender os fatores que levam a dissolução da vizinhança, o que dissolve seus sentimentos comuns:

“É importante saber quais são as forças que tendem a dissolver as tensões, os interesses e os sentimentos que conferem vizinhança o seu caráter individual. Em geral pode-se dizer que sejam tudo e qualquer coisa que tenda a deixar a população instável, a dividir e concentrar atenções sobre objetos de interesse amplamente separados” (PARK,1973: 31).

No caso da Aldeia, a remoção parece ter contribuído para a dissolução dos sentimentos locais que garantiam a coesão social, através de diferentes fatores, como o afastamento de vizinhos antigos, a entrada de pessoas não procedentes da favela, o aumento da sensação de insegurança e violência. Poderá o conjunto representar a

⁵⁹ O sentimento de vizinhança, profundamente enraizado na tradição e costumes locais exerce uma decisiva influencia nas características dos seus habitantes. Uma das perguntas que o pesquisador deve fazer sobre o estudo da vizinhança, de acordo com Park, é: *qual a história da vizinhança?; O que existe no subconsciente, nas experiências esquecidas ou fracamente lembradas, dessa vizinhança que determina seus sentimentos e atitudes?*

formação de uma nova vizinhança, como chama Park, “*vizinhança nascente*”, uma vez que não são notados características de sentimento e pertencimento comum?

Através dos relatos pode-se observar que o sentimento de pertencimento era consideravelmente presente entre os moradores da favela da Aldeia. Uma primeira análise mostrou que essa noção de pertencimento era formada por dois elementos básicos: um de ordem física, configurando pelo espaço favela; e outro social, na forma de uma rede de relações e vínculos que se estendia sobre esse espaço.

A reconfiguração dos laços sociais, neste sentido, é fundamental em uma análise sobre remoção de favelas. Principalmente porque as relações de vizinhança são essenciais para os segmentos de renda mais baixa. Por sua vez, na favela, estas populações utilizam a rede de solidariedade de vizinhos e parentes, como estratégia de sobrevivência, relacionada principalmente as suas necessidades cotidianas. Contudo, de acordo com Heraldo a remoção modificou a relação entre vizinhos, pois no conjunto habitacional “*as pessoas são mais frias, mais afastadas*”. Ele expôs que na favela possuía mais amigos e que os vizinhos eram mais unidos. No conjunto ele afirma não ter muita intimidade com os demais moradores. Mesmo os que moravam na beira rio, e que se mudaram para o conjunto, segundo ele, ficaram mais distantes, “*diferentes*”. Parece, a seu ver, que a história deles começou de novo no momento em que eles foram removidos. É como se nascesse um novo local:

“Lá era bom, tudo era ligado com a gente, mas depois que mudou pra cá... Um bocado de vizinho foi pra lá, um bocado de vizinho foi pra cá, aí ficou separado(...)Lá era mais unido, passava mal uma pessoa juntava todo mundo pra ajudar, na época lá não tinha ambulância, então quando um passava mal, chamava um carro, outro ia no Ferreira Machado, que era mais perto, chamar ambulância. Aqui mudou tudo. Aqui é até mais...a dificuldade aqui é mais. Mesmo assim as pessoas não se unem. É muita gente que a gente não conhece. Parece uma outra comunidade!”(Heraldo).

Pode-se perceber que os moradores se reconheciam diante das dificuldades que vivenciavam na favela. Por isto morar no conjunto para Regina ainda é difícil, pois ela não se identifica com o lugar. Em sua opinião, parece que “*falta algo*” já que sente a ausência da intimidade que tinha com os vizinhos na favela. Nas entrevistas realizadas é nítido o seu arrependimento em ter aceitado a remoção. Ela até se desculpa em alguns momentos, demonstrando certa ambigüidade, pois acredita que deveria ser agradecida por ter deixado o seu barraco e o risco de enchente. Entretanto, logo se retrata e diz que morar no conjunto “*Não é a mesma coisa...eu não sei explicar mas aqui falta algo dentro de mim!*”:

“Lá.. eu sei lá essa menina, lá é um parque de amizade, os meus vizinhos mais próximos, a gente convivia há muitos anos, separou tudo, então nunca é normal igual...aí já misturou, num jeito diferente que a gente não tem aquela... entendeu? Porque lá a gente vivia assim, porta com porta nós sempre convivia bem, Graças a Deus, nunca, era muito bom. Aqui eu tenho as minhas amizades, só que mais afastada, certamente, aqui não é igual lá. Lá era igual a irmão, era assim, igual a uma irmandade...” (Regina).

Na favela as pessoas se ajudavam na doença, na falta comida, nos momentos de enchente, de falecimento. Os moradores eram mais íntimos e solidários. No conjunto, as pessoas se distanciaram mais, vivem com receio uma das outras. Regina afirma que tem medo de morar ali e que não conseguiu se acostumar com as pessoas que vieram de outros bairros. Ela sente como se estivesse morando em um lugar estranho apesar de estar morando a quase 30 anos na Aldeia:

“Se eu descesse, elas iam lá pra dentro de casa e cuidavam de tudo, se precisasse eu também faria a mesma coisa, é igual a uma família, lá eu tinha uma família, aqui eu já não tenho, aqui já é tudo sabe.. de um jeito... conheço, converso.. a gente convive, Graças a Deus, vivo bem com todo mundo, mas já não é mesmo igual, você já pensou viver 30 anos como uma família? Aí uns vão morar pra lá, outros vão morar pra cá, aí espalhou. O meu sonho era que a casa fosse tudo dada assim vizinho por vizinho assim, igualmente né. outro vizinho meu próximo ali, outro vizinho próximo ali na frente, tudo morando no mesma rua(...) Depois que eu cheguei aqui eu me entristeci, fiquei triste, porque aí foi um prum lado, outro pra outro... Enfraqueceu.. As vezes eu até vou na casa deles, mas nunca é como a gente .. sei lá, parece que aquela família da gente se perdeu, eu vejo eles, mas é mais difícil. Entendeu?” (Regina).

As lembranças sobre a vizinhança da favela são muito boas, de momentos de união, de festas de amigos, de encontros de domingo no cais do rio. Apesar de lamentarem muito as amizades que deixaram na favela, alguns moradores como Custódio, Neuza, Almeçi, afirmam que não tiveram alternativa a não ser deixar a beira rio. Neuza relatou que sempre volta a sua rua (onde ainda existem moradores que não quiseram ser removidos) para visitar suas amigas e que elas também vão a sua casa algumas vezes. Ela afirmou que reconhece que em algum momento os laços vão ficar mais fracos.

O que diferencia o conjunto da favela, nos relatos de João Rocha, é a intensidade das relações sociais. Na favela as pessoas eram *“fofoqueiras, mas no bom sentido, se preocupavam umas com as outras”*. No final de semana a vida social do conjunto era agitada: as pessoas se reunião na beira rio pra pescar e conversar; os homens ficavam até tarde jogando e bebendo no bar; as mulheres ficavam em frente à casa conversando enquanto as crianças brincavam. Ele recorda que todos se conheciam e que estes

momentos de encontro eram muito divertidos. Embora a comunidade passasse por muitas dificuldades no momento de enchente, todos se ajudavam nestas ocasiões:

“A senhora não sabe de favela. Nos na favela é o seguinte...nós tem uma porção de critica um com o outro. Mas no hora do pega pra capar, do ajuda, lá todo mundo enche sua casa de comida. Nós somos uma colméia, condado, colônia..no bom sentido. Eu não to transformando gente em abelhas”(João Rocha).

Em suma, várias diferenças foram apontadas entre a favela e o conjunto, no que consiste a constituição de laços sociais. Também apontamos um enfraquecimento destes laços frente à distribuição espacial dos moradores no conjunto, bem como a remoção de moradores que não pertenciam a Aldeia. Neste momento me debruço sobre as relações vicinais constituídas no novo espaço: o conjunto habitacional Aldeia. Neste novo lugar os moradores vivenciam a dura tarefa de reconstruir⁶⁰ seus laços, suas identidades e adaptar suas práticas a nova realidade.

No conjunto, ao longo dos anos, foram sendo constituídas redes sociais influenciadas pelas identidades sociais de seus moradores. Observa-se, portanto uma complexa realidade marcada pelas diferentes origens de seus habitantes, e que definiu os diversos arranjos sociais que marcam o local.

Assim, é possível observar moradores da favela que preferem manter vínculos com aqueles de mesma procedência. Do mesmo modo, encontrei moradores removidos de outros bairros que evitam relacionamentos com aqueles procedentes da favela da Aldeia. Há também moradores que estabeleceram laços sociais independente das diferentes procedências, o que aponta a possibilidade de configuração de laços próprios da nova constituição social do conjunto.

Por sua vez, também no conjunto, diante das dificuldades cotidianas, da precariedade de renda e equipamentos urbanos, a constituição de rede de solidariedade⁶¹

⁶⁰ Como afirma Park sobre as transformações sofridas pela vizinhança: “Sob as complexas influências da vida de cidade, o que se pode chamar de sentimento normal de vizinhança tem sofrido muitas mudanças curiosas e interessantes, tendo produzido muitos tipos inusitados de comunidades locais. Mais do que isso, existem vizinhanças nascentes e vizinhanças em processo de dissolução.” (Park: 1973 p. 32)

⁶¹ Um exemplo de solidariedade coletiva pode ser vivenciado por Sandra que teve a sua casa incendiada por seu neto de seis anos de idade. Ela perdeu todos os seus pertences e hoje mora de favor na casa de um amigo. A sua casa está sendo reconstruída pela prefeitura. Ela contou que quando aconteceu o acidente toda a comunidade se mobilizou e vários moradores a ajudaram com dinheiro, mantimentos e materiais de construção.

entre vizinhos, é essencial como estratégia de sobrevivência. Neste sentido, perante diversos problemas, muitos moradores afirmaram que o conjunto também expressa práticas de solidariedade e de reconstituição de vínculos. É preciso destacar que estes vínculos são mantidos pelo reconhecimento de dificuldades comuns, já que independente das diferentes origens dos moradores eles partilham o fato de serem todos afetados pela pobreza, uma condição comum. Sendo assim, não são decorrentes do estabelecimento de uma identidade⁶² coletiva própria do conjunto, já que as diferentes procedências dos moradores, histórias de vida, de pertencimento, ainda são impeditivos na formação de uma identidade comum.

Os moradores procedentes da favela afirmam que início foi muito difícil a convivência com as pessoas que vieram de fora. Almecei acredita *“misturou muito e até hoje tem alguns probleminhas”*, mas nada tão sério como era antes. Apesar da *“mistura”* ela aceitou a vinda das pessoas de outros locais, pois sabe que assim como eles da favela da Aldeia, os outros também estavam precisando de moradia. E se ali havia espaço para fazer para outros porque a Aldeia deveria impedir? No fim das contas ela acredita *“que todo mundo aqui é carente e precisa se ajudar”*.

Desta forma, alguns moradores da favela da aldeia têm buscado reconstruir seus laços sociais independente das origens de seus vizinhos. Embora no conjunto, estes moradores busquem estabelecer amizade com outros que vieram de fora, eles alegam que realmente os laços que construíram na favela eram muito mais fortes: *“Não sei explicar...mas lá era diferente! Aqui eu tenho amigos mas não é a mesma coisa, o mesmo sentimento!”*

“Tivemos sorte, pois a casa que trocamos fica próxima a alguns moradores que eram da beira rio, então a gente já conhecia. Só tem um ali na frente que veio de fora e é meio encrenqueiro, mas a gente vai levando né! (Neuza).

Assim, o estranhamento dos moradores oriundos da favela Aldeia pelos moradores de outros bairros foi muito apontado nas entrevistas e ainda é perceptível nas práticas sociais. Nem todos aceitaram completamente a entrada de famílias de outras áreas: *“modificou, ficou difícil, uma bandidagem danada, muita droga e lá (na favela) não tinha nada disso”*. Porém, como conseguiu trocar a casa que ganhou por outra em rua mais calma decidiu permanecer.

⁶² Identidade entendida como gestão de si, individual e coletiva.

“Depois que nós mudamos pra cá, melhorou de um jeito, numa parte de moradia, mas de outro... Tem uns que passam aqui a gente conhece, têm outros que não, é muita gente estranha. A gente tem até medo de deixar criança na rua às vezes passa carro aqui que não respeita, é moto, é tudo. Vem também muita gente de fora pra comprar droga aqui” (nome preservado)

As dificuldades entre vizinhos aumentaram ainda mais depois que foram construídas novas casas em 2006⁶³. Chegaram mais pessoas “*estranhas*” e os problemas de vizinhança, tráfico de drogas, criminalidade aumentaram. Em verdade, os ex-moradores da favela acreditam que o local “*ficou mais bem mais violento*” depois da construção do conjunto e acreditam que o motivo está na entrada de pessoas que não eram do local. A sensação de insegurança, por sua vez, impede que laços sociais, principalmente os vicinais, sejam constituídos:

“Eu tenho medo, aqui já não é igual lá, lá de noite eu saia pra casa da minha sobrinha, podia deixar tudo pro lado de fora, sem medo. Tem muita gente aqui que eu não conheço. A gente não sabe como era antes, se é de confiança. Na favela a gente conhecia a pessoas desde pequeno. Aqui a gente já não sabe. Tem que desconfiar!” (nome preservado)

“Aqui as coisas são mais normais, mais liberadas, coisas que eu nunca pensei em ver e eu vi. A violência aqui parece ser normal, parece que se andar com a arma, a vizinhança começar a brigar, quando começa aquela briga os vizinhos brigando, isso daí é normal, antes eu achava que não era, porque eu não via aquilo lá, mas como aqui é uma comunidade... É muita gente diferente misturada!” (nome preservado)

Para os moradores procedentes de outras áreas, a dificuldade em estabelecer laços sociais no conjunto também foi relatada. Estes, por sua vez, também vivenciaram uma experiência de desterro ou desenraizamento, típica da remoção. Ou seja, são elementos “*estranhos*” em uma vizinhança em crise. Sendo assim, tiveram que se questionar: *Qual é o ritual social, isto é, o que se deve fazer, a fim de evitar ser encarado com suspeita ou ser considerado estranho?*⁶⁴

Procedente de outro bairro, Mário, a princípio, achou a vizinhança um pouco hostil. Ele considerou isto um comportamento natural já que ninguém o conhecia. Os seus vizinhos eram moradores da beira rio e não “*queriam muita conversa*” com ele.

⁶³ O conjunto, na percepção de Heraldo, deveria ter sido construído só para os moradores da Aldeia. Se a intenção era construir um conjunto para várias comunidades deveria ter sido feito em um lugar diferente, neutro. Ele acredita que hoje a vida no conjunto estaria melhor se fosse feito só para moradores da Aldeia. *“Depois que construíram aquela resto de casa lá, Deus me livre, piorou muito mais. Se não fosse assim, fosse só gente daqui e de lá (Fundão), era diferente. Tem gente aí de Três Vendas, tem gente aí de Eldorado, tem gente de tudo quanto é lugar. De vez em quando passa um colega fala comigo. Mas tem outro que já não fala, não me conhece, pensa até que eu sou novo aqui mas eu já moro aqui tem quase quarenta anos.”*

⁶⁴ Park (1973, p. 37)

Contudo, com o tempo ele “foi conquistando as pessoas” e hoje ele acredita que todos são seus amigos. Ele afirma que ainda é difícil em alguns momentos, pois muitas pessoas do conjunto ainda não o conhecem e pensam até que ele é um “estranho”. Entretanto, Mário e sua família já estão habituados com os moradores de sua rua e hoje eles já se sentem do local. Neste caso, pode-se perceber que ele desenvolveu um sentimento de afeição pela Aldeia, principalmente pelos laços que constituiu com seus vizinhos:

“Eu não gosto quando falam mal daqui. Eu defendo! As pessoas daqui são gente boa. Quando eu vim fiquei até com medo que falavam tanta coisa do povo daqui...mas eu vi que não é nada disso. Hoje já me sinto do lugar.Os meus vizinhos são ótimos. Eles contam cada história de quando moravam na beira rio. Coisa boa e ruim. Eles passaram por muitas dificuldades. Eu gosto de ficar ouvindo porque é a historia da vida deles” (Mário).

Entretanto, nem todos os moradores oriundos de outras áreas tiveram sucesso na reconstrução de vínculos vicinais. Alguns, como Teresa, ainda sentem certo afastamento por parte dos moradores da Aldeia. Observa-se que no conjunto, ocorre em alguns casos, uma concorrência pela primazia das relações sociais, onde por vezes, o “estranho”, o “intruso” é afastado:

“No inicio foi pior, mas ainda existe. Minhas vizinhas eram da Aldeia.. eu sinto que algumas ainda não me engoliram. Falam comigo meio pelos dentes, sem carinho. Também só falam comigo por que nossos filhos são colegas. Senão nem falavam. Eu tenho amizade mais com as meninas que vieram de outros lugares, como eu. O pessoal da outra rua(...) E o pessoal da minha igreja, que também gosta de mim, me acolheram,mesmo eu sendo de fora. Eles não ligam para isto” (Teresa).

Mais uma vez, pode-se perceber o uso de redes sociais, igreja, time de futebol, para a reconstrução de vínculos, recurso foi muito utilizado moradores oriundos de outras áreas. Teresa, por exemplo, não obteve sucesso no relacionamento com os vizinhos de sua rua. Entretanto, na sua igreja ela se sente “acolhida”: *“Por mim eu morava perto do pessoal da igreja. Só uma vizinha minha é evangélica. Ela é a única que fala direito comigo. Ela é super tranqüila. O resto como eu disse, me olha torto.”*

É interessante que esta associação entre ter vizinhos crentes e por consequência calmos é muito utilizada por todos os entrevistados. É comum escutar falas do tipo *“meus vizinhos são crentes, graças a Deus!”*. É uma relação vicinal marcada pela falta de conflito, de rivalidade.

Assim como ter vizinhos evangélicos é garantia de tranqüilidade, ser evangélica também é sinal de que não se quer “arranjar confusão”. Sula afirma que antes morava

no Calabouço, e que apesar de gostar de lá mais do que da Aldeia, sempre entrava em conflito com os vizinhos, pois era “*encrenqueira*”. Contudo “*agora que sou evangélica, graças a Deus, eu não tenho problema com ninguém!*”. Além disto, ela geralmente só convive com evangélicos, ou seja, pessoas de sua igreja. Sula lembra que demorou para que os membros de sua igreja se acostumassem com ela:

“O pessoal da igreja. Eles falavam: ah.. “Sula, você era tão metida”. “Eu nunca fui metida!”. Ah.. “Mas você mudou muito!”. “Mas eu sempre fui assim, vocês que me viam de outra forma!” “. Porque você quando tá conhecendo a pessoa de início, você vê uma coisa que não é né. Falei com ele “mas eu nunca fui metida, vocês que me julgaram mal”. Porque eu sou muito de tá aqui dentro de casa, sabe? Hoje eu saio, por exemplo, eu vou alí na casa dessa irmã(...) A igreja me ajudou a acostumar com isto aqui. Mas, se puder eu vou embora!” (Sula).

A solidariedade evangélica, no entanto, é limitada ao universo dos seus membros, e é pouca aberta a novas redes de contato. Possuem laços fortes de solidariedade interna que são excludentes quase na mesma proporção. Isto é, na mesma medida em que é densa, ela é também limitada.

Embora possam participar de redes sociais como igreja, time de futebol, Associação de moradores, nem todos moradores de fora podem participam de redes de confiança econômica. Neste sentido, como afirmam Custódio e Neuza, ser ex-moradores da favela da Aldeia, tem “*suas vantagens*”. Existe a possibilidade de se poder comprar fiado através do conhecimento, de uma relação mais íntima com o comércio local. A maioria dos moradores que possuem comércio, atualmente no conjunto, são pessoas que vieram da favela. Muitos destes já tinham comércio na favela e estavam mais preparados para montar um estabelecimento no conjunto. Em decorrência, ocorre no local, um sistema de crédito em que alguns moradores (geralmente procedentes da favela da Aldeia) possuem a prioridade de poder comprar e pagar depois, o que eles chamam de “*abrir uma conta*”.

O comerciante necessita ter confiança para que possa manter este sistema, e geralmente os moradores mais antigos, aqueles conhecidos da época da favela, podem participar. Os moradores que vieram de fora só podem participar depois que comprovam que “*são de confiança! Pessoas direitas!*”. Mas de acordo com um comerciante: “*geralmente a gente nem espalha muito que pode fazer isto...só para os mais chegados!*”. Neste caso vemos a formação de um círculo de confiança que tem como prioridade os mais “*chegados*”, aqueles da época da favela:

“É em qualquer lugar que a gente for aqui dentro, somos moradores antigos, sabem que a gente é pessoas direitas com os negócios desde que a gente morava lá. A gente não precisa nem ter dinheiro, faltou qualquer coisa chega ali: me dá aí, vira as costas e vai embora. Isso é só pra conhecidos! Então, se a pessoa precisar assim de 200, 300 reais ou o que for, eu consigo na hora, eu não preciso ir lá na rua fazer empréstimo, nem usar cartão do pagamento, essas coisas... Então, a gente tem aquele círculo de amizade.. é uma das coisas que eu gosto daqui”
(Custódio).

Este por sua vez é um indício importante, não pelo só aspecto econômico, mas por pelo estabelecimento de comportamentos sociais baseados na confiança, já que a categoria vizinho “bom”, “crente”, “antigo” aciona o crédito pessoal. Assim, ser do local permite confiança automática. De certa forma, a remoção pode ter enfraquecido os laços de pertencimento dos moradores da favela, mas eles ainda persistem. Falas como “*ah, essa morava lá com a gente*”, “*ah, esse é morador antigo*”, “*nesse você pode confiar, é antigo aqui dentro*”, estas expressões diferenciam os moradores da favela e os tornam dignos de confiança. Neste sentido, percebemos que o “conhecimento” está a serviços das pessoas que partilham práticas baseadas na confiança e nos laços sociais. Diante das restrições econômicas, fazer parte desta rede de conhecimentos é essencial para a das camadas populares.

Os moradores procedentes de outros locais para constituir laços com os moradores antigos precisam mostrar que são pessoas “*de boa fé*”, “*gente direita*”. Foi o que aconteceu com Mário. Hoje ele está completamente adaptado ao local e é nítido que os seus vizinhos têm afeição por ele. Certa vez, após uma entrevista, um vizinho, que por sinal morava na beira rio, se aproximou de nós e durante a conversa afirmou: “*Mário é um rapaz muito bom, direito, logo aprendemos a gostar dele!*”. Hoje, ele e sua família são convidados para as festas dos vizinhos, para as pescarias no fim de semana, para os eventos esportivos, ou seja, são reconhecidos por eles.

Finalmente, os conflitos entre os moradores, com o tempo, talvez desapareçam à medida que os laços sociais estabelecidos na favela forem se enfraquecendo. Contudo, após nove anos, estes laços ainda estão presentes e pautam a reconstituição de laços sociais. Durante algum tempo ainda persistirão as expressões: “*este veio da favela da Aldeia*” e “*este não, este já veio de fora*”. E isto, por sua vez, estará acompanhado de todas as tensões possíveis a uma comunidade cujos moradores possuem origens diferentes.

A favela por si só já era dividida entre “*morro de baixo*” e “*morro de cima*”. Fisicamente ela era constituída por estas duas largas faixas de terra, ligados por uma

estreita orla. Toda esta extensão de terra era ocupada pelos moradores. Apesar desta disposição geográfica, eles se reconheciam como um só grupo. Partilhavam as mesmas dificuldades, a mesma identidade coletiva: favela da Aldeia.

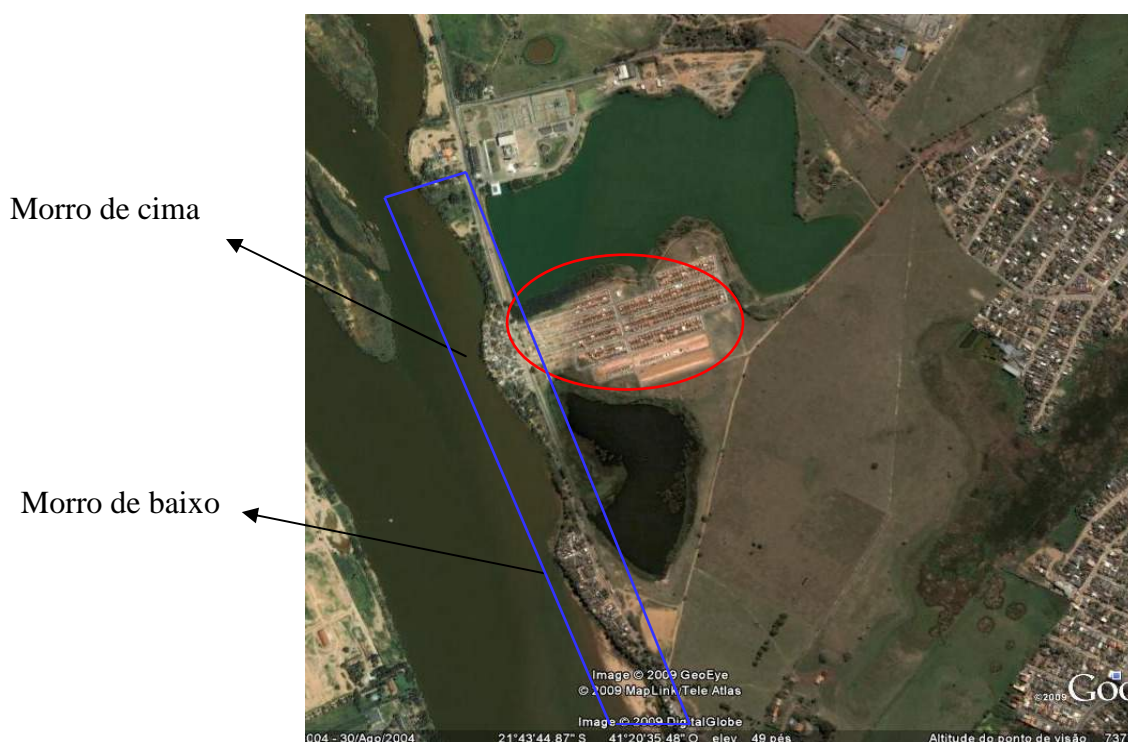


Figura 17: Em azul observamos toda a extensão ocupada pela favela da Aldeia. Em vermelho temos o conjunto habitacional. Percebemos também a forma como os moradores dividiam a favela: morro de baixo e morro de cima. (fonte: GOOGLE EARTH)

Com a remoção, acrescido as relações sociais existentes na favela estão os moradores de outros bairros. Ou seja, são elementos diferentes em uma vizinhança em conflito, cujos membros buscam se adaptar em um novo espaço. Isto porque a política habitacional não tem interesse em preservar a história e as relações sociais das populações removidas. Em verdade, a política não trabalha com noção de vizinhança. Seu propósito é fazer o maior número de casas possíveis para o maior número de pessoas, independente de seus costumes e tradições. É por isto que pessoas de áreas diferentes - muitas vezes até rivais - são colocadas em um mesmo conjunto.⁶⁵ Entretanto, embora o planejamento estabeleça a localização, organização e o caráter das construções, os processos humanos dão as edificações um “*caráter menos fácil de*

⁶⁵ Como a própria Conceição Santana, assistente social do Departamento de habitação afirmou: “Então quando se faz um projeto muitas das vezes, o engenheiro que faz ele não tem esta noção porque ele não trabalha com esta comunidade. Com esta linha que a gente trabalha entendeu. E também por sua vez ele não convida o assistente social, não convida o diretor do departamento pra trocar uma idéia “posso fazer neste lugar pra trazer o bairro de cá”. Eu acho que não né, vai ter problema.” (Conceição Santana)

controlar”⁶⁶. Assim, a política de remoção possui conseqüências sociais não previstas por seus planejadores.

4.7- A nova casa: modificações no espaço físico (a casa como recurso) e representações do morar

Se a preocupação com a vizinhança não está presente na ação dos engenheiros, tampouco houve preocupação em preservar as práticas, na medida do possível. Neste sentido, é importante analisar as intervenções promovidas em edificações e espaços públicos, por moradores do conjunto habitacional da Aldeia. Grande parte de seus moradores promoveram alterações significativas nas edificações originais. Estas modificações são realizadas para permitir que a casa tenha uma funcionalidade que atenda a seus moradores. Também visam responder às representações simbólicas, não reproduzidas na racionalidade projetual e construtiva⁶⁷. Além disto, ocorre uma apropriação estética do espaço, fruto do anseio de personalizar a residência e fugir do aspecto de “casa popular”⁶⁸.

As alterações ocorrem porque os projetos são previamente idealizados sem considerar a participação efetiva, e sim a adesão dos moradores. Inegavelmente, o espaço é adaptado as necessidades e anseios não contemplados pelos planejadores. Necessidades estas orientadas por aspectos associados a funcionalidade, a segurança, ascensão social, ou seja ao uso da casa enquanto recurso. Segundo Milton Santos (1999, p.194) este aspecto é relevante já que “... *os detentores de recursos competem vantajosamente com aqueles que não dispõem*”. O espaço, o local, a casa exerce um papel de recurso que os planejadores urbanos não reproduzem ao construírem as casas populares. A casa e seu entorno são mais que apenas um espaço físico, mas funcionam como lugar de encontro, de sociabilidade, de comércio e outros recursos não previstos ou ignorados na construção da habitação social nos conjuntos.

⁶⁶ Park (1973, p. 37)

⁶⁷ Os projetos dos conjuntos habitacionais, de acordo com Teixeira, não consideram as características sociais, culturais e econômicas dos moradores bem como suas relações com o meio urbano.

⁶⁸ Entre todas as modificações possíveis, ter uma casa com dois andares é o desejo comum entre os moradores.

A casa possui 38 metros quadrados e um quintal amplo na frente, atrás e dos lados. Todas as casas foram padronizadas em sala, cozinha, banheiro e dois quartos. Contudo, a grande reclamação dos moradores é sobre a cozinha e o banheiro. A cozinha é muito pequena e só cabe um fogão e a geladeira. Não cabem mesa nem armários. O banheiro é dentro da sala o que tira a privacidade da família. A casa foi entregue sem piso, apenas no cimento. As janelas e portas são de ferro, o que também precisou ser trocado. O muro foi construído depois, e pequeno. As casas de 2006, do governo do estado, são do mesmo padrão, porém foram entregues sem muro.

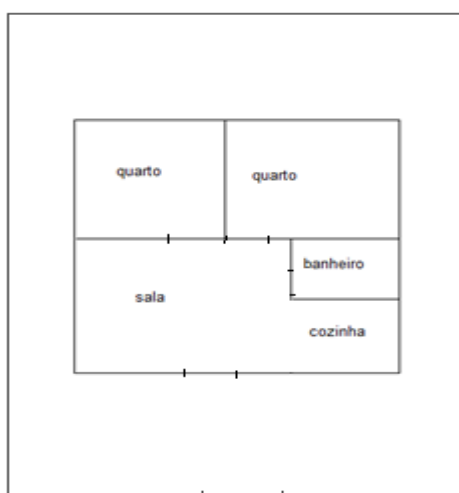


Figura 18: Acima, distribuição espacial da casa. Casa da Aldeia ainda sem modificações.

Fonte: acervo próprio.

A maioria das casas na favela, segundo os moradores, era simples e pequena. A casa de Marlúcia, por exemplo, tinha quarto, sala, cozinha e banheiro e a frente saía no asfalto. Ela diz que lá plantava e criava galinhas. Estas práticas eram comuns a quase todas as casas da beira rio. Já foi dito que a maioria veio de áreas rurais próximas a Campos. Assim, quando se instalavam na favela muitos utilizavam seus quintais para

fazer hortas, criar animais etc. Outros ainda abriam pequenos comércios, apenas para atender a população local. Neste sentido, o que percebemos e que para as camadas populares, e em especial esta área a qual estudo, a casa é mais do que abrigo, mas um recurso social e econômico. Isto muitas vezes não é compreendido pelos planejadores de conjuntos habitacionais, o que leva os moradores a adaptarem os conjuntos a sua realidade⁶⁹.

Ao chegar ao conjunto Marlucia lembra que em comparação a sua antiga casa achou a nova “*grande e espaçosa*”. No entanto, achou ruim o tamanho do muro, o que impedia sua privacidade. Apesar das dificuldades financeiras ela modificou a casa aumentando muro, colocando piso e comprando novos eletrodomésticos, pois os seu estavam muito danificados com a enchente e com a mudança. Muitos moradores, como Marlucia, atenderam a esta lógica do acúmulo natural, da segurança em investir em uma casa que não será afetada pela enchente.

Internamente, os principais problemas apontados pelos moradores estão no banheiro e na cozinha da casa, ambos pequenos e mal localizados. O banheiro tem As portas são de ferro, o chão é de piso, tem um lavatório, o vaso e um pequeno box. Como sua entrada fica na sala o mau cheiro fica no local. Muitos entrevistados pretendem retirar-lo da sala e fazer outro do lado de fora⁷⁰.

“Mas devagarzinho a gente vai... eu vou mudar ele, esse banheiro ele é indecente... já pensou você sentado ali de papo com sua visita, sua visita quer ir no banheiro, você escuta o barulho...tá entendendo..? você escuta tudo! Porque as vezes tem pessoa que quer ir ali e fica com vergonha. E depois que ele sai e abre a porta, a casa fica como se fosse o banheiro. ..o banheiro dentro da sala aqui! O cheiro das fezes fica dentro de casa! Eu falei: Neuza, eu vou botar esse banheiro lá pro lado de fora, ali tem uma varanda, pode sair de noite lá. A gente devagarzinho vai arrumando, mas hoje nós não temos dinheiro” (Custódio).

Já para as mulheres, a principal dificuldade apontada consiste o tamanho da cozinha. Além de ser pequena ela não possui divisão com a sala, o que também é assinalado como um problema :

⁶⁹ Segundo Perlman (1977) além da dimensão comunitária, na favela, a casa funciona não apenas como abrigo, mas para diversas atividades diferentes e de acordo com as necessidades diárias. Podem-se acrescentar cômodos, abrir comércio, utilizar o quintal para plantar ou criar animais, etc. Desta forma, a transição para um conjunto habitacional pode se revelar mais complexa do que o imaginado.

⁷⁰ A localização do banheiro do lado externo da casa denota um uso rural, já que este costume é comum nestes locais.

“É muito pequena.. você vê que a minha geladeira tá na sala, a minha mesa está na sala, e era tudo de uma cozinha quando eu morava na outra casa! porque na cozinha só deu, muito mal, o armário e o fogão” (Sula).

“É uma cozinha.. é um bequinho!” (Josélia)

“ eu modificaria a cozinha porque é uma miniatura, isso aí todo reclama , que a cozinha é uma miniatura(risos). E como é praticamente junta com a sala vai fumaça pra tudo que é lugar” (Luciana).

“A cozinha é um cubiculozinho, muito pequenininho. Eu até um quarto, que é dois quartos aqui nas casas, eu até um quarto dele eu até abri e deixei lá pra fazer a cozinha. De tão pequenininha que é a cozinha que eles deram a gente” (Marlúcia).



Figura 19: Luciana mostrando a cozinha de sua casa. Fonte: acervo próprio.

O número de quartos da casa para alguns moradores poderia ser maior. Era essencial que a casa tivesse três quartos, já que muitas famílias da comunidade têm muitos filhos e nem todos puderam fazer alterações na casa. Almecei, por sua vez, modificou toda sua casa, refez a fachada, o muro, ampliou a cozinha, fez uma copa, mais dois quartos e uma garagem:

“Como você está vendo aqui era quatro cômodos né, quando eu panhei, agora eu trabalho muito a noite, até quatro da manhã, trabalho muito, muito, pra mim ir concertando minhas coisas, minha casinha. Quem panhou que teve cuidado foi só melhorando e por isto a gente ta vendo que estas favelas estão acabando e é pra acabar mesmo porque é uma vergonha né” (Almecei).

Nesta perspectiva, os moradores, de acordo com seu poder aquisitivo, devem sim modificar as suas casas para que *“perca esta aparência de conjunto, de casinhas iguais”*. Quem pode modificar, como afirma Almecei, fica com uma casa que não parece

ser de conjunto habitacional. “Mas o que há de errado nisto”, pergunto. “Ah, não sei, fica mais bonito, mas parecido com um bairro!”. “Assim, tirar o aspecto de “casa de conjunto habitacional”, “casinha popular” é um dos motivos pelos quais os moradores promovem modificações em suas casas.

Personalizar a casa parece ser uma das primeiras “providências” dos novos moradores. Assim que inaugurados os conjuntos, as casas sofrem intervenções nas fachadas, são feitas garagens, e crescem-se muros. Para o ex-Diretor da EMHAB, entrevistado neste trabalho, isto “é uma pena, pois descaracteriza o projeto do conjunto”. Ocorre que os projetos habitacionais são imbuídos de uma proposta civilizatória, que visa à ordenação, à homogeneização e à moralização das populações assistidas⁷¹. Os moradores precisam se adequar ao projeto, e não o contrário. Entretanto, as modificações ocorrem e continuarão ocorrendo enquanto as práticas e usos dos moradores não forem considerados nos projetos habitacionais.



Figura 20 : Casas modificadas no conjunto. Fonte: acervo próprio.

Na favela era difícil para os moradores fazerem modificações em suas residências, pois além do pouco espaço havia ainda o risco de perder tudo na enchente, o que desestimulava as melhorias. Muitos moradores não investiam na casa, não colocavam piso, reboco, pois sabiam que na próxima enchente teriam que refazer tudo. Com a construção do conjunto os moradores puderam melhorar suas residências e isto é avaliado positivamente:

⁷¹ Muitos agentes Governamentais acreditam que as alterações dos projetos originais levam a uma “favelização” do conjunto, expressa pela incapacidade dos moradores de participarem de princípios técnicos de ordenação do espaço. Contudo, o que se percebe é a não participação dos favelados na elaboração do projeto destes conjuntos, deixando de fora a suas opiniões a respeito das necessidades do morar (LEITÃO & ANDRADE, 2007)

“Eu achei a mesma coisa, a mesma coisa que você um dia é pobre e fica rico, muda da água pro vinho, chuveiro, tudo instaladinho, aquele banheiro todo de azulejo né.. e a parede de azulejo, a cozinha, só não tem piso, não entregaram com piso, o piso nós colocamos depois. Nós entramos sem piso nem muro, então isso tudo foi uma aflição, com isso acabou aquela agonia né, aquela agonia de todo ano.. ah meu Deus vem enchente...”(Luís, presidente da Associação de moradores).

Orgulhoso, Luís expôs que o conjunto possui casas “*altos e baixos*” e algumas “*parecem que são de bairros chiques*”. Quando as famílias conseguem juntar um dinheiro a primeira coisa que fazem é melhorar a casa, colocam mais cômodos modificam a fachada. Isto porque para as camadas populares os investimentos na ampliação da moradia original constituem uma forma de poupança diante da possibilidade de auferir renda pelo meio do aluguel ou venda. Assim, se um dia precisarem deste tipo de solução econômica “*a casa vai valer mais porque não tem aspecto de casinha popular*”. Apesar de serem orientados no ato da concessão do imóvel, de que as unidades habitacionais não podem ser passadas, locadas ou vendidas, muitos moradores transgridem as determinações contratuais e negociam suas casas⁷².



Figura 21: Apesar de informal o comércio de casas é muito praticado no conjunto. Fonte: acervo próprio.

⁷² Vide João Rocha, que ao trocar sua casa na favela por duas no conjunto, vendeu uma e foi morar na outra. Com o dinheiro da venda da casa montou uma lan House em sua sala. O que ele afirma com orgulho, ser a “primeira lan House do Parque Aldeia”. Hoje, porém já existe mais duas.

A casa é um instrumento tanto econômico quanto simbólico. Ter uma casa sem aspecto de popular, com a fachada diferente, altos e baixos (o “sobrado”), com muro alto, confere prestígio ao residente. A habitação é o lugar da identificação e o contínuo processo de modificação estabelece a ressignificação desse espaço através da necessidade de representar uma singularidade (frente a um projeto tão impessoal). Desta forma, os moradores buscam melhorar suas moradias também por diferenciação social, pois segundo Luís “*quem pode vai modificando as suas casas*”. Quem não pode, não tem condições financeiras, continua com a casa no aspecto “simples”. Como afirmam Luís e Almeçi:

“Quem tem condição vai modificando para as casas não ficarem iguais. Aí cada uma vai ficando melhor que a outra...” (Almeçi).

“Então já aqui, você vê que tem gente que tem hora que você diz que não mora na comunidade da Aldeia, que tem casa altos e baixos, melhora a casa, tem como melhorar... já na beira do rio é mais difícil” (Luís).

À medida que os moradores foram usando as casas, foram adaptando-as ao seu modo de vida. Muitos fizeram da própria casa local de trabalho. Moradores, como Almeçi, Custódio, João Rocha, Heraldo, adaptaram em suas casas diversos estabelecimentos comerciais. Com as reformas feitas nas frentes das casas para abrigar estabelecimentos comerciais diversos, a “estética” inicial do conjunto cede lugar a outra, criada pelos próprios residentes e mais próxima dos bairros populares da cidade.



Figura 22: Estabelecimento comercial do conjunto. Fonte: acervo próprio.

Este é, por exemplo, o caso de Almecei, que transformou toda uma casa que seu filho ganhou em uma padaria. Ela expôs que também tinha comércio na favela, mas era muito pequeno. A prioridade era ter um comércio grande, como uma padaria ou supermercado. Como o conjunto foi entregue sem centro comercial ela logo percebeu que seria um ótimo investimento abrir um estabelecimento. Foi a primeira a “*ter coragem para abrir um negócio no conjunto e deu certo!*”. Hoje ela é dona da única padaria do Parque Aldeia e com isso pôde modificar a sua casa que segundo ela está entre as mais bonitas.



Figura 23: Estabelecimento comercial do conjunto. Fonte: acervo próprio.

Assim, o Parque Aldeia já possui mais de 20 pontos de comércio, entre bares, uma padaria, um mini mercado, manicures, locais que vendem cloro e água, um ponto de jogos, duas lanhouse, entre outros. Nem todos os comércios são bem sucedidos devido a “*alta concorrência*”. Mesmo assim o local é carente do que os moradores chamam de “*comercio de qualidade*”, como supermercado, farmácia, açougue, que o Parque Aldeia não possui. Além disto, os moradores reclamam que o preço dos produtos no comércio local é muito alto.

Esta precariedade de recursos, de estabelecimentos comerciais, e serviços urbanos foram amplamente relatados pelos moradores. Neuza, por exemplo, afirma que apesar de gostar da Aldeia, preferiria viver em outro lugar “*mais próximo dos recursos, da estrutura*”. Contudo devido a dificuldades financeiras não pode “*ter escolha*”. Ressalta que se pudesse sair, gostaria de ficar em um local onde tivesse mais recursos como

hospital, comércio, área de lazer, serviços e equipamentos públicos em geral. A Aldeia é muito limitada neste sentido e os moradores ficam à mercê destes imperativos:

“A casa não precisa ser uma mansão, mas uma casa boa que tem água, luz é... um bairro reconhecido pela prefeitura como um bairro né..? Então num lugar assim que você tenha acesso a um ônibus, que você tenha uma escola, que você tenha um telefone público. Morar bem pra mim não precisa ser lá na Pelinca, lá no Centro, pode ser num bairro comum, que seja onde for, mas que o morador seja, que tenha o mesmo tipo de acesso de quem mora lá na Pelinca tem. Que tenha supermercado, açougue, posto de saúde, área de lazer” (Neuza)



Figura 24: Alguns moradores fazem hortas ao redor do conjunto. Ali mesmo vendem seus produtos Fonte: acervo próprio.

Em outros casos, as casas são adaptadas segundo usos já feitos na favela. Na casa de alguns entrevistados há criação de animais, principalmente aves, e de hortas nos quintais. Desta forma, busca-se reviver práticas e recursos que tinha na favela dentro do conjunto. Luís afirmou que no conjunto ainda tem pessoas que criam animais. Contudo, se o vizinho se sentir incomodado devido a mau cheiro ou barulho, ele pode denunciar a vigilância sanitária. Esta por sua vez pode multar o morador por criação inadequada em espaço urbano. Luís, como presidente da associação, já recebeu vários pedidos de denuncia de moradores:

“Tem alguém aí que cria ainda, eles ficam na encolha, mas criam, de vez em quando um vizinho encravado chega lá e : O Luis ta me incomodando.. vai. lá e chama o agente sanitário, o agente sanitário vem, conversa com ele, manda tirar, senão vai multar, recolher o animal...” (Luís, presidente da Associação de moradores).

Todos os moradores entrevistados relataram que um dos pontos mais positivos do conjunto é o tamanho do quintal. O quintal possuiu diversos usos, entre eles o da construção de novas moradias para parentes e filhos. Rita, por exemplo, está prestes a ter uma segunda casa em seu quintal. Ano passado seu filho casou e construiu uma

residência nos fundos. Sua filha que está prestes a casar também vai construir em cima da casa de Rita:

“Aqui no conjunto tem mais espaço, quintal grande que lá não tinha era pequeno. E aqui a gente teve quintal de fundo, de frente. Aqui os filhos podem ficar tudo junto. Muita gente faz isto aqui, constrói nos fundos, na frente. Ajuda toda a família. É bom pra todo mundo!” (Rita).

A prática de construir no quintal outras casas e “puxadinhos” é muito comum no conjunto. Ele mesmo tem um filho que construiu a casa nos fundos. Isto não era possível na beira rio já que a maioria das casas não tinha espaço. O conjunto, ao contrário, acomoda estas modificações uma vez que *“se pode construir na frente, atrás, em cima”*. Existem famílias que construíram mais duas casas no quintal, aproveitando assim todo o espaço, tanto na frente como atrás. Lembra também do caso de moradores que venderam o quintal para que outras pessoas construíssem.



Figura 25: Nesta foto podemos ver uma casa sendo construída no quintal. Fonte: acervo próprio.

Apesar desta necessidade, ele reconhece os problemas que isto acarreta a infraestrutura do conjunto. Ele supõe que devem existir mais 200 residências construídas nos fundos das casas. A rede de esgoto e de água por sua vez está completamente saturada. Contudo, como muitos filhos e parentes não tem condições de adquirir a casa própria, está prática de construção nos quintais não vai diminuir. Assim é imprescindível uma manutenção na estrutura do conjunto:

“Tem (no conjunto) uma casa mais ampla, que acomoda mais a família, tem um espaço no fundo que dá pra fazer uma meia água também, a pessoa as vezes tem um filho, uma filha que quer morar né? Aí você já acomoda mais a família. Já aqui não, aqui na beira do rio a dificuldade era grande” (Luís).

Em suma, todos os moradores entrevistados modificaram as suas casas e quintais. Embora inicialmente ao receberem a casa tenham se calado demonstrando uma suposta aceitação ao projeto, com o tempo foram empreendendo transformações expressivas às moradias. Todos tiveram algo a criticar sobre à casa que receberam seja o tamanho, o material utilizado, a disposição dos cômodos, sempre há algo que poderia ser melhorado. A casa foi adaptada para atender aos diversos usos e práticas de seus moradores. Casas transformadas em comércios, casas com comércio, casas que viraram igrejas, casas que possuem hortas ou criação de animais, casas que possuem outras residências em seus quintais, ou seja, moradias adaptadas aos costumes de seus moradores. Entretanto, estes usos e práticas não são considerados por aqueles que planejam os conjuntos habitacionais⁷³.

Estas modificações empreendidas pelos moradores não são uma degradação do conjunto (como acreditam os agentes públicos)⁷⁴, mas um anseio comum a todas as pessoas: de melhorar a residência; adequá-la as necessidades físicas, econômicas e sociais. O termo de permissão de uso restringe as modificações, bem como a utilização da casa. Porém, este impedimento legal não interfere na prática e as modificações na habitação continuam sendo realizadas nos conjuntos habitacionais da cidade, dentre eles o da Aldeia. Isto porque, a maioria dos projetos habitacionais não considera as práticas usuais, os vínculos comunitários e a história local.

4.8- Percepções da política pelos moradores do conjunto

A questão política foi muita discutida pelos moradores durante as entrevistas. A todo o momento eles colocaram a suas percepções a respeito da política de Campos e das práticas políticas dentro do conjunto. A política é presente na figura de políticos que deveriam velar pelo bem estar e oferecer recursos. O “bom político” faz e merece

⁷³ Em visita ao conjunto Habitacional Oswaldo Gregório (ex- favela da Chatuba) edificado em 2005, observei⁷³ que este foi entregue com um centros comerciais. Porém são mal utilizados, pois muitos moradores afirmaram não se interessar em adquirir um ponto comercial, pois sabem que terão todo um processo burocrático de legalização, pagamento de impostos e fiscalização por parte do poder público. Por isto, mesmos nos conjuntos que possuem este recurso, diversos moradores constroem comércios em suas próprias residências.

⁷⁴ De acordo com Davis (2006), os planejadores urbanos não atendem na construção da habitação social para as estratégias de utilização do espaço (seja no âmbito social, cultural, político ou econômico), essenciais para as camadas populares.

lealdade pessoal⁷⁵. Frutos de uma política específica, a de remoção, também é relevante analisar como estes moradores atuam e se representam politicamente.

Nenhum momento permite visualizar tanto como as eleições, não só percepções como práticas políticas. Na segunda metade de 2008 ocorreram eleições para prefeito e vereadores de Campos o que permitiu acompanhar de perto a influência deste momento no cotidiano do conjunto, a agitação dos cabos eleitorais, a visita dos candidatos.

Nas entrevistas é notável a associação que os moradores fazem entre os problemas do conjunto habitacional e a percepção de abandono deste pelos órgãos públicos. Muitos declararam que não confiam mais na política, que tudo não passa de “*promessas*”, de “*sujeira*”. Desta forma, Luís, presidente da associação, expôs que não há engajamento dos moradores nas reuniões que ele promove. Em contrapartida, a associação de moradores foi muito criticada pelos entrevistados.

A associação do Parque Aldeia é atualmente marcada por brigas internas e interesses divergentes. Segundo Park (1973), uma questão essencial no estudo da comunidade é quem são seus líderes? Que interesses de vizinhança eles incorporam em si mesmos e qual é a técnica através da qual exercem controle? A associação de moradores e seus líderes têm a função de representar os interesses e sentimentos de uma determinada vizinhança. Entretanto, no caso da Aldeia, ela já não consegue mais exercer este papel. Os moradores da Aldeia já não se sentem representados por sua associação e tampouco por seu líder⁷⁶.

A associação, na favela promovia cursos, distribuía sopa, trazia médicos. Durante 13 anos, Almeici atuou como vice-presidente da associação de moradores da Aldeia. Hoje, ela afirma que não tem a mínima intenção de voltar à associação, pois a considera enfraquecida e “*inútil*”. Ela não concorda com a forma de atuação do atual presidente e acredita que ele não luta com afinco pelos problemas da comunidade já que “*ele não traz nada pro povo, não dá cesta, não chama político*”. Percebe-se assim, a relação forte entre a ação da Associação que existia na época da favela e o assistencialismo, e que na percepção dela já não existe mais na atual, o que a torna “*inútil*”:

⁷⁵ Alguns moradores expressaram esta lealdade a Garotinho, o “construtor” do conjunto.

⁷⁶ “Interesses e associações locais desenvolvem sentimento local e, sob um sistema que faz da residência a base da participação no Governo, a vizinhança passa a ser a base do controle político. Na organização social política da cidade, é ela a menor unidade local.”

“Eu não faço parte porque né (abaixando o tom de voz) virou muita bagunça ta entendendo, porque eu gosto de fazer as coisas certas e a pessoa...este dia a menina estava me chamando pra eu voltar novamente e “volta de novo”. Porque eu arrumei muita coisa pras pessoa. Mas o meu trabalho lá, eu amava o meu trabalho” (Almeci).



Figura 26: Reunião da Associação de moradores em 1999. Fonte: Associação de moradores.

A construção das casas populares foi realizada devido à pressão da Associação de moradores junto ao então prefeito de Campos, Antony Garotinho. Este, para Almeci, tem sua gratidão eterna, pois o conjunto só foi construído: *“Graças a Deus e o governo que foi na época, pode falar também né? (risos)... Que na época foi Garotinho”*. Embora tenha sido realizado em um convênio, ele ficou com os triunfos do projeto, na percepção de muitos moradores.

Atualmente, a percepção sobre a política no conjunto é majoritariamente negativa. Muitos moradores afirmam não sentir mais desejo de votar nas eleições. Não vêem mais sentido para votarem estando a Aldeia tão abandonada pelos políticos. Segundo Custódio *“...os políticos só aparecem em época de eleição para pedir voto e quando a gente precisa eles nunca vem aqui!”*. No período de campanha é visível a busca dos moradores por vantagem em troca dos votos. A comunidade, para ele, não é engajada politicamente e a maioria das pessoas não procuram a prefeitura para reclamar dos problemas, mas para pedir *“essas bolsas e cheques da vida”*, ou seja, em busca de assistencialismo:

“Aqui o assistencialismo reina! Sabe como é que funciona aqui dentro..? aqui um menino quando arruma uma menina né aí fica: tio qual que você arrumou? Aquela! Aquela menina não ganha bolsa disso, não ganha(...) Então o que importa não é você vir cá me dar um sacolão, você me dar um dinheiro, isso aqui cada um tem que fazer o seu! O que importa é morar em lugar que você é reconhecido como ser humano, como gente que precisa de assistência” (Custódio).

O assistencialismo parece ser extremamente presente na comunidade da Aldeia⁷⁷. Segundo Luís 90% da comunidade recebe algum tipo de ajuda governamental. Ele apontou que algumas famílias só têm estas benesses como fonte de renda.

Para os moradores procedentes de outros bairros, como Sula e Mário, espanta o comodismo dos moradores da Aldeia. Eles acham os moradores do conjunto apáticos politicamente. Os moradores da Aldeia não deveriam “*se contentar com pouco*”, mas com ações concretas que realmente promovam o bem estar da comunidade. Ambos já participaram da reunião na associação, mas segundo eles poucas pessoas comparecem. Segundo Sula o presidente da associação sempre tenta trazer melhorias, mas “*é muita coisa pra ele sozinho!*”. Mesmo assim, ela acha que ele é muito perseguido e que “*as pessoas são ingratas, pois ele não ganha nada, é tudo voluntário!*”.

Na favela a associação era mais atuante e conseguia resolver muitos problemas do local. Uma vez por mês havia reunião com os moradores e a maioria participava fazendo reivindicações. Todos ajudavam o presidente (na época Francisco, ex morador da favela) que segundo ele era “*bem esforçado*”. Contudo, depois que foram removidos, a associação enfraqueceu e os moradores não mais participam. Ele mesmo disse que nunca mais foi a uma reunião, pois para ele o presidente pouco faz:

“Porque a Associação aqui tá parada, só tem presidente. Só não age nada, está parada. Logo quando nós morava lá na beira rio tinha presidente, aí tinha reunião ao mês. Aí de mês a mês tinha a reunião lá e a gente ia. Pra falar de alguma coisa que tava faltando. Mas depois que vim pra cá acabou. Acabou reunião, tem a Associação só pra dizer que tem mas não tem não”(Heraldo).

A associação, para Heraldo, “*tinha que começar do zero!*”. Porque a Aldeia em sua opinião “*é uma nova comunidade, com novas pessoas e novas dificuldades*”. Ele afirma que as famílias que vieram de outros bairros não se sentem responsáveis pelos problemas do local. Antes, quando se reuniam enquanto favela eles tinham problemas comuns e isto tornava a associação mais objetiva. Agora, “*cada um tem uma dificuldade, cada um quer pedir uma coisa e por isto ninguém se entende! As pessoas são diferentes!*”. Por isto ele acredita que a associação enfraqueceu. A comunidade cresceu, todavia a união, a vontade de mudar e reivindicar diminuiu.

Por sua vez, o presidente da associação acredita que o fato de terem ganhado as casas acomodou os moradores. Contudo, ele afirma que ainda há muito para ser reivindicado como o posto médico, transporte de qualidade, manutenção do espaço. O

⁷⁷ Durante várias visitas de campo, moradores me abordavam perguntando se eu era assistente social para cadastramento do Cheque Cidadão ou Vale Alimentação.

que ocorre é que a maioria “*prefere pedir a cobrar*”. Ele recorda que dois anos após a construção do conjunto houve uma tentativa de desmembramento da associação, ou seja, a criação de uma no conjunto e outra na beira rio. A idéia pereceu e continuou existindo apenas uma associação para lidar com os problemas de todo o local, conjunto e beira rio. Contudo, os moradores não se unem para lutar pelas dificuldades e esperam que o presidente da associação resolva os problemas sozinho. Não há engajamento dos moradores, pois eles esquecem o abandono que sofrem da prefeitura e do estado:

“Eles são culpados. Certas coisas eles (o povo) esquecem rápido. Nós aqui somos totalmente abandonados pela prefeitura. Nós estamos com creche fechada. Nós estamos com posto médico fechado. Nós estamos sem ambulância já desde janeiro. Então nós estamos quebrando o raio com a prefeitura e a prefeitura não vê. Aí a gente vai lá, eu levo ofício, eu peço. Não adianta” (Luís, presidente da Associação).

Por muitas vezes Luís alega ter ouvido de moradores que “*o presidente da associação na serve pra nada, só pra entregar cartas*”. As cartas da comunidade chegam para a associação já que o Correios não realiza entrega dentro do conjunto. Eles alegam não ter efetivo. Deste modo, o presidente faz voluntariamente a entrega das cartas. Além disto, ele afirma que a associação não tem caixa próprio e não cobra nada dos moradores. Assim, ele não recebe pelo trabalho que faz : “*só a ingratidão dos moradores*”.

“Portanto, porque eu tô desanimado com a associação? Porque ele não são solidário a gente não rapaz! Aí eu soube, eu penso...Oh, eu não sou corrupto. Eu não me vendo. Quantas vezes já bati de frente. Já fiz matéria contra a prefeitura a favor do posto médico. Já fiz matéria pra construir outro colégio. Já fiz matéria com o problema do Correio. Mas eles não enxergam isto!” (Luís, presidente da Associação).



Figura 27: Curso de cabeleireiro promovido pela associação em 2005. Fonte: Associação de moradores.

A Associação vive, desta forma, um momento de dificuldades. Atualmente está sem projetos sociais, pois ainda não há convênio com a nova prefeitura. Conta apenas com o apoio de Furnas em algumas ocasiões. Luís afirmou que durante meses promoveu cursos profissionalizantes como manicure, cabeleireiro, culinária. Também foram oferecidos cursos de esporte para crianças e adolescentes. Com o fim da verba estes projetos precisaram ser interrompidos. Ele acredita que se toda comunidade se mobilizasse e lutasse junto a ele para trazer melhorias nas condições de vida, as carências do local poderiam ser atendidas porque seriam reivindicadas por todos.

Entretanto, como afirma João Rocha isto não acontece porque hoje a Aldeia é feita de “*um povo covarde*”. Em sua opinião os moradores têm medo de falar a verdade e de pedir recursos para o local. Houve um tempo em que as pessoas se reuniam, apontavam as dificuldades e traziam a mídia para fazer reportagens sobre o local. Agora, ele afirma com tristeza que a Aldeia só quer “*o resto dos políticos, o sacolão, o cheque*”, ou seja, assistencialismo. “*O meu povo aqui também são uns doente covarde. Eles aqui vivem morto de fome e se a senhora vir aqui com um sacolão, como vai vir agora, e começa as falcatrua aqui!*”.

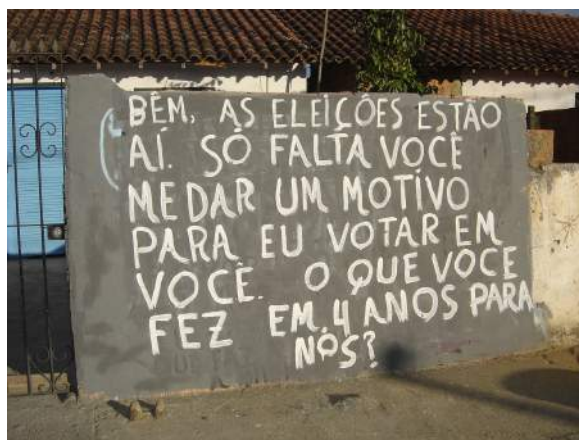


Figura 28: Declarações de protesto sobre as eleições - muros pintados por João Rocha. Fonte: acervo próprio.



Figura 29: Declarações de protesto sobre as dificuldades do conjunto- muros pintados por João Rocha. Fonte: acervo próprio.

Estas pinturas realizadas por João Rocha têm o objetivo de conscientizar os demais moradores. Já tentaram destruir alguns de seus recados, mas ele não se intimidou e continua com sua manifestação. Ele afirma sentir pena, não só da Aldeia, mas de todas as favelas de Campos pelo abandono e desrespeito com que são tratadas.

“Pela minha favela e por todas porque quem critica é o meio político. E eu estou falando de todas as favelas, não só da minha. É a falta de respeito e de dignidade que aqui mora gente, não mora bicho! E a discriminação de quem pensa que sabe, mas não sabe. Então eu sinto vergonha desses políticos. E burrice, porque eles são burro! Porque o pobre não quer muita coisa não” (João Rocha).

A tendência das favelas e comunidades carentes de Campos, para João Rocha, é continuar em uma crescente pauperização, já que o povo está acostumando com este assistencialismo. Ao mesmo tempo, as escolas destes locais são de péssima qualidade o que colabora para que as crianças cresçam sem opinião crítica. Para João *“as crianças saem da escola sabendo menos do que quando chegam, como vão saber cobrar seus direitos”*. Desta forma, ele acredita que o futuro da Aldeia e o abandono dos políticos e a ignorância dos moradores.

A Aldeia carece principalmente de atenção dos governantes: *“Aqui está abandonado pelos políticos, sem posto de saúde, transporte decente, com toda esta violência, ninguém se importa!”*. Os políticos só se importam com o centro da cidade e esquecem das comunidades que necessitam ainda mais de assistência:

“Aqui a gente é tratado assim com...descaso, a pessoa ficar num canto lá sem governante nenhum. Ele é responsável pela...pela governança, pela comunidade, em pelo menos dar o básico. Morar mal é assim, é jogar lá pro canto, é como se você varresse a sua

casa e jogar o lixo pra lá, é a pessoa se importar só ali com o Centro, e não ligar pra outra, é você morar num lugar sem ter assistência” (Neuza).

Finalmente, os moradores que vieram da favela da Aldeia concordam em um ponto: o local era mais atuante politicamente quando não havia o conjunto. A associação era influente e promovia a integração política dos moradores diante de problemas comuns. Nas entrevistas os moradores recorrem a algumas explicações estando como principal um problema que assolava, mas ao mesmo tempo unia a toda a comunidade: a enchente. Contudo, a questão é: eles se uniam na favela diante de um problema, a enchente, o que os impede de se unirem hoje diante de tantas dificuldades que enfrenta o conjunto habitacional? Poderíamos tentar resolver tudo através de uma hipótese: o poder do tráfico e sua influência sobre o enfraquecimento a redes de relações sociais (religiosas, parentesco, de vizinhança e em especial políticas), contudo a questão é muito mais complexa.

Em verdade, o tráfico gera um clima de medo e insegurança o que impede que associações se formem com eficiência. Segundo o presidente da associação *“as pessoas não querem se envolver por medo que sobre para elas”*. Por isto as reuniões da associação estão praticamente paradas. Mas, existe outro motivo que parece ser mais imponente do que a questão da violência: o não reconhecimento com o local. Ou seja, os moradores, tanto os da beira rio quanto os da Aldeia, não se identificam com o conjunto e, portanto não querem *“lutar”* por ele, não querem se engajar politicamente. Não se identificam como uma coletividade que possui problemas comuns. Poucas práticas discursivas e sociais são promovidas, para a condução da comunidade na direção do bem coletivo.

Ao mesmo tempo há práticas individualistas, da busca por interesses particulares baseados em práticas assistencialistas. A noção de que lutar por interesses comuns é inútil foi muito apontada pelos entrevistados. Observa-se a idéia do *“cada um por si”*, como foi assinalado por Heraldo. De certa forma isto parece ocorrer porque o sentimento de pertencimento é muito tênue dentro do conjunto, lembrando ainda que se trata de uma vizinhança em conflito após um processo de remoção. Todos os entrevistados afirmaram que se pudessem deixariam o local, seja para outro mais calmo, ou com mais recursos. Por isto, como disse Luciana: *“Lutar pelo que se esse local agora só me dá desgosto...eu quero mais é sair daqui, resolver o meu problema!”*.

Como observamos, na favela a associação de moradores acumulou um expressivo capital político nas disputas pela melhoria gradativa das condições de vida. Além disto, atuou na formação da identidade coletiva dos favelados. A associação operava como intermediadora influente entre a favela e as instâncias políticas mais gerais, na busca pela melhoria das condições de vida, e por fim pela remoção.

Contudo com a remoção, a própria associação pagou um preço muito caro: ocorreu o esvaziamento político, a desmobilização de que se queixa Luís e que podemos constatar nos relatos dos moradores. Apesar de muitos serem usuários dos serviços prestados pela associação, como a recepção e distribuição de correspondências, no estabelecimento de convênios entre o poder público e a população local, poucos são os que a percebem como um canal eficiente para suas ações coletivas.

Esta a fragilidade da “cultura política” no conjunto habitacional pode ser explicada pelo conceito utilizado por Burgos (2005), o “*controle negociado*”, ou seja, um modo de integração social baseado em práticas clientelistas e assistencialistas. Isto fundamenta um assimétrico sistema de trocas entre as camadas populares e os políticos. Por sua vez, isto influencia diretamente no fracasso das associações de moradores já que não há emancipação política, mas um controle das relações políticas através do sistema de benesses. O assistencialismo é sempre uma política de exclusão que reproduz a miséria ao mesmo tempo em que impede práticas políticas comunitárias.

4.9- Percepções da cidade e a cidade em percepção

Os moradores, logo após a remoção, entraram com um pedido na prefeitura através da associação de moradores para que o local fosse chamado de Parque Aldeia. Contudo, eles afirmam que conseguiram mudar o nome, mas não a forma como a cidade os vê. Nesse lugar – auto denominado de “comunidade” ou “Parque Aldeia” pela maioria de seus habitantes, e reconhecido por grande parte da cidade como “favela” - diversos moradores procuram fortalecer o reconhecimento do local como um conjunto habitacional, uma “*ex-favela*”. Contudo, entrevistados relataram que o local ainda é visto como uma favela e que disto decorrem diversas demonstrações de preconceito não só sobre o lugar, como sobre seus habitantes, uma recondução do estigma. A falta de recursos, de acessibilidade à cidade, determina uma segregação social e espacial que

percebida pelos moradores e expressas nos relatos: “...*varreram a gente para cá, abandonaram a gente aqui*”⁷⁸.

Interessante que apesar de existir uma identidade coletiva⁷⁹, ainda que enfraquecida, entre os moradores removidos da favela da Aldeia, atualmente estes procuram ser reconhecidos pela cidade não mais como favelados, mas como moradores de conjunto habitacional. Percebe-se o reconhecimento do “preconceito” e do estigma. Esta busca representa uma luta travada por grande parte da comunidade e que durante anos foi pauta das reivindicações da Associação de moradores: a remoção, acesso à casa digna, à formalidade. Uma vez que fazem parte da cidade formal querem ser considerados de forma igual ao restante da cidade. Contudo, persistem contra a Aldeia não só o preconceito por grande parte da população, como o tratamento desigual por parte dos agentes públicos, o que impossibilita sua real inserção à cidade.



Figura 30. A visão dos prédios da cidade a partir do conjunto habitacional.

Os relatos dos moradores revelam esta realidade. Na maioria das vezes que falam para alguém que moram na Aldeia as pessoas reagem negativamente e dizem “*que o local é perigoso*”. No entanto, segundo Marlúcia, para os que moram na Aldeia e estão “*acostumados*”, o local é muito tranqüilo. Eles sabem onde podem ir e com quem podem falar. Assim, “*é só não mexer com a pessoa errada para não ter problema!*”. Entretanto, muita gente acha que a Aldeia ainda é uma favela, mas defende que isso não é mais a realidade. Agora, na percepção dos moradores, eles fazem parte de um conjunto habitacional, pertencem a cidade formal e merecem ser reconhecidos por isto:

⁷⁸ Fala de Neuza, sobre sua percepção à respeito da Aldeia.

⁷⁹ identidade como à imagem de si, para si e para os outros (Polak, 1992)

“Ah, os povo fala muito né. Quando falo que mora aqui. Eles falam “tá doido o lugar é perigoso!” eu falei, “ gente não é perigoso!”. O negocio é que todos os lugares é perigoso. O negocio é que basta a gente ter moral, confiança. As pessoas conhecem a gente também. As pessoas que não conhece também não vai fazer nada. Mas tem gente que fica também naquela rixa. Mas a gente que já sabe como é que é, como funcionam as coisas, a gente não fica com medo não. Certas pessoas ficam meio com medo da gente. Mas a gente não tem nada a ver. É tem muita gente que pensa que aqui ainda é uma favela. Mas não é uma favela. Favela já foi” (Marlúcia).

Para os entrevistados, grande parte das pessoas acredita que a maioria dos habitantes da Aldeia é bandidos, ladrões, traficantes. Algumas notícias sobre a violência do local colaboram para isto. Contudo, para Almeci, por exemplo, o conjunto está neste estado porque *“a prefeitura abandonou profundamente”* e não faz mais trabalhos sociais para conscientizar os moradores, principalmente sobre as drogas. Ela relata que apesar dos problemas que o conjunto vive, não aceita que o local seja associado à favela já que eles lutaram pela mudança do nome do local:

“Aqui praticamente eu não considero que eu moro na favela mais, porque pode ser o que for as pessoas aí.. Não considero esse conjunto como uma favela. Que “mudou a favela de um lugar pra outro”, como muitos falam, isso pra mim é conversa(...)Portanto na época que fez esse conjunto , a gente entramos na justiça e tiramos o nome dessa favela de Aldeia. Não é mais, o nome é Parque Aldeia. Agora está tudo Parque Aldeia, já mudou há muito tempo desde lá de baixo pra cá, você pode olhar em qualquer documento, não tem mais. Antes era Favela da Aldeia, aí tiramos, aí nós conseguimos tirar em nome da Associação. Já melhorou antes ficava esse negócio de favela , favela até quando?” (Almeci).

Desta forma os próprios moradores entraram com a ação de mudança de nome de favela para Parque. O preconceito das pessoas ainda existe já que *“o povo de outros bairros consideram isso aqui como uma favela”*. Para Luciana as pessoas associam casas populares à favela. E também pensam que *“uma vez que os moradores vieram de favela serão sempre favelados”*. Ela lembra que já sofreu discriminação em uma ocasião quando foi ao centro abrir crediário. Ela alega ter percebido *“os olhares tortos”* dos vendedores da loja quando disse que morava na Aldeia. Concorda que no conjunto existem sim pessoas ligadas à criminalidade, mas a maioria são trabalhadores honestos que pagam pela má fama de poucos:

“Eles vêem que por causa de ser um conjunto habitacional, de casas populares, eles ainda acham que é favela. São pessoas que moram naquele local, são pessoas recriminadas a todo o tempo. Eles pensam que por ter um ou dois que não são boas pessoas, que são maus elementos eles acham que todos são do mesmo nível, entendeu. É isso que é mais difícil por que as vezes você não se inclui naquele grupo” (Luciana).

Cabe a população, na visão de Luciana, mudar a percepção que a cidade tem do local. Além disto, os moradores precisam se impor e cobrar que local seja sempre chamado de Parque Aldeia. Contudo, é preciso que os próprios moradores da Aldeia deixem de chamar o lugar de favela, já que muitos ainda se referem assim. Dessa forma, se alguns moradores ainda chamam o local de favela da Aldeia como querem que a cidade os reconheça de outra forma.

Os moradores afirmam que quando os jornais anunciam algo de bom que aconteceu na Aldeia, um programa do governo, por exemplo, eles usam a palavra Parque. Quando anunciam algum crime ou tragédia a imprensa usa a palavra favela. Isto reforça ainda mais a imagem negativa que as pessoas têm do local e o stigma sofrido pelos moradores:

“Eu acho que o nosso papel é esse. Tira esse negócio de Favela, é um Parque. Mas isso tem morador que faz questão de ainda usar a palavra Favela, aí eles mesmo, entendeu, aí a gente nunca consegue, por causa disso. Mas aí quando acontece alguma coisa, uma tragédia, uma coisa, eles não falam Parque, não sei você já percebeu, eles não falam Parque. Sai no Jornal, “Ah matou fulano e cicrano”, eles não falam Parque. Então não é só as pessoas daqui que falam. As pessoas jornalistas. Se você prestar a atenção eles ainda usam, usam ainda essa palavra favela” (Luciana).

Grande parte da discriminação da Aldeia é proveniente também da forma como o poder público se relaciona com o local. Neuza sente que em relação à cidade a Aldeia está *“desprezada, isolada, É como se você varresse a casa, varreu, varreu e jogasse o lixo pra lá, eu sinto assim!”*. A cidade, neste sentido não só os moradores como o poder público, não enxergam a Aldeia como se fosse mais um bairro. É como se fosse apenas um lugar de *“gente pobre e ignorante”*. Por isto ninguém investe no local, não melhora os serviços e equipamentos públicos, pois *“simplesmente esquecem que existimos! Nos discriminam!”*. Contudo, Neuza afirma que eles contribuem muito para a cidade e que da Aldeia saem diariamente muitos trabalhadores, tanto para a zona urbana como rural, estudantes, consumidores.

Ocorre, porém, que a conexão da Aldeia com o Centro e demais bairros é péssima, o que prejudica a acessibilidade do bairro ao restante da cidade e principalmente ao centro. Todos os entrevistados reclamaram do transporte público que atende o local. Apenas dois ônibus se revezam durante todo o dia para atender a Aldeia. Assim, para ir ao centro é necessária uma espera de no mínimo 40 minutos:

“Quer dizer aqui a gente não é bem servido nesse sentido assim de não ter um ônibus, não ter um lugar pra gente fazer um curso como um crochê, um tricô, uma coisa assim, tudo, as oportunidades é nesses bairros aí fora mais desenvolvidos.. sabe como...?” (Neuza).

Por isto, os moradores só vão ao centro quando é extremamente necessário. Para comprar roupas, marcar médicos, receber pagamentos, pagar contas. As compras de alimentos são feitas no Parque Cidade Luz, também em Guarus, um local também pobre, mas que constitui uma centralidade. Cidade Luz já possui melhor atendimento de serviços comerciais (supermercado, farmácias, açougues e demais estabelecimentos). Geralmente os entrevistados relataram que vão à pé, mais ou menos vinte a trinta minutos de caminhada, ou de bicicleta.

Quando não podem ir ao Cidade Luz para fazer as compras necessárias, os moradores ficam presos ao preço alto do comércio local. A prefeitura, na opinião deles, deveria incentivar de alguma forma que comerciantes de supermercado pudessem abrir ao menos uma loja no local. Apesar do tamanho do bairro os comerciantes de fora não querem investir no local por receio. Porém se a prefeitura fizer a intermediação *“há uma chance de aceitarem”*.

“Caso que não botam supermercado aqui com medo. Mas aqui da pra sustentar um supermercado. Dá pra sustentar uma companhia de gás. Mas eles têm medo. Mas aqui não tem ladrão não! A ordem aqui, só pra policia não chegar agora, se roubar vai embora ou morre! (...) A máfia não quer policia aqui” (João Rocha).

Por sua vez, os moradores procedentes de outras áreas relatam que quando vão visitar seus antigos bairros, os seus ex-vizinhos demonstram ter uma impressão muito ruim da Aldeia. Quando recebeu a nova casa, Mario relatou que os vizinhos do bairro que ele morava antes de ser removido, ficaram preocupados. Ele lembra que até ele foi receoso para a Aldeia pelos comentários que escutava das pessoas, sempre associando o local à violência. Hoje, ele afirma que muito do que ouviu foi exagero e que as pessoas têm uma visão errada do lugar. Existem problemas, mas diz que só para quem está envolvido em *“coisas erradas”*:

“Eles (vizinhos do Parque São Matheus) ficaram felizes por eu ganhar a casa, mas preocupados por ser na Aldeia. Até eu vim com medo pelo que as pessoas falavam, aqui é perigoso, tem morte, tráfico! Mas isto tem em todo lugar! Eu sou pobre e não tenho muita escolha e para falar a verdade aqui não é isso tudo que as pessoas fala. Tem seus problemas, mas não é a favela que todo mundo comenta. Tem problema como qualquer outro lugar! “Eu não sei se é porque estou acostumado, mas eu não vejo tudo isto que as pessoas falam... que é muito perigoso, que tem isso, tem aquilo. Pra mim é um local normal que tem problemas, mas é

um bairro. É claro que falta muita coisa, mas isso não é culpa de quem mora aqui. É culpa de quem colocou aqui e depois abandonou, deixou pra lá!” (Mário).

“Pra ser sincera com você, os meus amigos do Calabouço, eles vêem como um péssimo lugar, um lugar perigoso, como uma favela. Então se moradores de outros bairros pensam assim imagina os comerciante de fora! Por isto eles não querem investir na Aldeia! Por causa da sua fama!” (Sula).

Os moradores entrevistados relataram casos de pessoas do bairro que quando vão fazer alguma compra colocam o endereço de amigos que não moram na Aldeia, por vergonha. Esse fato pode ser compreendido como a superação do mal-estar gerado pelo estigma e o descaso sofrido por seus moradores. Contudo, para Sandra os moradores não podem ter “*vergonha*” de dizer onde moram. Também não devem permitir que chamem a Aldeia de favela. Por sua vez, deveriam “*sentir vergonha do abandono que o bairro está sofrendo, do descaso, da falta de consideração do poder público*” por um local que eles mesmos construíram:

“Eu faço questão de dizer: eu moro na Aldeia e nunca eu... não tenho vergonha, se eu disser pra você o que me envergonha aqui na Aldeia, é como eu te disse, é a falta de recurso, pra mim a vergonha da Aldeia aqui é isso. A vergonha da Aldeia aqui não é por nós ser pobre, não é porque nós moramos numa comunidade que o povo fala chama de favela. Pra mim aqui na Aldeia eu vejo de errado só isso: o descaso, a falta de recurso. É o recurso, porque a Prefeitura vê muito o lado de lá e esquece o lado de cá” (Sandra).

A forma como a mídia se refere ao local mais uma vez foi citado como incitador no preconceito sobre os habitantes da Aldeia. O caso de Manuela, 18 anos, representa bem este fato. Ela estuda no Liceu de Humanidades de Campos no centro da cidade, e alega já ter sofrido discriminação quando contou que morava na Aldeia. Ela expôs que algumas meninas de sua turma fizeram comentários maldosos espalhando que ela morava em favela. Além disto, apontaram em público, que na televisão, em uma reportagem sobre briga de gangues do local, a mídia chamou a Aldeia de favela. Assim, a reportagem “oficializou” a discriminação sobre o local e deu suporte para que as meninas da escola de Manuela a chamassem de favelada. Ela afirmou que neste momento: “*Não tive como se defender, pois saiu assim mesmo na Televisão!*”. Segundo Manuela:

“Ah.. as piadinhas das meninas lá da escola... fala que eu moro na favela da Aldeia, falam que eu moro na favela... eu não considero que moro na favela né...aí depois fica: é agora seu bairro ta virando favela... porque passou na televisão, entendeu? Falaram, Favela da

Aldeia mesmo. Lógico que incomoda, pois eu não moro na favela! pra mim eu moro numa comunidade até hoje. Eu não considero aqui uma favela” (Manuela).

Para a cidade de uma forma geral, mas principalmente para a mídia e para a polícia a Aldeia vai ser sempre uma favela. As conseqüências deste fato, forma como o resto da população os trata com preconceito e discriminação, promovendo uma degradação simbólica do lugar. Junto a isto estabelecesse um conjunto degradado fisicamente, um local privado de todos os recursos necessários para que seus habitantes se sintam inseridos na cidade. Contudo, esta situação poderia ser transformada se os moradores da Aldeia se reunissem para mudar esta realidade:

“Os repórter eles não respeitam. Põe lá” favela da Aldeia”. Eles escapolem. Tem sempre esta discriminação com nós (...).A polícia chega e cerca e aqui só tem vagabundo. Nós todos somos então pra eles vagabundo(...).É essa condição que revolta a gente. Mas se aqui na Aldeia tivesse uns 50 João Rocha isto aqui melhorava. Porque se eu ir lá na cidade falar isto eles me prendem. Mas 200 João Rocha não!” (João Rocha).

Segundo os entrevistados, o que faz da Aldeia uma favela não é a violência, mas a falta de oportunidade, de recursos. Favela para João Rocha *“é onde vive a classe mais miserável, ou seja, um amontoamento de gente sem cultura, sem estudo que está aí”*. Onde não há oportunidade de educação, de cursos, de cultura não há crescimento. Por isto, enquanto a prefeitura não der condições dos moradores da Aldeia se desenvolverem e terem as mesmas oportunidades, serviços e equipamentos que os demais bairros, o local nunca deixará a condição de favela:

“O dia que a senhora vê um doutor da favela da baleeira, ou da Tira Gosto, ou da minha favela, ou qualquer favela, me mostra um doutor que se formar lá dentro? Não tem. Cadê a oportunidade. Isto é que faz a favela!” (João Rocha).

Nota-se nos relatos que, com a construção das casas populares, os moradores antigos da Aldeia acreditavam que a cidade não iria mais associar o local a uma favela: afinal de contas a favela foi removida! Contudo, eles alegam que o comportamento dos moradores é que colabora para que a Aldeia seja vista desta forma. Para Herald, por exemplo, isto ocorreu devido a violência que cresceu no local e coloca a Aldeia nos noticiários criminais, o que tem por conseqüência uma imagem pública negativa da localidade. Porém, ele expôs que isto se tornou freqüente depois que vieram para o conjunto os moradores dos outros bairros, pois *“deram casa pra gente boa mas também deram casa pra muita gente ruim!”*. Se o conjunto fosse feito apenas para os moradores da Aldeia talvez a *“história fosse outra”*. Ele que trabalha como pedreiro e pintor, diz

que quando fala para seus clientes onde mora, muitos se assustam e fazem comentários sobre a violência do lugar. Ele lembra que até já perdeu trabalhos por isto:

“Porque eu trabalho pintando casa de família também. Aí eles perguntam: “ Você mora no Parque Aldeia, né?”, eu falo “é”, e eles dizem: “ Aquela barra lá é pesada”, é isso que eles falam. Eles tem receio disso aqui ainda. O bairro mais falado que tem é esse aqui. Era pra melhorar, mas em compensação o povo que eles botam nessa casinha, as vezes tem vida ruim , essas coisas bravas que eles pegam aí. Aí acaba piorando se junto com outros, aí fica difícil(...) Eu já me senti discriminado. Aí, às vezes, não me dão serviço por causa disso”(Heraldo).

Podemos perceber que alguns moradores antigos, como o Heraldo, Luciana, Marlucia, tentam desta forma, realizar uma transferência do estigma, ou seja, o local não é reconhecido como bairro porque os moradores removidos de fora o transformaram em um local violento. Antes o local era calmo, apesar de ser uma favela, não era *“tão agitado, não saia sempre nos jornais como agora!”*. Para se afastarem deste estigma social, este grupo de moradores transfere aos moradores oriundos de outros bairros a responsabilidade por este desprestígio social.

Contudo, para Luciana, apesar da utilização destas estratégias de diferenciação interna, o conjunto, de uma maneira geral, sempre será associado a uma favela, pois não é a transformação do espaço físico que importa, mas a população que o ocupa: favelados. Ela acredita que enquanto ela morar ali carregará esta *“marca”* para sempre. É por isto que ela faz questão de frisar que pretende se mudar da Aldeia, mas para *“um bairro de verdade, onde a gente seja tratado da mesma forma do resto da cidade, como iguais”*. Desta forma, no conjunto o direito a ocupação foi dado, mas não o direito à cidade.

Existe um conflito quanto à representação do local para a cidade (ainda é uma favela) e para os moradores da Aldeia (é um conjunto). Todos os entrevistados demonstraram de alguma forma que gostariam que a Aldeia fosse conhecida como um conjunto habitacional, um bairro. Contudo, o que vemos é um conjunto segregado, afastado fisicamente e socialmente da cidade. A Aldeia como afirmou vários entrevistados, está *“abandonada”* pelos agentes governamentais.

O conjunto habitacional da Aldeia parece não ter se integrado plenamente à cidade. Tornou-se foco de pobreza, de tráfico de drogas, fazendo parte dos noticiários negativos. A partir disto se desenvolve uma reprodução do estigma onde ser morador de conjunto habitacional é tão *“negativo”* quanto ser um favelado. Em uma cidade onde podemos perceber claramente a diferenciação social dos territórios e as desigualdades

decorrentes, temos por consequência a estigmatização de grupos sociais concentrados espacialmente (sendo o conjunto habitacional um destes espaços).

O mais dramático deste ponto é que talvez o problema não esteja apenas no passado, ou seja, em ter sido um favelado. O problema pode estar no presente, em ser um morador de conjunto habitacional. O preconceito sobre os conjuntos habitacionais é tão forte quanto sobre as favelas. Tudo isto para decepção dos moradores da Aldeia que esperam ser mais respeitados a partir do momento que forem reconhecidos como moradores de conjunto habitacional, e não mais de uma favela. Eles acreditam que dessa forma seriam tratados como “iguais”, como pertencentes à cidade formal, e, portanto dignos dos direitos urbanos. Mas talvez o conjunto habitacional nunca seja visto como um espaço “igual” tendo em vista as dimensões territoriais da desigualdade.

Considerações finais

Este trabalho buscou analisar a remoção pela percepção de agentes envolvidos: agentes governamentais e, sobretudo, moradores removidos. Neste sentido, aspiramos ter ultrapassado uma análise puramente economicista ou política, para avaliar o impacto social destas políticas remocionistas sobre a população em questão. Dessa forma, buscou-se entender a política de remoção pela percepção e memória dos moradores do Conjunto Habitacional da Aldeia. Assim, analisamos como esta política afetou suas vidas até o momento.

Como vimos, o retorno da política de remoção por parte dos municípios apresenta diferenças com aquele tipo de política urbana que marcou fortemente o panorama do Rio de Janeiro durante a década de 60. Não somente a descentralização, mas principalmente pelo fato de não haver resistência inicial à remoção.

A própria favela se mobiliza e reivindica a sua remoção - como aconteceu com a Favela da Aldeia. Até o momento, na história da política habitacional de Campos, nenhuma favela se mobilizou contra a remoção. Ao contrário, os moradores não só aceitam com também reproduzem os discursos da “dignidade e cidadania”, utilizados pelo poder público para justificar a necessidade das remoções. Como se trata de uma política que parece não ter acumulado com as experiências, com o tempo estes novos conjuntos reproduzem as mesmas falhas dos conjuntos edificados no passado. Assim, somente após a transferência os moradores parecem perceber que na verdade, a remoção não passa de uma grande falácia, que por si só não garante a inserção a cidade e nem a cidadania e dignidade prometidas.

A remoção de favelas e de construção de conjuntos habitacionais tem sido muito utilizada pelos agentes governamentais em Campos dos Goytacazes. A remoção é apresentada como solução para o “problema” das favelas campistas⁸⁰. Sempre acompanhada pelo discurso da “*dignidade e cidadania*”, várias famílias foram removidas para os conjuntos habitacionais sob promessas de uma vida melhor. Ocorre,

⁸⁰ E assim será, pelo menos nos quatro anos seguintes, já que o governo Rosinha promete a construção de 10.000 unidades habitacionais em seu governo.

porém, que em pouco tempo a realidade, cruel por vezes, se revela, e logo as esperanças são substituídas pelo consolo: “*ao menos tenho uma casa...*”. Porém, não é este apenas o propósito da política habitacional, ao menos na teoria, já que se propõe à inserção destes locais e seu moradores à cidade. Percebe-se, contudo, que muitos conjuntos se transformam em *calos urbanos*⁸¹, destoados da paisagem urbana, limitando seus moradores, desprovidos de serviços e equipamentos urbanos. Como vimos, esta percepção não foi diferente com o objeto deste estudo.

O conjunto habitacional da Aldeia teve o seu projeto marcado por várias ambigüidades. Primeiramente, é fruto de uma parceria de governos cujos responsáveis da época hoje são rivais (Garotinho e Arnaldo Viana). Assim, durante algum tempo, o conjunto ficou abandonado à própria sorte, já que ninguém respondia por suas necessidades. Tudo isto demonstra e reforça as falas dos moradores quando afirmam que o conjunto habitacional está desamparado pelo poder público. Obviamente que não só o conjunto, como todo o parque Aldeia está abandonado pelos órgãos competentes. Por sua vez, o conjunto deveria expressar o local destinado à “*dignidade e cidadania*”, mas o que se vê é o desprovisionamento de equipamentos e serviços urbanos básicos. Mesmo assim, as agentes públicas entrevistadas garantem que o projeto Aldeia foi “*um sucesso*”. O objetivo, segundo elas, foi alcançado, já que hoje nenhum morador do local é afetado pela enchente, pois ganharam uma casa digna e agora são cidadãos. Perguntei-lhes se recentemente alguma delas havia retornado ao local, para se certificar do sucesso do projeto, mas a resposta foi negativa. Deve ser por isto que acreditam que os moradores da Aldeia vivem como cidadãos.

Contudo, que cidadania resiste à falta de serviços e necessidades básicas como transporte público regular, posto médico, programas de geração de emprego e renda entre outras dificuldades apresentadas? Um programa habitacional que se destina à inclusão à cidade não terá êxito se não for acompanhada de políticas complementares.

E mais ainda, não terá sucesso se não aprender a escutar a população, a elaborar os projetos respeitando a história e identidade local. Comprovadamente, ao longo da história da habitação social, mega-conjuntos, como o Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, não tiveram êxito, porque não reconheceram e desconsideraram as histórias locais das populações removidas. Misturam comunidades diversas, com identidades

⁸¹ Soares e Espinheira (2006)

diferentes, algumas até rivais, destruindo assim laços sociais e de pertencimento. O que importa é a quantidade de assistidos, uma política que seja produtiva.

Porém, isto teve conseqüências perversas no caso da Aldeia, na destruição dos vínculos de Vizinhaça. O conjunto deveria ter sido destinado apenas aos moradores do local. Contudo, pessoas que não eram da comunidade também foram removidas. Isto, por sua vez, abalou profundamente os laços sociais existentes na favela. Com o crescimento da violência, a desconfiança e os conflitos vêm crescendo entre os moradores. A cada dia mais problemas de convivência se tornam freqüentes, e por isto os relatos apontaram que muitos entrevistados pensam em deixar o local. Para muitos, o sentimento de pertencimento foi quebrado. Além das doze prestações de um real à CEHAB, a comunidade da Aldeia pagou um preço muito caro por sua remoção: o enfraquecimento de sua identidade coletiva. Muitos não se reconhecem mais no local.

Outro ponto destacado foram as alterações empreendidas pelos moradores frente a um projeto habitacional tão impessoal às suas diferentes utilizações. Estas modificações são vistas pelos agentes públicos como degradação do conjunto. Contudo, é adequação das casas às seus usos e diferentes recursos. A casa, para os entrevistados, muito mais que abrigo, é um recurso econômico e social. Tudo isto reflete a percepção do morar para estas comunidades removidas. Mas, como estas não são ouvidas pelos planejadores na elaboração dos projetos, os conjuntos habitacionais continuarão sendo construídos baseados em ações arbitrárias. A participação dos moradores nas “decisões” dos projetos na verdade não são efetivas, já que os planos chegam praticamente prontos nas reuniões. Muitas vezes, ocorre uma “simulação” de discussões com a população. Pouco importa o que realmente os moradores pensam à respeito do local onde eles mesmos vão morar.

Como também observamos, alguns moradores entrevistados demonstraram que ainda se sentem discriminados quando dizem que moram na Aldeia. Também pela mídia que, de acordo com a ocasião, os aponta como uma favela. Contudo, eles não querem ser chamados de favelados, tendo em vista que foram removidos para o conjunto. Querem que o local seja reconhecido como Parque Aldeia e seus moradores devidamente respeitados por morarem em um conjunto. De certa forma, a desigualdade se reproduz já que o conjunto habitacional, para muitos, é e sempre será um local de pobres e ex-favelados. Neste sentido, o preconceito social em geral pode se estender mesmo quando o ex-morador de uma favela passa a morar em um conjunto habitacional.

Desta forma, já podemos perceber que a remoção por si só não consegue elevar uma população do quadro de carência e segregação. Ela pode resolver o problema da casa, mas não garante a inserção à cidade e aos direitos urbanos. Muitas vezes a remoção funciona apenas como confinamento do problema: a população pobre. Uma população que cresce a cada dia em nossas cidades e que não consegue adquirir um direito que lhe cabe: a moradia. Contudo, este “confinamento” isola esta população da convivência com a urbanidade, e em muitos momentos, não leva em conta a cultura, a história e os laços sociais destes. São políticas urbanas que fomentam o que Lefebvre (1969) chama de “Destruição da Urbanidade”, ou seja, a restrição dos espaços de encontro e convívio em que as diferenças se confrontam. Por consequência, estas ações reafirmam e garantem a distância entre as pessoas e comunidades que compõem o cenário urbano. Neste sentido, observamos a crescente estigmatização dos moradores pobres e o desrespeito à alteridade.

Em suma, o retorno das práticas de remoção por parte dos órgãos públicos das cidades de médio porte, entre elas Campos, evidencia a necessidade de estudos sobre o tema. Atualmente, podemos perceber que grande parte das cidades do Norte Fluminense⁸² tem se dedicado ao provimento da habitação popular para a população de baixa renda. Neste sentido, a remoção de favelas para conjuntos habitacionais tem sido uma constante em várias localidades. A maioria destes projetos tem sido favorecidos pelos Royalties do petróleo, que por sua vez não são eternos.

A questão é: porque somente a remoção é vista como solução? Talvez porque seja o caminho mais cômodo e de maior visibilidade política para aqueles que a fomentam. Além disto, cumpre o papel de mostrar para a incomodada elite que os pobres urbanos estão devidamente alocados, confinados no espaço da cidade que lhes cabe. Por isto, alerta para a necessidade de estudos que dêem voz às populações removidas, para que elas mesmas, mais que números e *surveys*, falem sobre o impacto destas políticas em suas vidas e na história de suas comunidades.

⁸² Campos, Macaé, Carapebus e São Francisco de Itabapoana já possuem seus projetos de habitação social.

Referências bibliográficas

ARRETCHE, Marta. T.S. **Mitos da descentralização:** mais democracia e eficiência das políticas públicas? São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1996.

ARRETCHE, Marta. T.S. **Políticas sociais no Brasil:** descentralização em um Estado Federativo. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1999.

AZEVEDO, Sergio. **Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências.** (IN) Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX / Organizador Adauto Lucio Cardoso. — Porto Alegre : ANTAC, 2007. — (Coleção Habitare)

AZEVEDO, Sergio & ANDRADE, L. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CARVALHO, Marcelo Barbosa. **"Proximidade espacial e distanciamento social: determinantes da segregação sócio-espacial, a percepção entre segregados e auto-segregados - um estudo de caso sobre a Favela Matadouro e seu entorno".** Dissertação do curso de Mestrado em Políticas Sociais – Campos dos Goytacazes – RJ. Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF – RJ. 2004.

BARROS, Myriam Moraes Lins De. **Memória e Família.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 29-42.

BURGOS, Marcelo Baumann. **Cidade, Territórios e Cidadania.** DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, 2005, pp. 189 a 222.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (p. 467-521)

CARDOSO, Adauto Lucio. **Gestão da política habitacional em municípios metropolitanos: uma avaliação 2007**

CARDOSO, Adauto. **Desigualdades urbanas e políticas habitacionais**. Observatório IPPUR/UFRJ-FASE, Ano.2006

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. Série Princípios. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução; Beatriz Medina. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.

DIAS, Vera Lucia Nehls & Mitchell, ANA Stumpf. **A moradia popular e o “morar bem” no sul do Brasil: entre a realidade e o sonho**. Santa Catarina: UDESC, 2006.

ENNE, Ana Lucia S. **Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos, Vol. 2, 2004, p.p101-116.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. **As reformas urbanas de Campos e suas contradições. O plano de 1944: uma nova ordem social e urbana**. CD ROM dos anais do 6º seminário de História da cidade e do Urbanismo. Natal, 2000.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. **Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes após 1950: Novas centralidades, velhas estruturas**. In: Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense. Org: CARVALHO ,Ailton Mota de & TOTTI, Maria Eugenia Ferreira Garamond, 2006.

GUIMARÃES, Danielle Costa. **Casa que eu quero ou a que me oferecem, qual a casa eu preciso? Cultura local e políticas públicas em habitação**. Anais XII Encontro Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Planejamento Urbano E Regional 21 A 25 De Maio De 2007 Belém - Pará – Brasil.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006 (Original em 1925).

HEIDEGGER, Martin. **Construir, habitar e pensar**. In conferencias e artículos, Serbal, Barcelona, 1994.

HOBSBAWN, E. **A era das revoluções 1789 – 1848**. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEITÃO, Gerônimo & ANDRADE, Luciana da Silva. **Transformações na paisagem urbana**: "favelização" de conjuntos habitacionais. Anais XII encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional. Belém, 21 a 25 de maio de 2007.

LIMA, Adson C. Bozzi Ramatis. **Habitare e habitus** — um ensaio sobre a dimensão ontológica do ato de habitar. Rio de Janeiro: Arquitextos 091, 2007.

MAIOLINO, A.L.; MANCEBO, D. “**Análise histórica da desigualdade**”: marginalidade, segregação e exclusão”. *Psicologia & Sociedade*; vol.17; mai/ago.2005 p.14-20.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente**. (IN) VIANA, Gilney & SILVA, Marina (orgs). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: editora fundação Perseu abramo, 2001 – (coleção pensamento petista).

MELO, Marcus André B.C., “**Anatomia do Fracasso: Intermediação de Interesse e a Reforma das Políticas Sociais na Nova República**”. Vol. 36, Rio de Janeiro: DADOS, 1993.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Habitação**. Governo Federal, Secretaria nacional de habitação:Brasil,2004.

NUNES ,Lívia Soares & GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves. **As Áreas de Especial Interesse Social no município de Campos dos Goytacazes: uma análise quantitativa**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

PANTOJA, Silvia & PESSANHA, Diomar. **Reordenamento político e circulação das elites em Campos dos Goytacazes: representações sociais da imprensa local (1982-2004)**. Revista Achegas, nº21. Campos dos Goytacazes, 2004.

PARK, Robert. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano**. In Velho, Otávio (org.), O Fenômeno Urbano, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1973.

PERLNAM, Janice. **O Mito da Marginalidade: Favelas e Política no Rio de Janeiro**. Tradução de Valdivia Coutinho, prefácio de Fernando Henrique Cardoso. Rio De Janeiro :Paz e terra, 1977.

POLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PÓVOA, F. M. R. **A municipalização da política de habitação popular em Campos dos Goytacazes-RJ (1989-2001)**. Dissertação do curso de Mestrado em Políticas Sociais – Campos dos Goytacazes – RJ. Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF – RJ. 2002.

ROLNIK, R. **O que é a cidade**. Coleção Primeiros Passos. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização Latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos**. Revista brasileira de Ciências Sociais.vol. 13, n. 38, São Paulo: 1998.

SAYAD, Abdelmalek. **Uma pobreza “exótica”**: a imigração argelina na França. IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Brasil: Anpocs/Dumará,1991.

SILVA, Luis Antônio Machado da (ORG).**Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**.Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SOARES, Antonio M. de C. & ESPINHEIRA, Carlos G. **Conjuntos habitacionais em Salvador-BA - A transitória inserção social**. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo: EESC-USP. 2006.

SOARES, Antonio Mateus de Carvalho. **Apropriação do espaço urbano e sociabilidades: Uma análise comparativa de Três Conjuntos Habitacionais Em Salvador**. Anais XII Encontro Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Planejamento Urbano E Regional 21 A 25 De Maio De 2007 Belém - Pará - Brasil

SOUZA, Marcelo José Lopes de: **Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual**. São Paulo: Ática, 1996.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (ORG). **A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

TEIXEIRA, Maria Cristina Villefort. **Espaço projetado e espaço vivido na habitação social: os conjuntos Goiânia e Araguaia em Belo Horizonte.** Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós -Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade e Federal do Rio de Janeiro – 2007- UFRJ.

WIRTH, Louis. **O urbanismo como modo de vida.** In Velho, Otávio (org.), **O Fenômeno Urbano,** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1973.

VALLADARES. Lícia (Org). **Repensando o espaço Urbano.** Rio de Janeiro: ZAHAR editores, 1982.

VALLADARES. Lícia. **A Gênese da favela carioca.** São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000.

VALLADARES. Lícia. **Passa-se uma casa.** Análise do Programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. 2ª ed, Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

VAZ, Lílian Fessler & JACQUES, Paola B. **Pequeno Histórico das favelas no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2004.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

ZALUAR, Alba. **A máquina da revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.** Rio de Janeiro: ed. Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba & ALUITO, Marcos (Orgs). **Um século de Favelas.** Rio de Janeiro: EDITORA FGV, 1999.



MARCELO PEREIRA

MELHORAR O SERVIÇO

Para a dona de casa Tereza Arfon da Rocha, 61 anos, a prefeitura poderia melhorar o serviço de conservação das ruas já pavimentadas.



EDILSON PEIXOTO

PREOCUPAÇÃO CONTÍNUA

O secretário de Obras, Edilson Peixoto, assegura que a prefeitura tem procurado dar continuidade à conservação das ruas calçadas ou asfaltadas.

| EX-FAVELA |

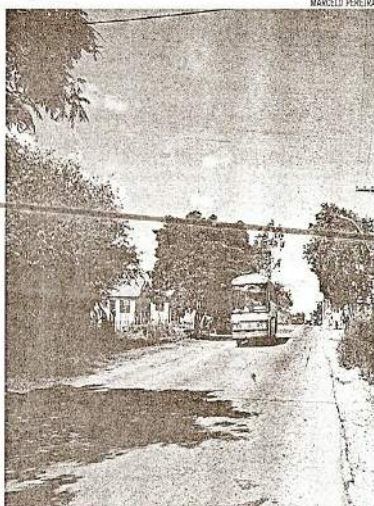
Aldeia avança em infra-estrutura

Parque Aldeia deixa de ser favela e hoje situa-se como a segunda maior comunidade do município

Desde setembro de 1987, quando foi criada a associação de moradores, o parque Aldeia deixou de ser favela e se tornou a segunda maior comunidade de Campos. De lá pra cá, muitas foram as melhorias feitas pela associação, apoiada pela prefeitura. Hoje, se comparado a outros bairros carentes de Campos, pode-se dizer que não falta nada em termos de infra-estrutura. Tem rede de esgoto, água encanada, energia elétrica, creche, escola e o programa "Saúde da Família", da secretaria municipal de Saúde, além de uma ambulância 24h. Todas as 16 ruas são calçadas. Adultos, jovens e crianças também têm acesso ao mundo virtual, dentro do projeto Informática Cidadã, lançado pela Ong Cidade 21 em abril deste ano.

O presidente da associação de moradores, Luiz Francisco Rangel, acredita que o crescimento do bairro só foi possível porque a associação sempre pode contar com a ajuda da prefeitura e dos funcionários de Furnas, que mensalmente doam bolsas de alimentos às famílias. "Eles também reformaram a sede da associação. São nosso braço forte", afirmou Luiz, destacando que recentemente a prefeitura ampliou a escola municipal Francisco Faria Barbosa e a creche.

Localizado no Km 3 da BR 356 (Campos/Itaperuna) e a 5 km do Centro de Campos, o parque Aldeia teve início em 1967.



MARCELO PEREIRA

LOCOMOÇÃO O transporte de passageiros é feito com regularidade

Informática para todos interessados

Para não aumentar a estatística do IBGE, onde um estudo revela que no estado do Rio de Janeiro existem 125 mil jovens ociosos, a Ong Cidade 21 lançou na Aldeia, o projeto Informática Cidadã, que tem o apoio da Folha. Além de democratizar o acesso à informática às comunidades de baixa renda da região, o projeto visa estimular às pessoas a construção da cidadania para que não caiam na ociosidade. Hoje, segundo Luiz Francisco, são mais de 80 moradores beneficiados. Cinco

empresas, parceiras no empreendimento, doaram equipamentos, mobiliários e materiais de consumo necessários à viabilização do projeto.

Uma sala foi montada num espaço da associação de moradores. Além de sete computadores, ela recebeu duas impressoras, um scanner e um web-cam (câmera) para transmissão de imagens pela Internet. Dez pessoas da comunidade foram treinadas para serem os multiplicadores do aprendizado.

João Rocha foi quem construiu a primeira casa de tijolo

O carpinteiro João Evangelista Rocha, 61 anos, o "João Rocha", se mudou para a Aldeia em 1967, sendo portanto um dos fundadores do parque.

Ele e outras 700 famílias, que não tinham onde morar, ocuparam a área em busca de um pedaço de chão. "Nessa época, o local servia de pasto de ca-

brito e depósito de brita", disse ele.

Segundo João Rocha, a primeira casa de tijolos do parque foi a sua. Até então, continou ele, eram

barracos feitos de barro e latas de querosene. João garante que em 1955 ajudou a colocar terra vermelha na estrada, hoje asfaltada.

Garotinho pede pressão popular sobre Rosinha

Entre Ilsan e Pudim para a Câmara, um pai ter que desistir

PAULA PAES

A primeira-dama do Estado e secretária de Ação Social, Rosinha Mathews, não quer ser candidata ao governo estadual se quiser. Foi que declarou ontem ao governador Anthony Garotinho em Campos durante a entrega das 400 casas populares aos moradores do parque Aldeia.

O governador, Garotinho, durante as noites de estar passando no lado do Planalto, em Brasília,

como presidente, a decisão é de Rosinha, mas pede ao povo que "pressione" a primeira-dama a aceitar a missão. Ela, por sua vez, continua não dizendo nem sim, nem não, mas que sua candidatura vai depender do parecer final da família. Rosinha joga uma parte da responsabilidade por tal decisão para os filhos. "Passo essa responsabilidade e o prego da decisão para a família. As crianças têm que estar amadurecidas, quero conversar com todos eles, inclusive com o marido", disse ela. Se a questão é amadurecimento dentro da família do governador, que está

em terceiro lugar nas pesquisas de intenção de voto — na frente inclusive de Ciro Gomes (PPS) e Itamar Franco (PMDB) — na corrida presidencial, "amadurecimento" é o que sugere o governador aos pretendentes à Câmara Federal pelo PSB local. Além da deputada Alcione Athayde, candidata nata, disputam uma segunda vaga a primeira-dama do município, Ilsan Santos Viana, e o vice-prefeito Geraldo Pudim. Mas deixa claro que só um dos dois pode ser candidato. O número terá que ser respeitado e o partido vai reunir para discutir o assunto", enfatizou. Por ou-

tro lado, Rosinha diz que apesar de não ter conversado sobre essas pré-candidaturas com Garotinho, "alguém terá que desistir". Casas - Com a entrega antecipada devido às chuvas que atingiram várias regiões no Estado, as 400 casas na Aldeia foram entregues pelo prefeito Arnaldo Viana e pelo governador, à comunidade. Duas casas mobiladas foram sorteadas. Garotinho disse que em três anos de governo construiu mais casas do que seus três últimos antecessores juntos. Só em Campos foram 700 casas entregues em três anos de governo.



CAMPANHA Faixas e tablóides pró-Noel na Aldeia

Inauguração com propaganda eleitoral

Ao que tudo indica, a campanha estadual e presidencial começou muito antes do prazo estabelecido pela Justiça Eleitoral. Os mais atentos que chegaram ao conjunto habitacional do Parque Aldeia (obra pública) ontem, para a entrega das 400 casas populares pelo governador Garotinho, não puderam deixar de notar as enormes faixas colocadas dentro do conjunto com "o sorriso de bem-vidas" numa fotografia bem grande do deputado estadual Noel de Carvalho, pré-candidato ao governo estadual, com a mensagem para o povo de Campos. Noel foi secretário de Agricultura no início do governo Garotinho.

Um jornal tamanho tablóide, com quatro páginas coloridas também foi distribuído aos presentes. Na capa, Noel é apresentado como "o candidato do Garotinho" e, na contracapa, é o próprio governador apontado como candidato à Presidência.

Uma confusão está formada ou um jogo de mestre? Se por um lado o governador pede ao povo que pressione a primeira-dama Rosinha a concorrer ao governo, por outro, em mensagem, mesmo que qualquer menção ao nome de Noel seja mantida em silêncio durante o ato pelo governador, ao que tudo indica, ele não deixou de apresentar o seu candidato.



Garotinho e Arnaldo visitam a ganhadora de uma das casas na Aldeia, com Rosinha, Jane, Ilsan, Clarissa Mathews e Pudim

Figura 22: Reportagem sobre a Inauguração do conjunto Aldeia. Folha da Manhã

13/01/2002